

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

STEPHANIE AMAYA

**TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DO PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE
OLIVEIRA: EM ESTUDO A COMUNIDADE E A ESCOLA DE
JAPONESES VISCONDE DE CAIRU NO SUL DE MATO GROSSO
(1930-1950)**

**CAMPO GRANDE – MS
2018**

STEPHANIE AMAYA

**TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DO PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE
OLIVEIRA: EM ESTUDO A COMUNIDADE E A ESCOLA DE
JAPONESES VISCONDE DE CAIRU NO SUL DE MATO GROSSO
(1930-1950)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência final para obtenção do título de Mestre. Orientadora: Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis.

**CAMPO GRANDE – MS
2018**

AMAYA, Stephanie.

Trajatória biográfica do professor Luiz Alexandre de Oliveira: em estudo a comunidade e a escola de japoneses Visconde de Cairu no sul de Mato Grosso (1930-1950). Stephanie Amaya. – Campo Grande, MS: UFMS, 2018.

143f 30 cm

Orientadora: Jacira Helena do Valle Pereira Assis.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Campo Grande, Programa de Pós Graduação em Educação, 2018.

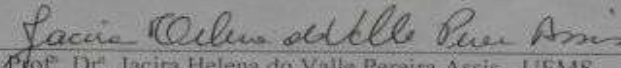
1. Luiz Alexandre de Oliveira; 2. Biografia científica; 3. Escola étnica; 4. Imigrantes japoneses; 5. Bourdieu.

Stephanie Amaya


TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DO PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA: EM ESTUDO A COMUNIDADE E A ESCOLA DE JAPONESES VISCONDE DE CAIRU NO SUL DE MATO GROSSO (1930-1950)

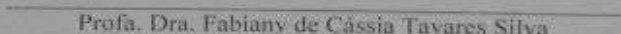
Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. Jacira Helena do Valle Pereira Assis - UFMS
Orientadora


Prof. Dra. Profa. Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS
Membro Titular


Prof. Dra. Maria do Carmo Brazil
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Membro Titular


Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Suplente

Campo Grande - MS, 20 de fevereiro de 2018.

Aos meus pais Ademar e Janete,
À minha irmã Karina e ao meu cunhado Jorge,
Ao meu companheiro Joe,
À minha orientadora Jacira Helena.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter iluminado meus caminhos, ter me guiado e por conceder forças em minha trajetória de vida.

À minha família, meus pais Ademar e Janete, que sempre me apoiaram e estiveram presente em todos os momentos e não mediram esforços para que eu tivesse uma formação universitária de qualidade e alcançasse sonhos e objetivos, e à Karina, minha irmã, e seu esposo Jorge, meu cunhado.

À orientadora e conselheira Profa. Dra. Jacira Helena, que sempre acreditou em mim, por oportunizar aprendizagens acadêmicas e experiências de vida incríveis em todos esses anos de orientação.

Ao meu companheiro “Joe”, por toda paciência, ajuda e compreensão. Meu eterno parceiro.

À agência financiadora CAPES, que permitiu a flexibilidade financeira de poder investir em materiais que subsidiaram a escrita, viagens acadêmicas e o arcabouço necessário nesse período.

À colaboração e participação na banca das Profas. Dras. Kátia Cristina Nascimento Figueira (UEMS) e Maria do Carmo Brazil (UFGD).

A Acelino Sinjó Nakasato, Jorge Gonda, Lúcia Harumi Uehara e todos os membros da AECNB; a Jorge Joji Tamashiro, da Associação Okinawa; ao Prof. Hildebrando Campestrini (*in memorian*), Profa. Madalena e Prof. Arnaldo, do IHGMS; a Reginaldo Alves de Araújo, da ASL; à D. Neide (*in memorian*) e a todos da Escola Visconde de Cairu; à Lúcia e Davi, do Arca; e ao Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, pela possibilidade do acesso aos locais de pesquisa.

Em particular, ao senhor Henrique Oshiro, pelo entusiasmo, divulgação e contatos. Aos senhores Celso Higa, Paulo Kiyotaka e Celina Simabucuro, que gentilmente cederam fotos do arquivo pessoal e dedicaram um tempo para auxiliar na pesquisa.

À professora Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo, por fornecer o material da entrevista com o professor Luiz Alexandre de Oliveira.

Às professoras Kátia Cristina Nascimento Figueira e Carla Villamaina Centeno por indicação da entrevista com o professor Luiz Alexandre de Oliveira depositada no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Aos colegas do Gepase, porque sem o grupo de estudos a aprendizagem não seria a mesma. Em especial à Miriam Mity Nishimoto, Fernanda Ros Ortiz Pasa, Adriana Britez, Daiani Damm Tonetto Riedner, Daniela Felisberto da Silva e Alice Felisberto da Silva, pelas parcerias nas escritas.

Aos colegas e professores do PPGEdU, pelo conhecimento, conversas e trocas de angústias durante a escrita.

A todos os amigos e amigas que de alguma forma contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal, pela amizade e companheirismo nessa jornada. Em especial à Patrícia Yafuso, Hermann Sato e Helena Sato pelo apoio e colaboração.

A todos (as) que ajudaram e participaram da pesquisa.

Reconstituir a história é lembrar. Lembrar é refazer, trabalhando silenciosamente, separando, reunindo, transformando, articulando de um modo artesanal um lugar social, certas práticas “científicas” e uma escrita.

(NUNES, 1987, p. 79).

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa é a relação do professor Luiz Alexandre de Oliveira com a comunidade japonesa e a Escola de Japoneses (Visconde de Cairu) no sul de Mato Grosso, no período entre 1930-1950. O objetivo é produzir uma trajetória biográfica temática sobre o referido professor no período delimitado. A escolha do termo “biografia temática” é por darmos ênfase ao período de maior importância do professor Luiz Alexandre nas relações com os imigrantes japoneses. A base empírica da pesquisa é constituída por fontes memorialísticas, autobiográficas, documentais e entrevistas que foram concedidas em vida pelo professor. A perspectiva teórico-metodológica que direciona a investigação deriva dos estudos de Pierre Bourdieu e seus interlocutores. O professor Luiz Alexandre de Oliveira, de origem simples, alcançou certa representação social em Campo Grande, dada por sua trajetória de advogado, professor, diretor e proprietário de instituições escolares na cidade. Foi aluno do Instituto Pestalozzi, fundou o Instituto Rui Barbosa, foi professor e diretor da Escola Visconde de Cairu, proprietário da Escola Osvaldo Cruz e professor na escola Normal. Também é notório o seu envolvimento em diferentes campos sociais, políticos e educacionais que, conseqüentemente, proporcionaram a ampliação de seus capitais econômico, social, simbólico e cultural. Na trajetória política, o professor foi eleito deputado pelo partido União Democrática Nacional (UDN), atuou como presidente da Ajuda da Conciliação e Julgamento (Justiça do Trabalho) e promotor público, entrou na justiça militar e foi vice-prefeito de Campo Grande na primeira Administração de Wilson Barbosa Martins. Doou em vida bens materiais (imóveis) que possuía para as instituições que participara, tais como: Federação Espírita de Mato Grosso, Loja da Maçonaria e Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Os resultados da pesquisa sinalizaram que a relação do professor Luiz Alexandre com a Colônia Japonesa no período de Getúlio Vargas (1930-1945) foi marcada por uma ação política e estratégica que assegurou a manutenção da Escola Visconde de Cairu e da Cooperativa Agrícola, cujo conflito garantiu aos japoneses a posse de seus bens, imóveis e o prosseguimento na constituição das pertencas étnicas na e com a sociedade sul-mato-grossense, sendo atualmente a terceira maior colônia no território nacional. Na relação com japoneses, foram mobilizadas estratégias de ambos lados; o grupo étnico no interesse em proteger seu patrimônio e o professor Luiz Alexandre em ser reconhecido perante a comunidade japonesa, algo que perdura até os dias de hoje.

Palavras-chave: Professor Luiz Alexandre de Oliveira. Biografia científica temática. Escola étnica. Imigrantes japoneses. Bourdieu.

ABSTRACT

The study object of this research is the relation between the teacher Luiz Alexandre de Oliveira with the Japanese community and the Japanese School (Visconde de Cairu) in the south of Mato Grosso, between the period of 1930-1950. The aim is to produce a thematic biographical trajectory about the teacher mentioned above during this period. The choice of “thematic biography” is due to the emphasis of the most relevant period of the teacher Luiz Alexandre in his relations with the Japanese immigrants. The empirical basis of the research is constituted by memorial, autobiographical and documental sources, and interviews which were given in life by the teacher. The methodological theory perspective which guides the investigation derives from the studies of Pierre Bourdieu and his interlocutors. The teacher Luiz Alexandre Oliveira, coming from a humble background, was able to reach a certain social representation in Campo Grande, given his trajectory as a lawyer, teacher, director and owner of schools in the city. He was a student at the Pestalozzi Institute, founded the Rui Barbosa Institute and was a teacher and director of the school Visconde de Cairu. He was also the owner of the school Oswaldo Cruz and a teacher at school Normal. His involvement in different social, political and educational fields is also remarkable, and therefore, resulted in an increase of his economic, social, symbolic and cultural assets. In his political path, he was elected a congressman by the União Democrática Nacional (UDN) party, acted as the president of Ajuda da Conciliação e Julgamento (Work Justice) and as a prosecutor, he was also accepted in the military justice and was the vice mayor of Campo Grande during the first administration of Wilson Barbosa Martins. He donated in life material assets (properties) to the institutions he was affiliated with, such as Federação Espírita de Mato Grosso, Loja da Maçonaria e Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. The results of this research showed that the teacher Luiz Alexandre’s relation with the Japanese Community in the Getúlio Vargas period (1930-1945) was marked by a political and strategical action which guaranteed the maintenance of the school Visconde de Cairu and of the Agricultural Cooperative, whose conflict assured the Japanese the ownership of their assets, properties and the continuation in the constitution of ethnical belongings in and with the sul-mato-grossense society, which is nowadays the third largest Japanese colony in the country. In the relation with the Japanese, both sides developed strategies; the ethnical group in the interest of protecting their heritage, and the teacher Luiz Alexandre in order to be acknowledged by the Japanese community, something which lasts until nowadays.

Keywords: Teacher Luiz Alexandre de Oliveira, Thematic scientific biography, Ethnical school, Japanese immigrants, Bourdieu.

LISTA DE SIGLAS

AECNB	Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira
ARCA	Arquivo Histórico de Campo Grande
ASL	Academia Sul- Mato-Grossense de Letras
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
ENDIPE	Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino
FAED	Faculdade de Educação
FUCMAT	Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
GEPASE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia e Sociologia da Educação
GEPEMM	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Migração e Memória
IHGMS	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
SciELO	Scientific Electronic Library Online

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Diplomas, medalhas e condecorações.....	58
Quadro 2. Arquivo de livros encontrados.....	89
Quadro 3. Revistas com notas sobre imigração japonesa e Luiz Alexandre.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Título eleitoral de Luiz Alexandre de Oliveira.....	50
Figura 2.	Professor Luiz Alexandre de Oliveira, professor Oba Kurazi na Escola Visconde de Cairu 1926.....	53
Figura 3.	Placa de formandos da Faculdade Nacional de Direito.....	54
Figura 4.	Lei n. 3.665 de 06 de outubro de 1999.....	57
Figura 5.	Nota sobre falecimento do professor Luiz Alexandre.....	59
Figura 6.	Homenagem ao professor.....	60
Figura 7.	Montagem de fotos Luiz Alexandre.....	66
Figura 8.	Diploma benemérito da ASL.....	67
Figura 9.	Diploma de sócio benemérito da Sociedade Beneficente de Campo Grande (Hospital Santa Casa)	68
Figura 10.	Documento de Luiz Alexandre como prefeito.....	71
Figura 11.	Imóveis doados por Luiz Alexandre de Oliveira.....	74
Figura 12.	Imóvel doado para Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, antes e após a venda.....	75
Figura 13.	Informativo ASL.....	76
Figura 14.	Resolução de pagamento da prefeitura para Luiz Alexandre.....	81
Figura 15.	Certificado de Técnico em Contabilidade: Luiz Alexandre como diretor.....	86
Figura 16.	Regimento atual 2017/Visconde de Cairu.....	98
Figura 17.	Sobá.....	105
Figura 18.	Diploma de Honra ao mérito (Cooperativa Agrícola de Campo Grande)	114
Figura 19.	Honra ao mérito no 30º Aniversário da Associação Okinawa.....	115
Figura 20.	Diploma pelos serviços prestados à Colônia – 80 anos de Imigração no Brasil.....	115
Figura 21.	Termo de gratidão do Governo Okinawano.....	116
Figura 22.	Fachada da Escola Visconde de Cairu.....	118
Figura 23.	30º Aniversário da Escola Visconde de Cairu	118
Figura 24.	Escola Visconde de Cairu 1930.....	119
Figura 25.	Desfile da Escola Visconde de Cairu.....	120
Figura 26.	Homenagem ao professor da Escola Visconde de Cairu no 40º aniversário	121
Figura 27.	Homenagem ao professor da Escola Visconde de Cairu no 60º Aniversário.....	121
Figura 28.	Temas predominantes no depoimento.	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
DELINEAMENTO DO TEMA, JUSTIFICATIVA, FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	14
QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO	20
CONCEITOS NUCLEARES NA TEORIA BOURDIEUSIANA E OPERACIONALIZADAS NA PESQUISA	23
AS NOÇÕES DE TRAJETÓRIAS E BIOGRAFIAS	24
A NOÇÃO DE <i>HABITUS</i>	24
A NOÇÃO DE ESTRATÉGIA	26
A NOÇÃO DE CAMPO	27
A NOÇÃO DE CAPITAIS	28
NOTAS SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS NOS ESTUDOS BIOGRÁFICOS	29
A PRODUÇÃO SOBRE ESTUDOS BIOGRÁFICOS NOS BANCOS DE DADOS BDTD E SCIELO	32
PIERRE BOURDIEU E OS ESTUDOS BIOGRÁFICOS: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	39
A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS BIOGRÁFICOS PARA O CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	41
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE COLETA E CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS NA PESQUISA BIOGRÁFICA	43
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	47
CAPÍTULO 1 - PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA: NOTAS BIOGRÁFICAS	48
1.1 A TRAJETÓRIA PESSOAL E ESCOLAR DO MENINO NEGRO, DEFICIENTE VISUAL E MIGRANTE NO SUL DE MATO GROSSO	49
1.2 LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA NOS CAMPO SOCIAL, POLÍTICO E EDUCACIONAL	63
1.2.1 O CAMPO SOCIAL	64
1.2.2 O CAMPO POLÍTICO	68
1.2.3 O CAMPO EDUCACIONAL	77
1.3 O PAPEL DE LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: PROFESSOR, IDEALIZADOR E GESTOR DE ESCOLAS EM CAMPO GRANDE	79
1.4 EXPOSIÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	87

CAPÍTULO 2 - PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA E A COMUNIDADE JAPONESA NO SUL DE MATO GROSSO	89
2.1 A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL E A COMUNIDADE JAPONESA EM CAMPO GRANDE	90
2.2 A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA (AECNB) E ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE-MS: RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS E ESCOLAS JAPONESAS.....	95
2.3 NOB E MARCHA PARA OESTE: DESENVOLVIMENTO NO SUL DE MATO GROSSO.....	102
2.4 CULTURA JAPONESA EM CAMPO GRANDE-MS	104
2.5 AS RELAÇÕES DO PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA COM A COMUNIDADE JAPONESA: A PERSEGUIÇÃO ÉTNICA NOS TEMPOS DA II GUERRA MUNDIAL	107
2.6 LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA E A ESCOLA DE JAPONESSES: RELAÇÕES ÉTNICAS E ÉTICAS	117
2.7 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA ENTREVISTA DE LUIZ ALEXANDRE: OS VÍNCULOS E ESTRATÉGIAS COM A IMIGRAÇÃO E ESCOLA DE JAPONESSES	123
2.8 EXPOSIÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICES	142
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

Delineamento do tema, justificativa, formulação do problema

O estudo biográfico focalizou a relação do professor Luiz Alexandre de Oliveira com a comunidade japonesa e a Escola de Japoneses (Visconde de Cairu) no sul de Mato Grosso, no período entre 1930-1950. Foi produzida, assim, uma trajetória biográfica temática que relata o percurso de vida do agente Luiz Alexandre de Oliveira, com ênfase nas relações com a comunidade japonesa.

Para essa escrita, optamos por utilizar o termo trajetória biográfica baseado no referencial teórico metodológico de Bourdieu (1996), que considera que a biografia descreve um série de posições ocupadas pelo mesmo agente em diferentes campos. A trajetória seria a movimentação realizada nos campos, ou seja, é resultado de traços pertinentes a uma biografia individual ou de um grupo (MONTAGNER, 2007b).

Para uma primeira aproximação do objeto de pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico¹ e documental sobre a relação do professor Luiz Alexandre de Oliveira com a colônia japonesa e com a escola de japoneses, em Campo Grande.

Observamos que, na temática em foco, as produções acadêmicas pesquisadas e estudadas apontam poucos resultados em quantidade e são quase inexistentes quando focalizamos as escolas étnicas japonesas no território nacional. Essas produções confirmam também a ausência de trabalhos sobre o professor Luiz Alexandre de Oliveira. No entanto, devemos considerar que localizamos produções que tratam do que aconteceu com as outras comunidades de imigrantes de diferentes etnias no Brasil.

Vários trabalhos, tais como artigos, dissertações e teses, dentre os quais podemos citar Demartini (2000), Kreutz (2010), Maschio (2014) Renk (2009), estudaram a vinculação das escolas com as associações do grupo de japoneses no território nacional. Na cidade de Campo Grande não foi diferente, pois houve a vinculação de instituições japonesas com as associações, conforme apontado pela Associação Esportiva e Cultura Nipo-brasileira de Campo Grande-MS (AECNB), em obra de 2008.

A produção científica sobre os japoneses em Mato Grosso do Sul e em Campo Grande-MS também é parca, no entanto, são referências os estudos de Brito (2000); Nishimoto (2006; 2011); Kubota (2008; 2015); Inagaki (2008) e Imagava e Pereira (2006).

¹ Uma das pesquisas foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Scientific Electronic Library Online (SciELO) sobre escolas étnicas e estudos biográficos desenvolvidos no país.

Contudo, buscamos estabelecer relações com o material publicado no estado para tentar compreender o processo imigratório na cidade de Campo Grande.

Os elementos empíricos para aproximar do nosso objeto de estudo foram levantados a partir de pesquisa em alguns locais de Campo Grande, tais como: Arquivo Histórico de Campo Grande (Arca); Arquivo Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS); Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande – MS; Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira (AECNB); Escola Visconde de Cairu; Secretaria Municipal de Administração de Campo Grande – MS; Associação Okinawa² de Campo Grande; Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL). Nesses espaços fomos bem acolhidos e conseguimos materiais que possibilitaram organizar preliminarmente a empiria da pesquisa. Além disso, possibilitou-nos uma rede de contatos para fornecimento de materiais, principalmente fotos que compõem a dissertação.

Para realizar as reflexões e análises do objeto, partimos de uma perspectiva histórica e sociológica, na qual utilizamos o referencial teórico dos estudos de Pierre Bourdieu (1996; 2004a; 2004b; 2009; 2010, dentre outras obras) e seus interlocutores, como Nogueira e Nogueira (2009), Setton (2002), e Montagner (2007a; 2007b).

O estudo tem como ponto de partida, para o desenho da trajetória biográfica, o livro autobiográfico do professor Luiz Alexandre de Oliveira, intitulado: “O mundo que eu vi”, publicado em 1986, em que ele relata os momentos históricos vivenciados. Um livro autobiográfico que, para o autor: “[...] Não é um livro de erudição ou mesmo uma completa autobiografia; é apenas um depoimento despretensioso [...]” (OLIVEIRA, 1986, p. 10).

Nesse livro, o professor traz informações sobre aspectos relacionados à sua vida, tais como ter nascido em 14 de abril de 1903, em Santo Antônio dos Teixeiras, Distrito de Santa Rita de Viçosa – MG, ser neto de ex-escrava, filho de lavadeira, negro, deficiente visual e de origem humilde. Também apresenta elementos sobre sua trajetória de estudante e professor em instituições escolares da cidade e, principalmente, a sua relação com migrantes japoneses.

O autor aponta que, para ajudar financeiramente a família, naquele período, utilizou os seus conhecimentos instrumentais de leitura e escrita para ministrar aulas de Português para alguns japoneses trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

A sua relação com os japoneses foi iniciada em Aquidauana e fortalecida em Campo Grande, tendo em vista que o professor mudou-se para Campo Grande após a finalização das atividades da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Em Campo Grande, acessou a

² Okinawa está localizada na região sul do Japão.

escolarização primária no Instituto Pestalozzi; em seguida, concluiu o ensino secundário e trabalhou como professor do ensino primário. Após alguns anos de trabalho no magistério local, sem grandes possibilidades de ascensão financeira e social, partiu para o Rio de Janeiro, onde viria a se formar em Direito, retornando para a cidade anos mais tarde.

Luiz Alexandre de Oliveira, oriundo das classes populares, alcançou certa representação social em Campo Grande, dada por sua trajetória de advogado, professor, diretor e proprietário de instituições escolares na cidade. Em sua história de vida, observa-se a sua intensa relação com os imigrantes japoneses, principalmente entre as décadas de 1930 a 1950, período de publicação de vários decretos no Governo Vargas.

Outra fonte mobilizada na pesquisa é a dissertação de Mestrado intitulada “Escolas de japoneses: a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul”, de Brito (2000). Nela, a autora recuperou parte da história da escola de japoneses “Escola Visconde de Cairu”, por meio de depoimentos de pessoas envolvidas diretamente com a instituição, bem como direcionou uma parte de seu estudo para abordar as relações estabelecidas entre o professor Luiz Alexandre e a colônia japonesa.

A escola japonesa fundada na colônia Chacrinha, em 1918, foi transferida para a cidade no ano de 1924, tendo seu nome mudado de Hanja para Escola Visconde Cairu (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). Esse foi um recurso para manter a instituição, bem como a cultura japonesa.

No decorrer do texto utilizamos diferentes nomenclaturas para a mesma instituição, porém priorizando a nomenclatura Escola Visconde de Cairu, por ser a atual. Podemos observar, no entanto, que nas fontes consultadas aparecem nomes diferentes e até mesmo algumas datas desencontradas. Em seu texto, Brito (2000) utiliza os termos Escola Visconde de Cairu, escola de japoneses e Escola de Língua Japonesa:

Na primeira fase da Escola de Língua Japonesa, nome adotado originalmente, o ensino era todo ministrado em japonês, com professores japoneses. A escola cumpria o papel de suprir e reproduzir as necessidades da colônia, uma vez que se tratava de uma instituição criada por japoneses e para japoneses e com o espírito de retornar ao Japão. Tinha como sede um galpão de madeira bastante simples e agrupava um número pequeno de alunos, cerca de 04 ou 06 alunos. (BRITO, 2000, p. 77).

É relevante pontuar que a escola denominava-se anteriormente como Escola Japonesa. “Em 1925, a Escola de Língua Japonesa passou a ser chamada de Escola Japonesa de Campo Grande”. (NISHIMOTO, 2011, p. 80). O acréscimo de informação ocorre no livro Ayumi: “O nome da escola também deixou de ser “Hanja” passando para “Escola Japonesa de Campo

Grande”, segundo registro em 1925. Em 1927, por orientação das autoridades, foi rebatizada de Visconde de Cairu”. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 41).

Percebe-se que a escrita inclui o termo “[...] de Campo Grande”. Na primeira leitura, a palavra Hanja aparenta como se fosse o nome de uma região. Contudo, em outro trecho do mesmo livro no capítulo sobre a colônia Chacrinha é descrito como “[...] Escola de Língua Japonesa ‘Hanja’ [...]” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 64).

Considera-se que os nomes se distinguem devido à memória dos agentes que compuseram a escrita do livro da AECNB, bem como os documentos produzidos pela instituição. Importante ressaltar que ao coletar os dados nas instituições nipônicas os discursos foram sempre que os documentos foram todos queimados devido ao período da Segunda Guerra (1939-1945) que coincide com a Era Vargas (1930-1945).

A instituição alterou o nome para não ser identificada a sua etnicidade e, com isso, sofrer as sanções do Governo Varguista. A política influenciou tensões preconceituosas e os decretos desse período atingiram principalmente a educação da comunidade japonesa na cidade de Campo Grande.

Como exemplo, o Decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938a), art. 22, que proibiu o uso de livro didático em outras línguas; Decreto-lei 3.580, de 03 de setembro de 1941 (BRASIL, 1941), no art. 4, que proibiu a importação de livro didático em língua estrangeira. E, por último, o Decreto que mais atingiu foi de n. 406, de 4 de maio de 1938 (BRASIL, 1938b), que regulamentava a entrada de estrangeiros.

O uso da língua materna é um dos fatores que diferencia e distingue todo imigrante. Utilizar e ensinar a língua japonesa para a comunidade em Campo Grande-MS, “[...] representava uma forma de dar continuidade aos projetos de vida, garantia de proteção aos seus descendentes e, naturalmente, expressava a importância dada à educação pelo grupo. [...]” (BRITO, 2000, p. 110). Com as proibições dos decretos, retirava-se não somente a representatividade, mas também a autonomia do grupo no país.

Acrescentamos que o professor Luiz Alexandre ³foi mencionado no livro “Ayumi” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008) como sendo uma personalidade de muita credibilidade e digna de respeito pela comunidade japonesa, principalmente nas representações sobre período da ditadura de Getúlio Vargas, quando

³ Na escrita em alguns momentos abreviamos o nome do professor para Luiz Alexandre, não colocando o nome completo, com o objetivo de tornar a leitura mais agradável e menos repetitiva.

ajudou e resolveu as inúmeras dificuldades para os japoneses, principalmente nesse período conturbado.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, o professor Luiz Alexandre devolveu todos os bens aos representantes da comunidade japonesa (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). Isso não foi regra para os demais estados, uma vez que Brito (2000, p. 107) relata que “[...] certo médico em São Paulo apropriou-se de um hospital que pertencia aos japoneses, como também aconteceu com escolas em muitos outros lugares.” Luiz Alexandre de Oliveira empenhou esforço, como advogado e professor, em defesa dos direitos e interesses da Comunidade Japonesa de forma “[...] totalmente desinteressada e graciosa, não gerando qualquer ônus”. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE-MS, 2014, p. 565).

É observável nos escritos a importância do professor Luiz Alexandre de Oliveira para a colônia japonesa, o qual era considerado muito além de “tutor de bens” no período de guerra.

De acordo com documento⁴ disponibilizado pela Escola Visconde de Cairu sobre a vida do professor, há destaques sobre seus méritos como defensor ferrenho da justiça e da eminente dignidade da pessoa humana, em socorro à Colônia Japonesa que, após longas, penosas e incansáveis negociações e articulações junto às mais diversas autoridades, conseguiu amenizar e contornar a periclitante situação, sujeitando-se, inclusive, a severas punições e ameaças.

Enfim, a contribuição do professor Luiz Alexandre para a Escola de Japoneses, no período de Getúlio Vargas, em meados de 1938, é louvável, pois ele lutou politicamente para manter a Escola Visconde de Cairu funcionando e ajudou-a para que não perdesse seus bens. Vale ressaltar que ele foi o primeiro professor e também o primeiro diretor brasileiro dessa escola.

Compreendemos que a origem da relação entre os japoneses e o professor, iniciada em 1919 em Aquidauana-MS, permanece até os dias hoje, mesmo após a sua morte, em 1997. Essa relação está presente em memórias e nos relatos coletados em revistas, jornais e livros publicados pela Colônia Japonesa.

Luiz Alexandre de Oliveira foi sensibilizado para compreender as condições vividas pelos japoneses e manter, com esse grupo, uma relação de apoio e confiança.

⁴ Ao visitar a Escola Visconde de Cairu, nós recebemos uma pasta com materiais e matérias de jornais sobre o professor Luiz Alexandre de Oliveira. Nela, continha um pequeno currículo do professor datilografado, textos sobre sua história de vida e condecorações a cópia do material consta no anexo desse trabalho.

Conseqüentemente, sublinhamos o reconhecimento da Colônia Japonesa ao referido professor por meio de homenagens em diversas ocasiões com medalhas de mérito, principalmente no período em que foi o tutor dos bens materiais dos japoneses em Campo Grande.

Assim, o presente estudo caminha em torno da discussão sobre biografia, trajetória, memória e história, inserindo-se nos estudos sociológicos. Os estudos biográficos e de trajetórias podem contribuir para compor conhecimentos sobre o agente social, trazendo à tona as relações estabelecidas e os percursos de grupos étnicos em dado campo social.

Dessa forma, compor uma historiografia educacional, a partir do estudo da biografia e/ou trajetória de uma personalidade, torna-se relevante por apontar não só os elementos da individualidade, mas abranger também os conhecimentos específicos das estruturas sociais.

A relação entre biografia e história insere-se em um conjunto mais vasto de dualidades que percorrem a Sociologia desde muito tempo, baseadas na exploração da dialética indivíduo/sociedade, ação individual/coletiva, liberdade/determinismo, individual/coletivo, estrutura/indivíduo e outras. Nesse último caso, aponta-se para a manutenção, no indivíduo, de componentes subjetivos sociais ligados ao grupo onde ele vive, ou, inversamente, a busca do que é extremamente único e pessoal dentre um aparato mais vasto de representações da memória, internalizadas a partir da sociedade. (MONTAGNER, 2007, p. 241).

Assim, o estudo de biografias e trajetórias de vidas é relevante, pois o campo do conhecimento fundado no domínio teórico-metodológico da história e sociologia contribui para compreender criticamente as condições sociais do agente social, logo, “[...] o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos deformada, no espaço físico, sob a forma de um certo arranjo de agentes e propriedades. [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 164). Ao pesquisador, cabe analisar e compreender o campo dos condicionamentos subjetivos e sociais que estão integrados à posição do pesquisado e à trajetória particular no espaço social.

Em nível regional, observamos a ausência de trabalhos existentes na historiografia educacional⁵ sobre estudos biográficos de personalidades, de professores e professoras ou de intelectuais que, de um modo geral, atuaram no campo educacional no país. O que pode justificar essa a relevância da produção proposta, como dimensão social, tendo em vista a importância social, educacional e política do agente Luiz Alexandre.

⁵Ao buscar na BDTD trabalhos com as palavras-chave: historiografia; sul de Mato Grosso e professor. Encontramos apenas 4 trabalhos: Carvalho (2014), que buscou compreender a criação e a consolidação da Escola Normal em Aquidauana; Silva (2016), com uma dissertação sobre professores de Matemática em Paranaíba; Gomes (2015) realiza uma análise sobre a prisão do professor Enio Cabral e Brites (2014), que estudou a representação da Escola Secundária em Campo Grande-MS. Não verificamos estudos específicos com professores.

Algumas pesquisas, ainda que em número limitado, apresentam importantes contribuições para a historiografia da educação, pois tratam do processo de discussão da educação em seus diferentes níveis e instituições escolares, localizadas em cidades que mantiveram certo desenvolvimento econômico, político e social no período republicano.

Podemos citar a produção da autoria de Daniela Felisberto da Silva (2015) e Alice Felisberto da Silva (2010), da Linha de Pesquisa “Escola, cultura e disciplinas escolares”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (FAED) e membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropologia e Sociologia da Educação (Gepase), com os trabalhos de dissertações, respectivamente: “Maria Constança de Barros Machado: um estudo das representações sociais sobre a professora e diretora do primeiro ginásio público campo-grandense” e “O processo educativo dos trabalhadores da Erva-mate na obra de memorialista da fronteira – Hélio Serejo”.

Como apresentado, nesse trabalho investigamos e perscrutamos a trajetória do professor para estabelecer relações e ampliar nosso olhar para a contribuição de Luiz Alexandre para a Escola de Japoneses, em Campo Grande, no sul de Mato Grosso. Alguns questionamentos nortearam essa incursão, quais sejam: a) Como foi a trajetória do migrante Luiz Alexandre de Oliveira? b) Como atuou na vida social, política e educacional? c) Como desempenhou as funções de professor e gestor na educação? d) Como foi a relação do professor com a comunidade japonesa? e) Qual a relação étnica e ética de Luiz Alexandre com a Escola Japonesa?

Questões teórico-metodológicas da investigação

Apresentamos por objetivo maior construir a trajetória biográfica temática do Professor Luiz Alexandre de Oliveira, realizando um recorte no que se refere à comunidade japonesa, principalmente no período em que ele foi tutor, professor e diretor da atual Escola Visconde de Cairu. Para a coleta de informações, tivemos como referência a obra autobiográfica do professor intitulada “O mundo que vi” e entrevistas concedidas a outros professores como no caso de Maria da Glória Sá Rosa, no livro “Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul” (SÁ ROSA, 1990).

Ao se utilizarem fontes memorialísticas, sejam elas obras de memorialistas, biografias ou autobiografias, se faz necessário adotar alguns procedimentos metodológicos. A partir desses escritos é preciso realizar uma análise sistemática, confrontar as informações com documentos oficiais e fontes teóricas. (BRITTEZ, 2014, p. 25).

Esse recurso de dados é constituído da memória que, por sua vez, é seletiva, individual e coletiva (HALBWACHS, 2004), todavia constituída a partir das relações no grupo social com interferências e análises externas.

A biografia é aqui entendida como

[...] a história de um indivíduo redigida por outro. Existe aqui a dupla intermediação que a aproxima da história de vida, consubstanciada na presença do pesquisador e no relato escrito que sucede às entrevistas. O objetivo do pesquisador é desvendar a vida particular daquele que está entrevistando ou cujos documentos está estudando, mesmo que neste estudo atinja a sociedade em que vive o biografado, o intuito é, através dela, explicar os comportamentos e as fases de existência individual. (QUEIROZ, 1988, p. 23).

A biografia, portanto, assume no campo da ciência uma fonte de conhecimento do homem, um elemento indispensável para compreender a estrutura social e também os movimentos coletivos, a partir da compreensão de que o conhecimento da biografia de um homem pode revelar inúmeros elementos constitutivos de um grupo social. Assim, é importante ressaltar que:

[...] a biografia voltou a ocupar os interesses de pesquisadores de uma forma mais sistematizada e enfática, quando se intensificaram os ensaios sobre os problemas teórico-metodológicos que envolviam o gênero biográfico entendendo-o com um instrumento da pesquisa histórica. (SOUSA NETO, 2009, p. 13).

Dessa forma, concordamos com Queiroz (1988) ao afirmar que as histórias de vida, as entrevistas, os depoimentos pessoais, as autobiografias, as biografias fornecem, todas elas, material para a pesquisa sociológica e histórica, porém diferem em sua definição e características.

Para Passeggi (2014), as narrativas biográficas e autobiográficas em Educação são como objeto de pesquisa e dispositivo de formação. São utilizadas como objeto, fonte e método de pesquisa qualitativa e como dispositivo de reflexão.

Tendo como base a teoria bourdieusiana, entendemos que

O sociólogo pode obter do pesquisado mais distanciado de si socialmente que ele se sinta legitimado a ser o que ele é se ele sabe se manifestar, pelo tom e especialmente pelo conteúdo de suas perguntas as quais, sem fingir anular a distância social que o separa de si [...] ele é capaz de se colocar em seu lugar em pensamento. (BOURDIEU, 2007, p. 699).

Nesse sentido, no capítulo: “A ilusão biográfica⁶”, no livro “Razões práticas: sobre a teoria da ação”, de Bourdieu, o autor se posiciona de maneira crítica:

A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram de contrabando no universo do saber; primeiro, sem alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, e não sem ruído, entre os sociólogos. Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebido como uma história e a narrativa dessa história. (BOURDIEU, 1996, p. 74).

A postura do autor é vista, por muitos, como restrição ao uso dessa técnica. No entanto, contrastando a história de vida, em seu sentido usual, e a trajetória de vida, como fonte de pesquisa, o autor compreende a noção de trajetória, de forma mais ampla e em uma perspectiva social, “[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço em que ele próprio é submetido a transformações incessantes. [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 81). Assim, para Bourdieu (1996), a história de vida não é finalidade e sim um recurso a ser utilizado pelo pesquisador na construção de uma trajetória biográfica.

Em correlação, a memória é um recurso infinito, possibilita traçar trajetórias e desvelar personagens que, distantes dos grandes centros urbanos, tornaram-se invisíveis ao grande público.

Em Bourdieu (1996), compreendemos que as trajetórias podem ser definidas como a sucessão das posições ocupadas pelo agente em um espaço construído, que é também afetado por transformações regulares, colocações e deslocamentos no espaço social, de acordo com a distribuição de diferentes espécies de capital: cultural, social e econômico, a depender das estratégias postas no jogo social.

Dessa forma, a escrita centrou-se em parte da biografia do professor Luiz Alexandre, em especial nos momentos que envolvem os imigrantes no sul do estado. Por se tratar de uma elaboração utilizando as entrevistas e documentos sobre o professor, optamos pelo termo trajetória biográfica temática.

Conforme Queiroz (1988) as entrevistas também são fontes utilizadas na técnica história de vida que são relatos de um narrador sobre a existência no tempo, a narrativa se compõe por episódios que considera significativo.

⁶Este capítulo foi publicado também no livro: “Usos e abusos da História Oral” das organizadoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, no ano de 1996.

Isto posto, o tópico tem por objetivo apresentar conceitos da teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu que serão mobilizadas no decorrer do relatório, isto é, as seguintes categorias de análise: *habitus*, campos e capitais.

Conceitos nucleares na teoria bourdieusiana e operacionalizadas na pesquisa

As tarefas centrais a serem desenvolvidas neste trabalho foram relacionar as práticas científicas dos intelectuais com seus *habitus* de grupo, através da análise de suas memórias coletivas e dos conteúdos históricos específicos, dentro de um espaço social institucional específico. (MONTAGNER, 2007, p. 72).

Para realizar as análises, é preciso apresentar e compreender que as relações sociais constituem um espaço social. E que esse espaço social não é um local, não é físico, ele é abstrato. Esse espaço é o campo social que interfere nas posições sociais dos agentes. A posição social também é simbólica, porque todo campo tem suas regras, suas aceitações e/ou jurisdições. Dentro desse campo sempre haverá conflitos, competições e concordâncias (aceitação das regras). Haverá momentos de enfrentamento e de cumplicidade no campo, a ação do agente nesse caso funciona como um jogo e, dentro desse jogo, “as fichas” são os capitais econômicos, sociais, simbólicos, culturais que se obtêm.

Os capitais são diferentes para cada campo, visto que eles dependem do reconhecimento do outro. Assim, todo o campo social é um espaço de estratégias e essas são desenvolvidas por meio de um plano de ação e/ou adquiridas por meio da formação do *habitus*.

Em síntese, pretendemos aprofundar na perspectiva bourdieusiana para trabalhar os conceitos e categorias do referencial teórico metodológico com os “estudos biográficos”. No próximo tópico, apresentaremos sucintamente algumas categorias *a priori* que podemos operacionalizar na biografia de Luiz Alexandre de Oliveira, tais como: *habitus*, campo e capitais.

As noções de trajetórias e biografias

Inicialmente, faz-se necessário uma abordagem sobre trajetória, porque representa as relações entre o agente, os campos ocupados e o desvelar na memória do *habitus* existente e os capitais adquiridos. (BOURDIEU, 1996). Desse modo, não é apenas uma narrativa linear.

Para se elaborar uma trajetória biográfica, é preciso considerar que a “[...] reconstituição parte do ponto de vista externo ao biografado, parte do ângulo de visão de quem reconstitui o campo como espaço social onde essa biografia se delineia.” (MONTAGNER, 2007, p. 255).

Na elaboração de uma trajetória biográfica de um agente, faz-se necessário compreendê-lo em sua formação, com seu *habitus* e capitais, e ter a visão dos campos em que se encontra, bem como quais estratégias utilizou para se manter e transitar nos diferentes campos, haja vista que:

[...] o *habitus*, que é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é produto de toda a história individual, bem como, através das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da família e da classe; em particular, através das experiências em que se exprime o declínio da trajetória de toda uma linhagem e que podem tomar a forma visível e brutal de uma falência ou, ao contrário, manifestar-se apenas como regressões insensíveis. (BOURDIEU, 2004, p. 131).

Em resumo, após a aproximação inicial de como se constrói uma trajetória biográfica, abordaremos a seguir o conceito de *habitus* na perspectiva do referencial teórico que será operacionalizado.

A noção de *Habitus*

Bourdieu refere-se a um *habitus* clivado, para explicar a ambivalência fundante de seu pensamento, essa angústia de se sentir dividido, por exemplo, entre duas forças dilacerantes que o obrigam a admirar e a negar as instâncias nas quais e contra as quais ele se tornou o intelectual. (PASSEGGI, 2014, p. 231).

É a relação entre *habitus*, campo e capitais que permitem estabelecer as relações da teoria bourdieusiana com os estudos biográficos. Para Bourdieu (2011, p. 162): “[...] o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. [...]”. Isto é, um sistema de disposições entre estrutura e prática.

O *habitus* é formado, porém não é fixo e determinante. Elementos sociais, culturais e econômicos o influenciam, mas em um caráter multidimensional. Setton (2002, p. 63) define o *habitus* como “[...] um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes) [...]”.

Analisar o *habitus* no referencial bourdieusiano é elementar para os estudos biográficos:

Do ponto de vista de Bourdieu, é impossível dar sentido a um todo que escapa ao próprio sujeito, histórico, determinado socialmente, imerso em um universo social fora e nossos controles. Mesmo perdendo parte da riqueza da vastidão humana, o que podemos realizar é a objetivação do *habitus*, justamente resultado estável, mas não imutável desse processo de interiorização do social e de incorporação, na pele, de nossa persona social. (MONTAGNER, 2007, p. 251).

Dessa forma, compreendemos que o *habitus* está intrinsecamente relacionado às trajetórias, que são vastos acontecimentos sociais. Para Montagner (2007, p. 241) essa ligação é verdadeira, visto que: “A relação entre biografia e história insere-se em um conjunto mais vasto de dualidades que percorrem a Sociologia desde muito tempo, baseadas na exploração da dialética indivíduo/sociedade, ação individual/coletiva [...]”.

Os estudos de Martins (2002) relatam sobre o espaço social, que pode ser um espaço geográfico, onde se recortam regiões e, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições, mais relacionadas estarão.

No presente estudo, buscamos marcar social e historicamente os espaços sociais que participaram da formação do campo e *habitus* presentes na construção da biografia do professor Luiz Alexandre de Oliveira.

[...] uma sociedade diferenciada não forma uma totalidade integrada por funções sistêmicas; ao contrário, é composta por um conjunto de microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas onde se desenvolvem uma lógica e necessidades específicas, bem como interesses e disputas irreduzíveis ao funcionamento de outros campos. Assim, o campo é um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação a outros campos. (MARTINS, 2002, p. 176).

Assim, todo agente desenvolve sua ação dentro de um campo específico, empreende estratégias, jogos, pensamento e ação de acordo com o espaço social. *Habitus* e campo desempenham funções estratégicas,

[...] na medida que o primeiro permite integrar dimensões da prática que frequentemente são estudadas de forma dispersa seja pela sociologia (e pelas suas subdivisões internas), seja por outras ciências sociais, como a fecundidade, a nupcialidade, as práticas culturais, a disposição de hipercorreção linguística, ao passo que o segundo propicia a descoberta de mecanismos gerais que estruturam a prática humana. (MARTINS, 2002, p. 180).

Nesse sentido, a relação entre as estruturas objetivas do campo e as práticas por intermédio do *habitus* geram as estratégias inconscientes ou parcialmente controladas e tendem a assegurar o ajustamento às estruturas e às relações entre as estruturas, o *habitus* e a prática (BOURDIEU, 2009).

Os capitais corroboram esses mecanismos, tanto na formação do *habitus*, quanto nas ações no campo. Para abordagem dos capitais econômico (fonte de renda, bens), social e cultural, é necessária a melhor definição dos termos para compreender a utilização nos estudos biográficos, como faremos no próximo tópico.

A noção de estratégia

A noção de estratégia, para Bourdieu (2004, p. 81), é "[...] o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente)." O autor não concebe a estratégia como produto de um programa inconsciente e racional: "Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definindo, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais [...]". (BOURDIEU, 2004, p. 81).

Dessa forma,

A lei que rege a relação entre as estruturas objetivas do campo (em particular, a hierarquia objetiva dos graus de consagração) e as práticas por intermédio do *habitus* – princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto tal princípio – constitui apenas um caso particular da lei que define as relações entre as estruturas, o *habitus* e a prática, e segundo a qual as aspirações subjetivas tendem a ajustar-se às oportunidades objetivas. [...]. (BOURDIEU, 2009, p. 160).

Podemos compreender que o jogo é partilhado por um conjunto de pessoas que participa de uma atividade regada, que sem ser necessariamente produto da obediência à regra, obedece à certa regularidade: "O *habitus* como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. [...]" (BOURDIEU, 2004, p. 82).

O *habitus* como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas as coações e as exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impõem-se àqueles e somente àqueles e somente àqueles que, por terem o sentido do jogo, isto é, o senso da necessidade imanente do jogo, estão preparados para percebê-las e realizá-las. [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 82).

O princípio das estratégias está no senso prático (sentido do jogo). “Noções como a de *habitus* (ou sistema de disposições), de senso prático, de estratégia, estão ligadas ao esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo”. (BOURDIEU, 2004, p. 79). Isso seria uma das explicações para indicarmos que a teoria bourdieusiana supera a oposição entre o objetivismo e o subjetivismo:

Em suma, porque estratégia para ele é sinônimo de escolha, escolha consciente e individual, guiada pelo cálculo racional ou por motivações “éticas e afetivas”, e porque ela se opõe à coação e à norma coletiva, ele só pode expulsar da ciência um projeto teórico que na realidade visa reintroduzir o agente socializado (e não o sujeito) e as estratégias mais ou menos “automáticas” do senso prático (e não os projetos e cálculos de uma consciência). (BOURDIEU, 2004, p. 81).

Em síntese, as sociedades tornam-se diferentes e desenvolvem os campos, que são encontros independentes e conectados várias esferas que integram um *habitus* para suas necessidades. Para melhor compreensão, no tópico seguinte abordaremos a noção de campo.

A noção de campo

O conceito de campo utilizado por Bourdieu (2004, p. 16) refere-se a certos espaços de posições sociais no qual há produção de bens de consumo, sendo que “[...] quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis.”

Por sua vez, cada campo tem suas regras. Já as estratégias são condicionadas pelo *habitus*, que é o senso prático do jogo social. O campo cultural ao ser compreendido nos dá a ideia de que:

[...] quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos de divisão [...]. (BOURDIEU, 2009, p. 106).

O campo científico, por exemplo, "[...] é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças." (BOURDIEU, 2004, p. 23). Em outros termos, os princípios realizam demarcações que se objetivam na estrutura do campo, e as práticas, por meio *habitus*, geram as estratégias inconscientes.

Em síntese, o campo engloba as práticas que se estabelecem pelo *habitus* do agente. Assim, "[...] os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível a cada momento." (BOURDIEU, 2004, p. 27). De acordo com Montagner e Montagner (2011, p. 261), "Um campo possui uma autonomia relativa", que varia de acordo com as forças internas e externas ao campo.

No campo, atuam diferentes capitais: capital cultural, capital econômico, capital escolar, capital social, e suas combinações dentro de um mesmo campo. Com este entendimento, na sequência abordamos os capitais na teoria bourdieusiana.

A noção de capitais

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 2010a, p. 65).

Na perspectiva bourdieusiana, os agentes que se envolvem com os bens culturais considerados superiores ganham prestígio e poder e distinguem-se dos grupos socialmente inferiorizados.

Dessa maneira, Bourdieu utiliza o termo capital cultural para se referir a esse poder advindo da produção, da posse, da apreciação ou do consumo de bens culturais socialmente dominantes. Sendo assim, os indivíduos capazes de produzir, reconhecer, apreciar e consumir bens culturais tidos como superiores teriam maior facilidade para alcançar ou se manter nas posições mais altas da estrutura social. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006).

Em vista disso, o capital cultural pode se apresentar em três estados, quais sejam, incorporado, simbólico e objetivado. O capital incorporado refere-se à cultura legítima internalizada pelo indivíduo, ou seja, às habilidades linguísticas, postura corporal, crenças, conhecimentos, preferências, hábitos e comportamentos relacionados à cultura dominante. Essa incorporação “[...] pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor [...]”. (BOURDIEU, 2010b, p. 76).

O capital simbólico é percebido, reconhecido e atribuído valor pelos agentes sociais. E o capital institucionalizado refere-se à posse de certificados escolares, que são utilizados socialmente como atestados de certa formação cultural.

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. (BOURDIEU, 2010b, p. 78).

O capital objetivado diz respeito à propriedade de objetos culturais valorizados, como, por exemplo, livros e obras de arte. “O capital cultural objetivado em supor os materiais, tais como escritos, pinturas, monumentos etc., é transmissível em sua materialidade.” (BOURDIEU, 2010b, p. 77).

[...] o capital escolar: de fato, este capital é o produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola (cuja eficácia depende da importância do capital cultural diretamente herdado da família) [...]. (BOURDIEU, 2011, p. 27).

Após essas considerações teóricas, podemos compreender como se constitui uma trajetória biográfica à luz do referencial teórico metodológico bourdieusiano, utilizando-nos das principais categorias e conceitos de Pierre Bourdieu como *habitus*, campo e capitais para realizar as interlocuções históricas e sociais indispensáveis aos estudos biográficos.

Notas sobre as abordagens teórico-metodológicas nos estudos biográficos

Nesse tópico apresentamos algumas das abordagens que se entrecruzaram na pesquisa. Compreendemos que a memória se constitui com as percepções do passado com o presente e permite novas representações (BOSI, 1994). A definição de memória é importante

ao estudar a trajetória e os estudos biográficos que valorizam a história e dão vozes aos agentes.

De acordo como Halbwachs (1990), a memória é coletiva e revela as lembranças e o pertencimento de grupo que produzem as transformações no contexto social, assim como é seletiva. Nos diálogos do campo da educação com a história e as ciências sociais, realizamos um breve retrospecto da relação entre história e os estudos biográficos.

A biografia mudou ao longo dos tempos. O início era o verbo e o verbo, a narrativa. E a narrativa era história em Heródoto, mas, também, retórica, em Tucídes. Em um quanto em outro, a preocupação com o efeito literário, era maior do que com a exatidão da informação. (DEL PRIORE, 2009, p. 7).

A biografia possui uma historicidade que remonta ao Período Arcaico (800 a.C. e 500 a.C.) com as histórias gregas de deuses e semideuses, passando pela hagiografia (santos católicos), seguindo pelo século XVIII e pela Escola dos Annales até a micro história com Ginzburg e Levi. Possui diferentes concepções, classificações e tipologias.

Dessa maneira, utilizaremos o Movimento Escola dos Annales para ampliar o olhar sobre a produção histórica e biográfica.

A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual. (DEL PRIORE, 2009, p. 9).

Del Priore (2009) observa que a biografia em meados de 1700 designava um gênero que tinha por objeto a vida dos indivíduos. Antes, as biografias apareciam na forma de memórias, ou seja, relações escritas nas quais o indivíduo narrava fatos dos quais participara ou fora testemunho.

Para aproximar da Escola dos Annales optou-se pela utilização do livro: “A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia” de Peter Burke, obra que teve como objetivo descrever, analisar e avaliar a obra da Escola dos Annales. O autor explica que este foi um movimento historiográfico com início a partir da publicação de uma revista na França no ano de 1929.

A revista, que tem hoje mais de sessenta anos, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As ideias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. [...]. (BURKE, 1997, p. 11).

O movimento propunha segundo Burke (1997), substituir a tradicional narrativa de acontecimentos para uma história-problema, uma história de todas as atividades humanas. Para isso, contou com a colaboração de outras disciplinas como Geografia (Albert Demangeon), Economia (Charles Rist), Sociologia (Maurice Halbwachs), dentre outras.

Por ser contra a história uniforme, quantitativa, determinista em suas concepções.

[...] o grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (BURKE, 1997, p. 126-127).

Os Annales foi organizada em três fases (gerações). A primeira, de 1929 – 1945 foi liderada por Lucien Febvre e Marc Bloc, tendo como uma das características a introdução da chamada geografia histórica e história dos eventos, ambas partindo de um ponto de vista interdisciplinar. Para Dosse (2003, p. 83): “[...] Os Annales propõem o alargamento do campo da história, e ao desertar o terreno político, esta acaba por orientar o interesse dos historiadores para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população, a demografia, as trocas, os costumes [...]”. Era, portanto, contra a linearidade da história narrativa e buscavam uma renovação frente as políticas da época.

A segunda fase marcada por Fernand Braudel, que em um período pós-guerra ligou-se a uma história social, o que fez com que a revista também publicasse conteúdos sobre a história regional.

A terceira fase, a partir de 1968, destacou-se pela dificuldade em se traçar um perfil, uma vez que houve uma fragmentação de concepções como história e memória, documento monumento e história cultural, assumindo a perspectiva de que “[...] Os Annales não se contentam somente com a aliança com outros especialistas, integram também seus métodos e conceitos [...]”. (DOSSE, 2003, p. 88). Ademais, ocorreu como inovação a inclusão de mulheres como autoras, tal como Christine Klapisch.

[...] Os historiadores anteriores dos Annales haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral, já que haviam obviamente mencionado as mulheres de tempo em tempo [...]. (BURKE, 1997, p. 80).

Autores como Jacques Le Goff e Philippe Ariès tiveram destaque. Ariès sofreu algumas críticas sendo chamado de historiador diletante. Para Burke (1997), essa fase foi importante para redescoberta da história, tentou métodos quantitativos na história cultural e propiciou o ressurgimento das narrativas.

Pierre Bourdieu é citado no livro de Burke (1997) como o autor de uma “antropologia simbólica”, devido à sua utilização do termo “capital simbólico”, fundamentou trabalhos do sociólogo na chamada “teoria da prática” bourdieusiana, que sinalizava para a cultura popular e a vida cotidiana.

A substituição da ideia de “regras sociais” (que considera muito rígida e determinista) por conceitos mais flexíveis como “estratégia” e “*habitus*” afetou de tal maneira a prática dos historiadores franceses que seria ilusório reduzi-la a exemplos específicos, como as estratégias matrimoniais dos nobres na Idade Média. (BURKE, 1997, p. 94).

Burke (1997, p. 118) aponta que “[...] as três ciências, em especial, existe um considerável interesse na abordagem dos Annales. Elas são geografia, sociologia e antropologia.” E acrescenta a profunda contribuição dos Annales de forma desigual. Assim, reconhecemos que as contribuições da Escola dos Annales são inegáveis e auxiliam até hoje para a análise historiográfica.

De modo geral, os estudos biográficos vêm crescendo e sendo valorizados pela comunidade acadêmica. Conforme demonstrado pela Escola dos Annales a memória problematizada e aliada na interdisciplinaridade com diferentes métodos e conceitos ampliou as possibilidades da construção da história. Como podemos verificar a biografia historicamente passou de simples narrativas para estudos mais elaborados.

A produção sobre estudos biográficos nos bancos de dados BDTD e SciELO

Em face do trabalho de produção da trajetória biográfica temática do professor Luiz Alexandre de Oliveira, principalmente no que tange às relações com a colônia japonesa em Campo Grande–MS, apresentamos os resultados e o refinamento da pesquisa bibliográfica acerca dos estudos biográficos desenvolvidos no país, que estão depositados nos bancos de

dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Library On Line (SciELO).

Propusemos os seguintes questionamentos, a saber: o que vem sendo produzido sobre estudos biográficos? Quais referenciais teórico-metodológicos são mobilizados nos estudos sobre biografias?

Para isso, primeiramente realizamos as buscas nos portais e elencamos três descritores: "biografia", "biografia científica" e "biografia e educação". Com o objetivo de refinar as buscas, utilizamos o termo "and" "e" e "biografia científica".

Os resultados com somente a palavra "biografia", apenas para realizar uma apresentação quantitativa, chegaram ao extenso número de 990 dissertações e teses no BDTD e 154 artigos no SciELO. Incluímos, assim, o termo "educação" para refinar a busca nos portais e reduzir expressivamente o número de trabalhos.

Com os descritores "biografia e educação" encontramos 38 dissertações e teses na BDTD. Dentre esses trabalhos, uma média de 18 trabalhos apresentou apenas a narrativa da história de vida da pessoa escolhida. Alguns trabalhos se destacam por relacionar a biografia com a questão de gênero, outros relatam biografia como sinônimo de trajetória, alguns o termo biografia é identificado como método, ou seja, trata do método autobiográfico e trazem termos novos como biografia esportista e biografia fenomenológica.

Logo, são trabalhos que apenas mencionam o termo biografia durante o texto. Observamos que, na maioria das vezes, não é explicada a utilização e não há explicação de método e/ou referencial teórico. Por isso, não aprofundamos a leitura do material.

Por esses motivos e após a leitura de todos os trabalhos, destacamos apenas quatro para melhor "representar" o que se pretende discutir. A justificativa da escolha das duas teses e as duas dissertações deve-se ao fato de elas elencarem no texto a escolha da biografia como técnica, método, ou gênero biográfico bem como por se referirem ao uso de termos da teoria bourdieusiana.

Sousa Neto (2009), em sua tese "Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade política e educação no Piauí (1820-1850)", analisa a figura de Marcos de Araújo Costa. Para isso, cita brevemente o texto do sociólogo francês Pierre Bourdieu: "A ilusão biográfica" para esclarecer o sujeito na biografia e pauta-se no pensamento da escola como reprodutora do livro "A reprodução".

Buccini (2007), em sua dissertação "Identidades de educadoras sociais: trajetórias de vida e formação", utiliza o termo "biografia educativa" de Pierre Dominicé para desenvolver uma pesquisa-formação com a intencionalidade de que os educadores sociais percebessem as

influências socioculturais. Também discute o termo autobiográfico e refere-se ao autor Franco Ferrarotti para transformar o método biográfico em “método científico”.

A autora utiliza-se do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, considera a biografia como método e cita o termo bourdieusiano “capital cultural” para justificar a formação de elites durante seus escritos.

Santos (2015), na tese “A vida do pensamento e o pensamento da vida: Sud Mennucci e a formação de professores rurais”, busca compreender a natureza do pensamento educacional de Sud Mennucci a partir da construção da sua biografia intelectual.

Em sua tese, ele utiliza o termo biografia intelectual baseado em François Dosse e revela a biografia como fonte de pesquisa e como gênero biográfico. Inclui também Pierre Bourdieu (1998) com a utilização das noções de “capital cultural e campo”, bem como Chartier, na relação entre capital social e capital cultural.

Cardôzo (2013), em sua dissertação “O plural e o singular: o ensino de História entre a formação de professores e o sujeito que narra”, teve por objetivo pesquisar a identidade narrativa de professores formados no curso de História da UFSM e, para isso, utilizou a entrevista autobiográfica. As narrativas demonstraram que, para os professores investigados, formação é história de vida, é um processo que não se circunscreve a um tempo determinado ou à práticas formais. Cardôzo (2013) utiliza como referencial Marie-Christine Josso para explicar a história de vida como método; já para método autobiográfico trabalhou com Christine Delory-Momberger.

No SciELO, com o termo biografia e educação, localizamos um total de 22 artigos na primeira leitura; posteriormente reduzimos para 17, devido ao fato de alguns serem específicos da área de medicina. Dentre os artigos selecionados e lidos, 10 narram a história do agente e 3 tratam a biografia como sinônimo de trajetória. Ressaltamos que nesses estudos há inexistência do autor Pierre Bourdieu, pois em nenhum deles há o referencial bourdieusiano.

Dessa maneira, para nossa análise mais aprofundada restaram apenas quatro artigos, que trazem a escolha e/ou referencial teórico-metodológico biográfico, ou ainda, são artigos que trazem a biografia como método ou gênero.

No artigo “Biografia do Orvalho: considerações sobre narrativa, vida e pesquisa em Educação Matemática”, de Fernandes (2014), o autor retrata que:

Biografar é narrar relações, e esse narrar é diferente de meramente descrever. A descrição pressupõe algo fixo, estratificado e constante, do qual admitimos,

enquanto leitores, a capacidade de dizer sobre. [...] O narrar biográfico também é, pois, diferente de mera dissertação. (FERNANDES, 2014, p. 899).

Para o autor supramencionado, a narrativa é pensada em termos filosóficos, metodológicos e históricos. Por meio da História Oral considera a biografia como gênero.

Já para as autoras Stecanela e Kuiava (2012, p. 176), “O método (auto) biográfico e suas potencialidades na produção de narrativas reflexivas forneceram o substrato empírico para as análises [...]”. O artigo teve por objetivo analisar as representações que nove jovens têm sobre sua situação juvenil e foi utilizado como referência Marie-Christine Josso e Maria da Conceição Passegi.

No artigo “Fundamentos epistemológicos pesquisa bibliográfica em educação” de Delory-Momberger (2011), a autora teve como objetivo estabelecer bases científicas ou reflexivas que justificam história de vida e narrativa (auto) biográfica.

[...] a biografia poderia ser definida como uma dimensão do agir humano que permite aos indivíduos, dentro das condições de suas inserções sócio-históricas, integrar, estruturar, interpretar as situações e os acontecimentos vividos [...] (DELORY-MOMBERGER, 2011, p. 342).

Por conseguinte, Delory-Momberger (2011) estabelece que as estruturas e formas narrativas que os indivíduos autobiografam não lhes pertencem de fato, são formas coletivas que refletem e condicionam, são as relações com a coletividade e com eles mesmos. De acordo com a autora, quando narramos nossa história:

Coletamos, ordenamos, organizamos, vinculamos as situações e os acontecimentos de nossa existência, damos a eles uma forma unificada e associada a uma vivência proteiforme, heterogênea, incerta, inapreensível e, através dessa formatação, interpretamos e outorgamos sentido ao que vivemos. (DELORY-MOMBERGER, 2011, p. 341).

Dessa forma, descrevemos o que nos convém, a memória é seletiva e nossas vivências envolvem todo um coletivo e situações do cotidiano e de momentos políticos e sociais.

Por fim, selecionamos o artigo “A biografia e sua instrumentalidade”, de Carino (1999), o qual teve por objetivo destacar a pertinência e relevância dos estudos biográficos e apresenta a biografia como gênero. O autor relata que:

Não se biografa em vão. Biografa-se com finalidades precisas: exaltar, criticar, demolir, descobrir, renegar, apologizar, reabilitar, santificar, dessacralizar. Tais finalidades e intenções fazem com que retratar vidas, experiências singulares,

trajetórias individuais transforme-se, intencionalmente ou não, numa pedagogia do exemplo. A força educativa de um relato biográfico é inegável. (CARINO, 1999, p. 154).

As biografias normalmente relatam a importância histórica e social dos agentes, têm por finalidade dar visibilidade aos sujeitos.

Na BDTD, no que diz respeito à biografia científica, destacamos apenas 4 trabalhos entre dissertações e teses. Os demais não estão contemplados, uma vez que a maioria do material encontrado trata apenas de narrativas de trajetórias de vida.

A dissertação “A biografia como divulgação científica: uma análise de discurso da coleção “Grandes Cientistas brasileiros”, de Ormaneze (2013), foi selecionada por trazer contribuições quanto ao significado de biografia. Em seu trabalho de Mestrado em Jornalismo, o autor analisou um total de 10 biografias na coleção “Grandes Cientistas Brasileiros”.

Para Ormaneze (2013), a biografia é um gênero literário de não ficção que incorpora elementos próprios do período histórico, ou seja, apenas uma narrativa. Na visão do autor espera-se que a biografia “[...] conte, detalhadamente, a partir das investigações, pesquisas e do estilo do biógrafo, uma versão da vida de uma pessoa [...]” (ORMANEZE, 2013, p.14). Para tal, utiliza o referencial da Análise do Discurso de Michel Pêcheux.

Na tese de Montagner (2007), “A consagração das vanguardas: memória e biografia coletivas das práticas científicas na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp”, o autor buscou compreender as práticas científicas dos pesquisadores de uma instituição da área médica e analisou memórias coletivas. Montagner (2007) foi um dos poucos autores que trouxe uma parte metodológica no trabalho. Para isso, descreveu os conceitos e referencial teórico. Relatou como foi utilizada a teoria bourdieusiana na tese com a explicação de *habitus*, *campo*, *illusio*, *ethos* e definiu os termos história de vida e autobiografia.

No início da tese, o autor relata a história de vida como técnica, não sendo autobiografia e nem ficção do pesquisador. Para Montagner (2007):

[...] a memória individual (autobiográfica) é composta por todos os sinais e traços que guardamos, que ouvimos, experimentamos, sentimos, olhamos e que permanecem guardados e inativos. Esses fragmentos pertencem muitas vezes ao domínio dos sonhos, das lembranças da infância longínqua, das falas dos seres próximos e, às vezes, de um mundo de fantasmagorias. (MONTAGNER, 2007, p. 149).

Em seus estudos, as práticas revelam a posição no campo científico nos quais os sujeitos de sua pesquisa estão inseridos. Gostaríamos de destacar que Montagner (2007) utiliza uma vasta bibliografia de Bourdieu em seu trabalho, bem como retrata a biografia como técnica.

Na dissertação “Biografias não autorizadas: colisão entre liberdade de expressão e proteção da privacidade à luz do direito ao esquecimento controversias pós-decisão do Supremo Tribunal Federal”, da pós-graduação em Direito, Porciúncula (2016) traz elementos de reflexão quanto à legalidade da escrita de biografias, ou seja, investigar a colisão dos direitos fundamentais, de liberdade de expressão e privacidade. Para o autor:

A construção da memória coletiva ocorre, portanto, a partir da visão do outro ou de si próprio. Quando essa memória é traduzida em obras escritas, deparamo-nos com relatos biográficos e autobiográficos: visão do outro e visão de si próprio, respectivamente. (PORCIÚNCULA, 2016, p. 204)

No referido trabalho, o autor conceitua a autobiografia como gênero, uma narrativa escrita pelo próprio autor sobre relatos de vida, trajetórias pessoais para construir a personalidade individual e coletiva à sua época (PORCIÚNCULA, 2016); logo, para o autor, o biógrafo nunca alcançará uma verdade absoluta. A memória é seletiva.

Divergências quanto à narrativa de fatos biográficos são inerentes ao próprio gênero. As mais diversas fontes – entrevistas, relatos, depoimentos, correspondências –, uma vez extraídas pelo biógrafo, o tornam também protagonista como testemunha das histórias, senão dos fatos realmente ocorridos, mas ao menos dos relatos por ele colhidos. Em verdade, há nas biografias uma interlocução constante entre pesquisador e personagem. O biógrafo ou o historiador reconstrói um contexto de uma época a partir de uma narrativa vivencial do outro. É aí que reside, contudo, a linha tênue entre história e fofoca, entre público e privado. (PORCIÚNCULA, 2016, p. 222).

Desse modo, Porciúncula (2016) traz análises jurídicas, relata fatos do cotidiano e revela contribuições sobre biografia e autobiografia. Utiliza o método de Desconstrução de Jaques Derrida e Paul Feyerabend para fazer as análises.

Para finalizar, selecionamos o trabalho “Dyonélio Machado (1895 – 1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual”. Trata-se de uma dissertação em História, produzida por Dors (2008), que utiliza o termo “biografia intelectual”. A autora expressou como objetivo examinar as relações entre Dyonélio Machado, a biografia e a história. Para isso, a autora buscou dados em fontes documentais, obras literárias e científicas do intelectual.

A autora esclarece que: “[...] de acordo com a historiografia francesa, a História Intelectual é um campo histórico autônomo e aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (DORS, 2008, p. 29). Acrescenta que a biografia histórica tem especificidades com procedimento crítico, com técnicas de narração e explicação e respeito à memória do biografado.

O resultado da pesquisa na SciELO com as palavras-chave biografia científica resultaram em apenas 10 artigos. Em síntese, compreendemos que esses estudos não contemplavam a discussão proposta, por isso não apresentamos os dados desse resultado no presente texto.⁷ Dentre os artigos encontrados, 40% era da área da medicina, 30% composto apenas de narrativas dos biografados e os outros 30% trazia a biografia como sinônimo de trajetória. Apenas dois artigos revelaram o referencial teórico metodológico, a saber: um na abordagem foucaultiana e outro no referencial histórico-cultural. Destacamos que nenhum operou com Pierre Bourdieu nas análises.

Ao colocar em foco um dos nossos questionamentos iniciais, qual seja, o que vem sendo produzido com a temática, temos a considerar que a produção com os estudos biográficos, em um primeiro momento do nosso levantamento, apresentou um quantitativo expressivo, isto é, ao utilizarmos a palavra “biografia, contudo, ao refinarmos a busca e realizarmos a leitura do título, palavras-chave, resumo e do material completo, constatamos que poucos trabalhos sistematizam e problematizam a elaboração de biografia. Assim, constatamos que a maioria dos trabalhos narra a biografia de figuras notórias da história e poucos trabalhos utilizam o referencial bourdieusiano para as análises.

Ademais, buscamos também aproximações ao questionamento sobre qual o referencial teórico-metodológico utilizado nos trabalhos selecionados na pesquisa bibliográfica. A maior parte do material encontrado, mesmo dentre os trabalhos selecionados na pesquisa para a análise, não possibilitam a identificação do referencial teórico.

Dentre o que foi encontrado, constatamos que alguns autores fazem questão de explicitar o referencial teórico-metodológico, outros mencionam o autor do método. Ilustram o que mencionamos: Psicologia Histórico-Cultural; Biografia Intelectual de François Dosse; Método de Desconstrução de Jaques Derrida; História Oral; Marie-Christine Josso; Análise do Discurso de Michel Pêcheux; Maria da Conceição Passegi; Pierre Bourdieu; História Intelectual utilizada por Jean-François Sirinelli e Thomas Kuhn.

⁷ Optamos por apresentar esses resultados nos apêndices, que se encontram no CD-ROM em anexo.

No próximo tópico, nos aproximaremos do seguinte questionamento: os trabalhos selecionados no levantamento da pesquisa bibliográfica compreendem a biografia como técnica ou método?

Pierre Bourdieu e os estudos biográficos: questões teórico-metodológicas

A biografia, por sua vez, é a história de um indivíduo redigida por outro. Existe aqui a dupla intermediação que a aproxima da história de vida, consubstanciada na presença do pesquisador e no relato escrito que sucede às entrevistas. O objetivo do pesquisador é desvendar a vida particular daquele que está entrevistando ou cujos documentos está estudando, mesmo que neste estudo atinja a sociedade em que vive o biografado, o intuito é, através dela, explicar os comportamentos e as fases de existência individual. (QUEIROZ, 1988, p. 23).

Esse tópico tem por objetivo identificar como os “estudos biográficos” aparecem nos artigos, dissertações e teses analisadas na nossa pesquisa bibliográfica. Os resultados que ora serão analisados foram apresentados no tópico anterior. Nesse momento, faremos uma análise reflexiva e aprofundamento teórico acerca do questionamento proposto.

Para melhor visualização, trazemos a Tabela 1 com o quantitativo do material selecionado. Na tabela, colocamos o quantitativo de trabalhos e acrescentamos a denominação da biografia como gênero presente nos trabalhos.

Tabela 1. Quantitativo da biografia como técnica/método na pesquisa bibliográfica

Banco de Dados	Quantitativo analisado	Gênero	Técnica	Método	Não identificado
BDTD	8	3	2	2	1
SciELO	4	2	0	1	1
Total	12	5	2	3	2

Fonte: BDTD.

Organização: AMAYA, 2016.

Como podemos observar, a maior parte dos autores (5 trabalhos) consideram a biografia como gênero literário, apenas com a narração da história de vida. Um dos autores se posiciona da seguinte forma: “Conferir ao gênero biográfico a possibilidade de conhecer implica a necessidade de assumir as fronteiras de uma linha de simulação, garantindo certa estabilidade em que significados possam ser produzidos.” (FERNANDES, 2014, p. 906).

Nesse viés, para o autor, a biografia não é como um gênero estático, deve-se ir além do que está posto no discurso dos sujeitos biografados.

Em contrapartida para Cardôzo (2013):

Utilizamos, para isso, o método (auto) biográfico (DELORY-MOMBERGER, 2008, 2011). Tal pesquisa narrativa (auto) biográfica ou narrativa de formação (JOSSO, 2002), ao se apropriar desse método de investigação, tem como corpus as narrativas (auto) biográficas através de relatos orais de professores egressos do curso de História da UFSM. [...] (CARDÓZO, 2013, p. 39).

Para Cardózo (2013), a biografia representa um método de investigação que, por meio dos relatos orais, realiza suas análises. Destaca-se que a biografia como método de investigação foca na subjetividade do agente, a verdade está na versão apresentada sem contestar.

Na investigação que realizamos, apenas 3 trabalhos elencaram a biografia como método, contudo, se levarmos em consideração o quantitativo total de 12 trabalhos analisados, esse número representa 25 por cento do total, ou seja, um número considerável. Por outro lado, localizamos 2 trabalhos que citam a biografia como técnica. Assim, para Montagner (2007) a biografia é:

[...] uma técnica, a história de vida representou uma maneira de obtermos dados relativos aos pesquisadores da FCM da Unicamp: pois sem essa condição básica, ficava impossível entendermos a origem e o desenvolvimento processual e histórico daquela organização. Nesse contexto, a perspectiva desses agentes sociais é fundamental. (MONTAGNER, 2007, p. 48).

A biografia, portanto, assume no campo da ciência uma fonte de conhecimento do homem, um elemento indispensável para compreender a estrutura social e também os movimentos coletivos, a partir da compreensão de que o conhecimento da biografia de um homem pode revelar todos os elementos constitutivos de um grupo social.

Após algumas reflexões e as pesquisas bibliográficas realizadas e analisadas, compreendemos que, de maneira geral, há um número considerável de trabalhos com os estudos biográficos. Contudo, são poucos os trabalhos que realizam consideração à metodologia e/ou ao referencial metodológico para realizar as análises.

Assim, diante dessa questão, devido aos fatores e trabalhos publicados, nosso posicionamento foi optar por utilizar a nomenclatura trajetória biográfica temática. Partimos da trajetória como termo bourdieusiano.

A contribuição dos estudos biográficos para o campo da História da Educação

O presente tópico discute a contribuição dos estudos biográficos para a História da Educação. Nossa proposta caminha em torno da discussão sobre biografia, trajetória e história, inserindo-se nos estudos sociológicos e também nos estudos sobre memória.

Os estudos biográficos e de trajetórias podem contribuir para o estudo sobre o agente social, trazendo à tona as relações estabelecidas e os destinos mutáveis de grupos sociais em dado campo social.

Para Montagner (2007, p. 255): “Os acontecimentos biográficos são eventos em um fluxo social mais vasto, correspondem a abalos parciais cujo epicentro escapa ao ângulo de mirada do próprio agente.”. A biografia assume, no campo de conhecimento, uma fonte de conhecimento do homem, um elemento indispensável para compreender a estrutura social e também os movimentos coletivos.

[...] a biografia conserva sua especificidade. Todavia a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias. Mas o contexto remete, na verdade, as duas perspectivas diferentes. Por um lado, a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante. [...] Por outro lado, o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado. (LEVI, 2006 p. 175-176).

A biografia de um homem pode revelar muitos dos elementos constitutivos de um grupo social.

[...] o uso da biografia no estudo da história consideram que as biografias de indivíduos comuns concentram todas as características do grupo. Elas mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo e ilustram formas típicas de comportamento. (ALBERTI, 2008, p. 170).

Constituir uma historiografia educacional a partir do estudo da biografia e/ou trajetória de uma personalidade torna-se relevante por apontar não só os elementos da individualidade, mas abranger também os conhecimentos específicos das estruturas sociais.

A relação entre biografia e história insere-se em um conjunto mais vasto de dualidades que percorrem a Sociologia desde muito tempo, baseadas na exploração da dialética indivíduo/sociedade, ação individual/coletiva, liberdade/determinismo, individual/coletivo, estrutura/indivíduo e outras. Neste último caso, aponta-se para a manutenção, no indivíduo, de componentes subjetivos sociais e ligados ao grupo onde ele vive, ou, inversamente, a busca do que é extremamente único e pessoal dentre um aparato mais vasto de representações da memória, internalizadas a partir da sociedade. (MONTAGNER, 2007, p. 243).

Assim, o estudo de biografias e trajetórias de vida é relevante para compreender criticamente as condições sociais do agente social, em que ele é o produto, bem como para compreender as condições de existência, as estruturas e mecanismo sociais, cujo efeito é exercido sobre o conjunto da classe da qual ele faz parte.

Em suma, "[...] uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem." (MONTAGNER, 2007, p. 257). Assumimos, portanto, na perspectiva bourdieusiana, a trajetória como a relação entre agente e campo.

A biografia, como análise, tem o papel de auxiliar na pesquisa social. "[...] A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia". (LEVI, 2006, p. 168). A produção de uma biografia evidencia a importância das comparações documentais.

A biografia desfez também a falsa oposição entre o indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só. Ele só existe "numa rede de relações sociais diversificadas". Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence. (DEL PRIORE, 2009, p. 10).

A importância da biografia é permitir que a historiografia dê voz aos agentes por vezes deixados à margem da história. Temos por incentivo apresentar as memórias e debater com outras fontes. "[...] A biografia pública, exemplar, moral, sempre em relação estreita com os momentos de crise na definição da racionalidade e também com os momentos em que o confronto entre indivíduo e instituições se tornou mais agudo". (LEVI, 2006, p. 170).

Dessa forma, a presente proposta torna-se relevante para apresentar novas perspectivas sobre os estudos biográficos para o campo da Educação principalmente no sul de Mato Grosso, pois traz contribuições socioculturais possibilitadas pela interlocução da história da educação com ênfase na imigração japonesa no sul do estado. Academicamente, é o momento de dar visibilidade, oportunidade e voz a agentes por vezes ladeados pela história.

Considerações sobre os procedimentos de coleta e categorização dos dados na pesquisa biográfica

O presente tópico tem por objetivo apresentar os procedimentos de coleta e categorização dos dados na presente pesquisa, bem como indicar como será operacionalizado o *software NVivo*⁸, utilizado para realizar a análise de conteúdo do material empírico, especificamente as entrevistas de Luiz Alexandre de Oliveira.

A composição das discussões do trabalho foi realizada a partir da análise documental, desde a pesquisa bibliográfica, por meio de revisão de literatura dos materiais já produzidos, e permeando fontes documentais, fontes memorialísticas e as entrevistas depositadas no Arquivo Público Estadual, pelas profas. Profa. Dra. Kátia Cristina N. Figueira e Profa. Dra. Carla Villamaina Centeno, a entrevista realizada pela Profa. Dra. Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo e a entrevista do livro livro memorialístico para entrecruzar os dados encontrados.

Os livros, fotos e documentos das instituições foram sendo coletados desde o início das disciplinas do mestrado em educação. Os percalços e dificuldades foram grandiosos, visto que algumas instituições não permitiam o acesso a documentos ou diziam, de imediato, que não havia material a ser pesquisado, tais como a Federação Espírita e o Hospital Nosso Lar. Devido ao nosso recorte temático, não aprofundamos e insistimos nesse momento por adentrar nas respectivas instituições.

No início, o objetivo foi estabelecer uma rede social de contatos para que pudéssemos “abrir as portas” das instituições e de arquivos pessoais e buscar arquivos sobre a relação de Luiz Alexandre com os japoneses.

Utilizamos algumas ferramentas de divulgação como a elaboração de um cartaz⁹ informativo convidando as pessoas a ajudarem com dados e principalmente com arquivos escolares. Esse cartaz foi divulgado na Associação Nipo e na Escola Visconde de Cairu.

O senhor Henrique Oshiro é membro da comunidade japonesa responsável pela elaboração do Informativo Nipo, publicado mensalmente pela Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira de Campo Grande. Ele colaborou com a pesquisa escrevendo e publicando uma pesquisa nesse informativo, na página da rede social *Facebook*, cedendo materiais como provas, atividades, uniforme e fotos das filhas do período em que foram

⁸ QSR. NVivo Version 9. Copyright2017 QSR International Pth Ltd. 199-2017. All rights reserved.

⁹ Cartaz está nos apêndices bem como nota divulgada no informativo e na página do *Facebook* (rede social) da Associação Nipo.

alunas da Escola Visconde de Cairu e, especialmente, realizando os contatos pessoais, apresentações e indicações a outros membros que ajudaram na coleta de fotos e materiais.

Outro momento dessa pesquisa compreendeu a realização da revisão bibliográfica para o aprofundamento do objeto de pesquisa e para identificar as produções e obras sobre o período investigado sobre o agente Luiz Alexandre de Oliveira.

Nosso campo de pesquisa para o levantamento foram os acervos históricos da cidade e as associações da comunidade japonesa e a atual Escola Visconde de Cairu. Após a coleta de documentos realizada, voltamo-nos para análises sistemáticas do material, das informações publicadas em documentos oficiais e das entrevistas publicadas e/ou guardadas em acervo.

Para a análise, contamos com três entrevistas do professor Luiz Alexandre. Uma foi coletada por pesquisadoras do Arquivo Público Estadual e contém desde o nascimento até a trajetória política do entrevistado. Relata a vinda de Minas Gerais para Aquidauana, seus estudos no Instituto Pestalozzi, os investimentos como empresário, a ida ao Rio Janeiro e também como se tornou dono e posteriormente diretor do Colégio Osvaldo Cruz, perpassando sua ajuda à Escola Visconde de Cairu no período do Governo Vargas. Também discorre sobre a divisão do estado de Mato Grosso, cita um pouco da sua vida política, bem como menciona diversos nomes de políticos durante seus relatos.

A segunda entrevista foi realizada pela Profa. Dra. Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo, para sua dissertação de Mestrado intitulada “O Ensino de Didática na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle” (ARAÚJO, 1997). Observamos que nessa entrevista o objetivo da professora foi estudar a Escola Normal. As perguntas foram direcionadas às disciplinas que o professor Luiz Alexandre lecionou, ao material utilizado nas suas aulas, bem como ao período em que foi diretor da escola Osvaldo Cruz. Traz também considerações sobre as professoras normalistas cuiabanas que lecionaram em Campo Grande.

E, por fim, a entrevista apresentada no livro de Maria da Glória Sá Rosa (1990). O material, para ser inserido no programa que auxilia na análise de dados, teve de ser alterado para o formato *Word*, o que possibilitou que as entrevistas tivessem o mesmo padrão para análise de conteúdo. Nele constam os dados pessoais, quais sejam: o relato sobre a família, a mãe e irmão. Há menção da trajetória escolar no interior, em específico na cidade de Aquidauana, e ainda informações sobre o primário na Escola Visconde de Cairu, até sua ida para São Paulo e Rio de Janeiro. Assim como nas demais entrevistas relatadas anteriormente, o professor relata nomes de professores e políticos, também narra sobre a divisão do estado e o período em que foi deputado.

Nesse *corpus* constituído pelas entrevistas, aplicamos a técnica de análise de conteúdo, baseado em Bardin (2016, p. 37), que a entende como “[...] um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, [que] consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação [...]”. A utilização dessa técnica contribuiu para a organização dos dados e construção do capítulo 1, descrito no tópico abaixo.

A análise de conteúdo compreende cinco etapas: 1) preparação das informações; 2) unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3) categorização ou classificação das unidades em categorias; 4) descrição; e 5) interpretação.

O recurso adotado aperfeiçoa a análise das categorias, que surgirá a partir da narração do agente estudado. Conforme Bardin (2016, p. 156), a “[...] utilização do computador em análise de conteúdo conduziu os investigadores à tentativa de construir grelhas de análise susceptíveis de funcionar com vários tipos de materiais”. Pudemos, dessa forma, sistematizar os dados coletados por meio das categorias e/ou realizar o número de ocorrências de uma palavra para analisar o quantitativo.

O *software* Nvivo é um suporte que permite a organização e quantificação dos dados coletados nas entrevistas, o que facilita o trabalho com um número expressivo de informações e torna a análise mais objetiva. Contudo, cabe ao pesquisador elaborar as categorias e analisá-las segundo o referencial adotado.

O programa funciona como suporte para quantificar e organizar os dados coletados nas entrevistas, com o objetivo de facilitar o trabalho do pesquisador, tornando a análise mais objetiva. Um dos recursos desse programa é quantificar a frequência de palavras nas entrevistas.

Primeiramente, realizamos a busca da frequência das palavras em cada entrevista. Para isso, inserimos o arquivo em que constaram apenas as respostas e falas do professor Luiz Alexandre, retirando-se assim as perguntas e todas as intervenções das professoras pesquisadoras. O critério de busca inserido no programa foi no mínimo de 5 caracteres.

Para realizar a análise das palavras, excluímos advérbios, preposições e alguns verbos. Após a seleção, elaboramos uma tabela para melhor visualização dos dados encontrados e selecionados. Na tabela constam a Entrevista 1 (Arquivo Estadual), Entrevista 2 (Profa. Dra. Carla Zandavalli) e Entrevista 3 (Profa. Maria da Glória Sá Rosa) e, no último, consta a pesquisa unindo as 3 entrevistas. As palavras com maior frequência são descritas na Tabela 2.

Tabela 2. Frequência de palavras nas entrevistas

Material pesquisado	Entrevista 1		Entrevista 2		Entrevista 3		Nas 3 entrevistas	
1º	Colégio	41	Professor	44	Professor	42	Professor	100
2º	Escola	35	Escola	25	Colégio	35	Colégio	86
3º	Política	28	Cuiabá	21	Escola	23	Escola	83
4º	Amigo	24	Padre	16	Ensino	20	Estado	43
5º	Japoneses	22	Professores	16	Estado	19	Política	42

Organização: AMAYA, 2017.

Na tabela 2, optamos por colocar apenas as primeiras palavras com maior frequência. A palavra com maior frequência, nas três entrevistas, foi “professor” com o quantitativo de 100 aparições. O maior quantitativo da mesma palavra encontra-se na entrevista 2, cujo objetivo foi o depoimento acerca da Escola Normal no sul do estado, na qual se constatou o número de 44 vezes a palavra professor.

Destacamos a palavra "escola", que é a única que aparece entre as cinco primeiras em todas as três entrevistas, variando em segundo e terceiro lugar em número de aparições nos discursos, com a frequência de 83 vezes nas três entrevistas.

Outro dado que nos chamou a atenção é que a palavra japoneses apareceu somente na entrevista 1; buscamos pela palavra nas outras duas entrevistas e nada constou. A elaboração da tabela teve por objetivo evidenciar as palavras que mais constaram nas entrevistas estudadas para fazer uma comparação dos assuntos apresentados.

Para elaboração e estudos do capítulo 1, colocamos as entrevistas no programa e categorizamos conforme os seguintes subtítulos: a trajetória, os campos social, político e educacional e o professor Luiz Alexandre de Oliveira como professor, idealizador e gestor de escolas públicas. As categorias foram determinadas a partir da frequência de palavras e da leitura das entrevistas.

As análises do capítulo serão compostas pelas entrevistas e pelo material obtido durante a coleta de dados. Dentre os materiais estão livros, revistas, decretos, artigos de jornais, materiais cedidos pelos arquivos históricos de Campo Grande e pela Associação Nipo brasileira e a Escola Visconde de Cairu.

Dessa maneira, o *NVivo 9* facilitou na organização dos dados quantitativos e qualitativos que, explorados juntamente com referencial teórico metodológico bourdieusiano, permitiu nos aproximar da trajetória biográfica do Professor Luiz Alexandre de Oliveira.

Considerações sobre a estrutura da Dissertação

A presente Dissertação está organizada em dois capítulos: no primeiro, realizamos a construção baseada em três entrevistas para permear a trajetória do professor, desde sua infância até a formação educacional e atuação profissional. Analisamos os campos sociais, políticos e educacionais em que o Professor Oliveira esteve presente. Posteriormente, compreendemos o agente Luiz Alexandre de Oliveira, como professor, idealizador e gestor de escolas privadas e públicas em Campo Grande-MS.

No segundo capítulo, buscamos apresentar dados sobre a imigração japonesa no Brasil e em Campo Grande/MS. Enfatizamos nesse capítulo as perseguições étnicas sofridas nos tempos da Segunda Guerra Mundial. E, por fim, analisamos as relações étnicas e éticas do professor Luiz Alexandre de Oliveira em específico com a comunidade japonesa.

Por último, nas considerações finais da dissertação, apontamos os resultados e sinalizamos algumas questões para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1

PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA: NOTAS BIOGRÁFICAS

O capítulo tem por objetivo apresentar a trajetória biográfica do professor Luiz Alexandre de Oliveira para analisar os campos sociais, políticos e educacionais em que esteve presente e compreender a representação social do referido professor como idealizador e gestor de escolas privadas e públicas em Campo Grande/MS.

Para construir o capítulo, utilizamos como fontes o livro autobiográfico de Luiz Alexandre de Oliveira, intitulado “O mundo que eu vi” (1995) e também periódicos regionais que trazem alguns elementos da história do professor. Além disso, nos baseamos em três entrevistas concedidas por ele, sendo que a primeira foi localizada no Arquivo Público Estadual. Esse material, que foi elaborado por Profa. Dra. Kátia Cristina N. Figueira e Profa. Dra. Carla Villamaina Centeno¹⁰ está depositado nos arquivos digitais do acervo e disponibilizado ao público.

A segunda entrevista foi cedida pela Profa. Dra. Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo, no formato fita k7 do seu arquivo pessoal. O áudio tem aproximadamente 61 minutos, o que resultou em um total de 14 páginas de transcrição. A entrevista foi realizada em 17 de agosto de 1995 e utilizaremos para identificação (OLIVEIRA, 1995). O termo que autoriza a utilização do material encontra-se presente nos anexos.

A terceira está no livro “Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do sul”, da autora Maria da Glória Sá Rosa, publicado no ano de 1990. O texto de Sá Rosa (1990) inicia com dois parágrafos introdutórios da autora e em seguida é apresentando um texto narrativo em primeira pessoa do professor Luiz Alexandre.

Os dados biográficos foram analisados à luz de estudiosos da memória e da história, a saber: Bourdieu (2004, 2005, 2007); Pollak (1989,1992); Le Goff (2003); Bosi (1994) e Halbwachs (2006).

O uso de fotografias e imagens formam importante ponto de apoio. Torna-se parte integrante para interpretação dos dados e inclusive de diferentes outras fontes.

¹⁰ A transcrição de entrevista com o professor Luiz Alexandre foi realizada no ano de 1995. O material está no formato de texto pelo programa *Word* e contém 18 páginas e será identificado ao longo do texto como (ARQUIVO..., 1995).

E também no caso da fotografia, como acontece na história oral, estas questões tornam-se mais complexas e significativas quando o enfoque é a intervenção em vidas individuais em comunidades e locais específicos e quando o que está sendo explorado não é alguma realidade estática, mas mudanças e opções complexas nessas vidas e comunidades, assuntos que as pessoas nas fotografias experimentam como temas ativos, reflexivos. E quando esses temas têm uma dimensão definitiva de classe, aquilo que, na fotografia documental, pode ser chamado de "dialógico", torna-se, como na história oral, extremamente complexo, com impacto tanto na geração, quanto na recepção do trabalho documentativo. (FRISH, 2000, p. 169).

A fotografia, como documento utilizado como fonte na pesquisa, necessita ser contextualizada e, quando possível, retratar os agentes que estão na imagem ou que cederam o uso. Assim, quanto mais informações puderem ser obtidas da fotografia, maior a sua contribuição ao estudo.

A finalidade do capítulo é aproximar da trajetória do professor Luiz Alexandre. Para tanto, utilizamos informações contidas no livro autobiográfico e nas entrevistas para as entrecruzar com outras fontes, tais como: decretos, artigos de revista, artigos em jornais, livros, folhetos, livretos, fotografias, entre outros, coletados nos acervos históricos e pessoais com membros da comunidade japonesa em Campo Grande e pessoas que estiveram em contato com o professor.

Para o suporte de nossa investigação, utilizamos o referencial teórico metodológico de Pierre Bourdieu e seus interlocutores.

1.1 A trajetória pessoal e escolar do menino negro, deficiente visual e migrante no sul de Mato Grosso

Luiz Alexandre é um mulato alto, corpulento, cabeça grande, quase cego. Falante, risonho, foi extremamente cooperativo. A casa é despojada, não se vê traço de renovação, em seus móveis, nas cortinas amareladas. Um ano depois, ela estava igual a antes, como se o tempo ali houvesse parado, na velhice desse professor, que foi orador famoso, e hoje vive entre livros e lembranças. (SÁ ROSA, 1990, p. 29).

A proposta desse tópico é desvelar como foi a trajetória do professor Luiz Alexandre de Oliveira, com destaque para a trajetória pessoal e escolar de menino negro, deficiente visual e migrante no sul de Mato Grosso.

Luiz Alexandre de Oliveira nasceu no dia 14 de abril de 1903, em Teixeiras, que pertencia a Viçosa, Minas Gerais. Nasceu cego, mas recuperou a visão de um olho. Nunca teve notícias do pai e a mãe, Januária Maria de Oliveira, era quem provia a casa lavando roupa.

Minha mãe matriculou-me no curso primário, em Minas. Passei por três escolas, mas até aos nove anos não tive aproveitamento algum. Apesar dos conselhos que lhe davam: "tire esse menino da escola, arranje um ofício para ele, ele não enxerga, não vai aprender nada, é melhor pô-lo para trabalhar", ela teimou e quis que eu me educasse. Só em Aquidauana, em 1913, é que vim aprender a ler. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 30).

A respeito do nome do professor, optamos por utilizar a grafia Luiz (com z), devido ao livro autobiográfico e aos documentos pessoais encontrados na Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Observamos que alguns artigos, textos, homenagens e demais documentos redigiram seu nome como "Luís", e ao citá-los mantivemos a escrita dos autores e preservamos como foi publicado. Justificamos assim, a aparição de dupla grafia ao registrar nome de nosso agente de pesquisa. O título eleitoral é um dos documentos pessoais que consta no arquivo. Conforme figura abaixo.

Figura 1. Título eleitoral de Luiz Alexandre de Oliveira

The image shows a Brazilian electoral title card (TÍTULO ELEITORAL) for Luiz Alexandre de Oliveira. The card contains the following information:

- Portrait:** A black and white photograph of a man with glasses, wearing a suit and tie.
- Stamp:** A purple stamp from the 'CIRC. DE N.º 810 GROSSO' is placed over the photo and name.
- Personal Data:**
 - Nome: LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA
 - Data do Nascimento: 14.04.903
 - Naturalidade: VIÇOSA-MG
 - Filiação: ADELINO ROSA DE OLIVEIRA / JANUARIA MARIA DE OLIVEIRA
 - Profissão: ADVOGADO
 - Residência: Av. CALÓGERAS, 699
- Administrative Data:**
 - Circunscrição: GROSSO
 - Município ou Distrito: CAMPO GRANDE-MT
 - Inscrição: 30929
 - Zona: 2ª ZONA
 - Vota na: 70ª (SEPTUAGESIMA) SEÇÃO
- Signature and Date:**
 - Assinatura do Eleitor: A large blue ink signature of Luiz Alexandre de Oliveira.
 - Data: EM 29.03.76-2ª VIA
 - F.S.E. - TÍTULO MOD. 4
- Official Information:**
 - JUIZ ELEITOR: Dr. Milton Malulei

Fonte: ASL¹¹ (Academia Sul- Mato-Grossense de Letras).

O título eleitoral corrobora a grafia do nome do professor Luiz Alexandre, a data de nascimento e o nome de sua mãe. E nos ajuda a entrelaçar as informações da autobiografia com os documentos. Assim,

As possibilidades de armazenamento da memória praticada oralmente se estendem com a linguagem escrita. Ela sai dos limites físicos do corpo e alcança, num primeiro momento, os monumentos e as inscrições (arquivos de pedra). Num segundo momento corporifica-se nos inventários, nos arquivos escritos, nas bibliotecas, nos museus, nos retratos, nos postais. (NUNES, 1987, p. 77).

¹¹ A ASL possui uma pasta com alguns documentos pessoais do professor Luiz Alexandre de Oliveira, bem como quadros com os certificados, títulos e homenagens prestadas ao professor.

A família de Luiz Alexandre veio para o interior do sul de Mato Grosso atraída pela construção da estrada de ferro. O trajeto de viagem e permanência foi atribulado. Dona Januária lavou roupa em hospital e montou uma pensão para poder melhor sobreviver. O professor descreve a mãe como pessoa imponente.

Até hoje, aos 87 anos, ainda me lembro perfeitamente da figura de minha mãe: alta, cheia de carnes, sem ser propriamente gorda, dotada de uma simpatia e liderança que ultrapassavam os limites de nossa casinha. Certa vez, ela orientou uma greve dos empregados da Noroeste do Brasil (naquele tempo Itapura/Corumbá), que desesperados, porque não recebiam seus vencimentos, foram consultá-la. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 30).

Por outro lado, em relação ao pai, o professor o descreve como alguém que acabou “[...] abandonando a família, da qual, aliás, ele nunca cuidou [...]” (OLIVEIRA, 1986, p. 190). Esta foi a única menção ao pai de Luiz Alexandre que identificamos nos escritos dele.

Em relação ao período em que residiu em Campo Grande, Luiz Alexandre rememora que sua família era de origem simples e que ele realizou inúmeras atividades laborais, tais como trabalho com picareta para trazer água para cidade, tentativa de realizar um curso de telégrafo, no qual não foi aceito devido ao problema na visão, e também trabalhou em uma torrefação e uma leiteiria, sendo que nestas empreitas não logrou sucesso. (OLIVEIRA, 1986).

Como podemos observar, há uma trajetória obstaculizada, o percurso de superação do professor, o que coloca o presente trabalho na perspectiva de “[...] privilegiar a análise dos excluídos, [...] como parte integrante das culturas minoritárias [...]” (POLLAK, 1989, p. 5).

De acordo com professor Luiz Alexandre em seu livro autobiográfico “O mundo que eu vi”:

O relacionamento do autor deste livro com a colônia japonesa data de 1919, em Aquidauana. Ali teve ele os primeiros alunos japoneses que queriam aprender Português. Vindo para Campo Grande, em 1923, esse relacionamento continuou. (OLIVEIRA, 1986, p. 41).

Nesse período, obtém êxito na criação de uma escola: “Então fiz uma escolinha aqui, que se chamava Instituto Rui Barbosa.” (ARQUIVO..., 1995, p. 2).

Mas a escola cresceu de uma tal maneira, que os alunos não cabiam na casa mais. Para alugar uma casa maior eu não tinha capital, e ficar lá não dava mais. Nisso, os japoneses me chamaram para tomar conta da escola Visconde de Cairu. [...] Foi em

1924, 1925 [...] essa escola existe até hoje e eu fui diretor muitos anos. (ARQUIVO..., 1995, p. 2-3).

A Revista Mina San (2008) traz uma matéria publicada pelo Jornal Correio do Estado, em comemoração aos 100 anos da imigração japonesa, em 10 de junho de 2008. Nessa impressão, consta que a ligação do Luiz Alexandre no período foi apenas de professor: “[...] na época ainda Escola de Língua Japonesa, começou em 1924, quando foi contratado como professor. Após formar-se como advogado e retornar para escola, em 1936, [...]”. (MINA SAN, 2008, p. 40). Ou seja, no período mencionado na entrevista, Luiz Alexandre foi professor e somente posteriormente veio a assumir o cargo de diretor.

Essa informação do tempo como professor é localizada em três fontes consultadas: “[...] Em 1924, passei a lecionar Português, Geografia e História no primário da Escola Visconde Cairu.” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 32); em Castro (2012, p. 101) novamente a confirmação: “[...] foi convidado para lecionar na Escola Visconde de Cairu, destinada a filhos da Colônia Japonesa, tendo sido o primeiro professor brasileiro do estabelecimento [...].” (CASTRO, 2012, p. 101-102); por último, localizamos esta informação na Revista Cultura em MS, que além de reafirmar as informações anteriores, data o período em que o referido professor foi diretor:

Luiz Alexandre de Oliveira, contratado em 1924 para lecionar português e história do Brasil, acompanhou essas mudanças de dentro, tornando-se uma figura marcante na história dos nikkeis em Mato Grosso do Sul. Segundo registros da escola, ele foi diretor de 1938 a 1973, com períodos de interrupção, como no momento em que foi estudar Direito no Rio de Janeiro. (CULTURA EM MS, 2014, p. 25).

No Arquivo Histórico de Campo Grande-MS (Arca) há uma fotografia que corrobora o período do professor na instituição. Algumas fotografias foram cedidas para pesquisa com o objetivo de retratar o professor Luiz Alexandre na Escola Visconde de Cairu.

Figura 2. Professor Luiz Alexandre de Oliveira, professor Oba Kurazi na Escola Visconde de Cairu (1926)



Fonte: Arca, 2017.

A Figura 2 tem uma particularidade, qual seja: ao entrecruzar nossas fontes, podemos observar que a mesma fotografia foi encontrada no Arca (sem descrição nenhuma) e está publicada na revista *Mina San* (2008) como foto de família, contudo não cita/identifica o nome da família. As manifestações como a fotografia são importantes, pois, “[...] [a fotografia] revoluciona a memória: multiplica-se e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.” (LE GOFF, 2003, p. 460).

Por conseguinte, obtivemos uma cópia do material arquivado na Escola Visconde de Cairu cedida por um membro da instituição, na qual consta uma nota histórica da loja maçônica, como homenagem póstuma ao professor, um breve histórico da instituição, que cita o professor Luiz Alexandre, e um currículo do professor no livro de registros da escola. Nesse arquivo há o registro de que o professor lecionou na Escola Visconde de Cairu de 1925 a 1930 e foi nomeado diretor da escola pela Associação da Colônia Japonesa em 1º de dezembro de 1938, deixando de ocupar o cargo em 28 de fevereiro de 1970, por ter sido nomeado Auditor da Justiça Militar, em Belém do Pará (CURRÍCULO VISCONDE¹²).

¹² O documento citado foi disponibilizado por D. Neide responsável pelo arquivo da Escola Visconde de Cairu. Observa-se que o material foi produzido internamente pela instituição e não possui autoria ou descrição das fontes de pesquisas. Contém informações importantes para a dissertação, contudo, precisamos de um olhar com rigoroso quanto aos dados fornecidos.

Esse material possui informações que refutam as afirmações da revista Cultura em MS e acrescentam informações concedidas nas entrevistas. Tivemos por intenção, nessa escrita, permear as datas publicadas para designar o período da atuação de Luiz Alexandre como professor na Escola Visconde de Cairu em revistas, livros, nas entrevistas e também no documento fornecido pela própria escola.

De acordo com seu livro autobiográfico, Luiz Alexandre foi para Pauliceia e lecionou em Cascadura, no ano de 1932. Na referida cidade, trabalhou em laboratório médico, foi professor no Curso Brandão Gomes e Diretor da Faculdade Nacional de Direito. Só retornou para Campo Grande devido à insatisfação de sua mãe:

Se minha mãe não tivesse batido o pé, dizendo que não mofaria no Rio de Janeiro de jeito nenhum, teria ficado por lá, porque, depois de formado, me convidaram para lecionar na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e na Faculdade Nacional de Direito. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 33).

Após o período como professor da Escola de Japoneses, o professor mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de cursar Direito. Abaixo, a placa com a turma de formandos em Direito do professor Luiz Alexandre no Rio de Janeiro, no ano de 1936. A Figura 3 é o quadro de sua formatura encontrada na Academia Sul- Mato-Grossense de Letras.

Figura 3. Placa de formandos da Faculdade Nacional de Direito



Fonte: Acervo da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

Interessante constatar que assim como a fotografia dos formandos da turma de Direito do professor Luiz Alexandre, a maioria das homenagens recebidas e fatos importantes estavam todos armazenados com molduras na forma de quadros.

O professor é reconhecido na comunidade japonesa e por colegas de profissão na área do Direito, bem como foi corriqueiro nas buscas pelo material empírico ser referenciado como Doutor Luiz Alexandre de Oliveira.

Luiz Alexandre retornou para Campo Grande em 1937 e foi lecionar no Colégio Osvaldo Cruz. O professor menciona que lecionou entre os anos de 1928 e 1932 e que deu aula também no Joaquim Murtinho. “E eu já tinha sido professor do Osvaldo Cruz antes de eu viajar. Passei seis anos no Rio e, quando voltei, fui professor novamente lá. Em 1942, Luiz Alexandre compra o colégio Osvaldo Cruz.” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990).

Narra que também foi professor de História Geral no curso Normal, contudo, não é relatado o período, local ou outros dados. Nas entrevistas, após esse período, pouco relata sobre seu percurso. Encontramos algumas informações no livro: “Campo Grande: personalidades históricas”, em um capítulo dedicado ao professor Luiz Alexandre, escrito por Arassuay Gomes de Castro em 1992, que elenca o início da Loja Maçônica Oriente Maracaju, no ano de 1942.

Nesse texto, é mencionado o professor Alexandre de Oliveira como promotor substituto da Auditoria Militar da 9ª Região Militar, auditor substituto da Auditoria Militar de Belém, deputado estadual em 1947, prefeito de Campo Grande em 1963, membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, com posse em novembro de 1975 e professor da antiga Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT). Também traz uma condecoração com medalha do mérito jurídico militar.

O dado que o professor foi deputado é reafirmado em Oliveira (apud SÁ ROSA, 1990, p. 36): “Fui eleito deputado em 1947, no governo de Arnaldo Figueiredo. O povo sabido, só me deu um mandato, não consegui ser reeleito.”. Em outro momento na entrevista do Arquivo Público, demonstra outro olhar:

[...] E eu já na política não queria.... se eu tivesse continuado na política eu não tinha feito grande vantagem. Eu tive chance de continuar na política, mas saí por que quis. Mas foi uma coisa tão pensada, tão calculada que deu certo. Fui deputado estadual.... porque naquele tempo ninguém queria ser deputado estadual, por que não sabia se iria ganhar alguma coisa. Quando o negócio passou a render.... naquela época nem o salário sabia se ia ter. (ARQUIVO..., 1995, p. 11 -12).

As entrevistas têm um diferença aproximada de 5 anos, o que torna interessante a mudança de pensamento, pois, no primeiro momento ele declara que o povo não o quis reeleito e após relata saída da política por vontade própria. Contudo, enquanto deputado participou ativamente de discussões como a divisão do estado.

[...] Quando eu fui deputado, a bancada do norte e do sul era global, tinha o PSD e a UDN, mas na hora da briga quando era uma coisa que favorecia o sul todos do sul estavam juntos e todos do norte também se juntavam, mas só que eram minoria... Depois de 1930, o norte já não mandava como mandava sempre. [...] (ARQUIVO..., 1995, p. 12).

O professor, enquanto deputado se demonstra crítico ao relatar sobre as divisões políticas entre norte e sul de Mato Grosso, principalmente no que tange a divisão do estado. “[...] Mas, na hora que se discutir os interesses do sul, a bancada do sul votava toda junta.” (ARQUIVO..., 1995, p. 12). A rivalidade entre sul e norte é explicitada no trecho.

Quanto ao reconhecimento na área da educação, o professor aparenta ressentimentos com a comunidade acadêmica:

Trabalhei mais de 50 anos na Educação deste Estado e pouco recebi em troca. Nunca recebi por exemplo um convite para qualquer solenidade na Universidade Federal, apesar de dois reitores de lá terem sido meus alunos: Hércules Maymone e Edgard Zardo. Santo de casa não faz milagre, porque fui convidado para lecionar na Universidade Federal do Pará. Também não tenho nenhuma escola com meu nome. Um amigo fez um loteamento e pôs meu nome numa rua. Abriu falência e o loteamento não saiu. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 37).

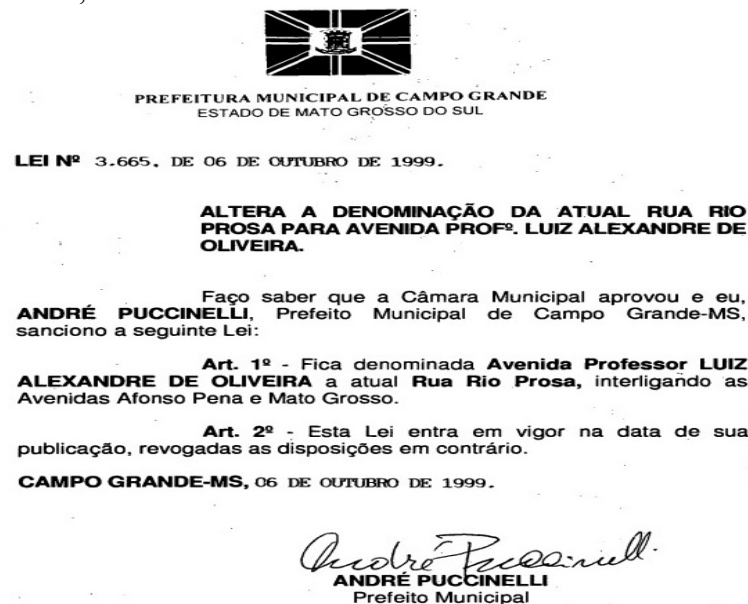
Ao buscarmos dados na prefeitura de Campo Grande/MS, encontramos um decreto que nomeia uma escola em homenagem ao professor Luiz Alexandre. No Decreto nº 3.972, de 18 de outubro de 1975, que dispõe sobre a criação de escolas municipais e dá nova denominação aos estabelecimentos de ensino, assinado pelo prefeito Levy Dias, consta a Escola Municipal de 1º Grau “Dr. Luiz Alexandre de Oliveira” localizada na Fazenda Cachoerinha, BR 163, km 35. Buscamos mais informações e dados sobre a escola e nada foi encontrado.

O professor Luiz Alexandre foi homenageado por inúmeras vezes pelas instituições educativas, associações nipônicas e também pela prefeitura de Campo Grande/MS. Percebemos, assim, o reconhecimento, o capital social e simbólico conquistado por meio do capital político adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória.

Para Bourdieu (2010, p. 148), um agente pode ser “[...] reconhecido por uma instância oficial, universal, quer dizer, conhecido e reconhecido por todos [...]”. A prefeitura da cidade

também homenageou o professor colocando o seu nome numa Avenida de Campo Grande, isto ocorreu por meio da Lei n. 3.665, de 06 de outubro de 1999. De acordo com o documento ilustrado na Figura 4.

Figura 4. Lei n. 3.665, de 06 de outubro de 1999.



Fonte: Secretaria Municipal de Administração – SEMAD – Campo Grande – MS, 2016.

O documento que traz a justificativa da nomenclatura em homenagem ao professor não foi encontrado. De acordo com o servidor que nos atendeu na prefeitura de Campo Grande - MS, o material consta no sistema, contudo a pasta estava vazia.

No que tange aos relacionamentos e à vida pessoal, o professor Luiz Alexandre ressalta que:

Bem que tive vontade, de constituir família. Até achei vários casamentos, mas devido ao gênio difícil de minha mãe, eles todos deram em nada. Eu tinha que escolher entre minha mãe e minha mulher, o que era um problema insolúvel, pois como poderia mandar minha mãe sair de casa? Quando ela morreu, em 1938, comecei a fazer economias, pensando em me casar. Quando me assustei, estava velho e não tinha organizada a tal base econômica. Minhas namoradas, umas casaram, outras morreram, eu fui-me adaptando à vida de solteiro. [...] Adaptei-me à vida que levo, estou em paz comigo mesmo, não me queixo de nada. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 37).

Nas homenagens, após o falecimento do professor Luiz Alexandre de Oliveira, identificamos dois capítulos de livros publicados em Campo Grande, sob autoria de Arassuay

Gomes de Castro, porém, ao ler o material, identificamos se tratar de um mesmo texto que foi replicado.

Nos materiais analisados sobre o falecimento do professor, a revista *Mina San* (2008, p. 40) publicou que: “Em 1984, o professor tornou-se um dos poucos brasileiros a ser condecorado pelo governo japonês com a Ordem do Sol Nascente em Raios Dourados e Prateados. Faleceu em 19 de outubro de 1997.”

O Quadro 1 traz um resumo das homenagens recebidas por Luiz Alexandre.

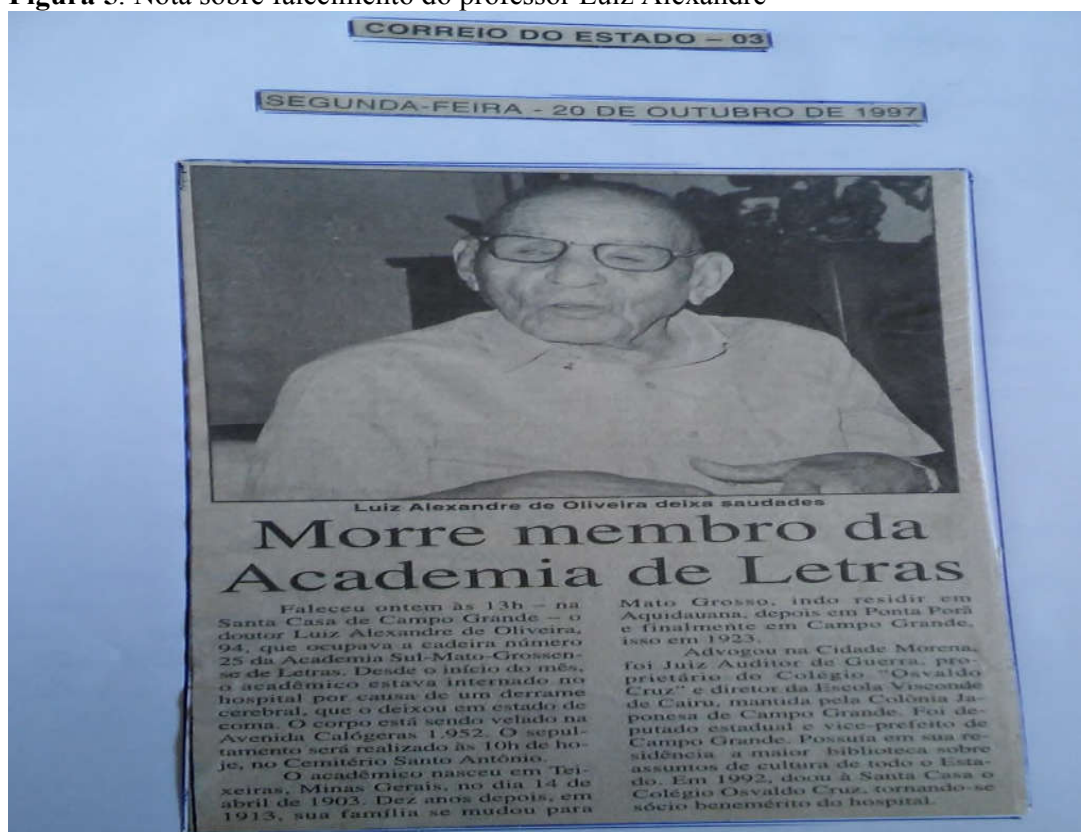
Quadro 1. Diplomas, medalhas e condecorações

Medalha de bronze Aeronáutica.
Diploma de Deputado Estadual outorgado pelo Tribunal Regional Eleitoral em 21/03/47.
Diploma “Colônia Japonesa de Mato Grosso”, por ocasião do transcurso do Cinquentenário da Imigração Japonesa ao Brasil, pelos relevantes serviços prestados à Colônia em 18/06/58.
Diploma de vice-prefeito de Campo Grande outorgado pela 8ª Zona Eleitoral em 29/11/58.
Diploma do Rotary Internacional outorgado pelo Governador do Distrito 451, em abril de 1959, pelo brilhante desempenho na presidência daquele clube.
Diploma de Sócio Benemérito outorgado pelo Grêmio Literário Castro Alves em 05/05/61.
Diploma de Honra ao mérito outorgado pela Associação Campo-Grandense de professores em 15/10/61.
Diploma de ciclo de Estudos outorgado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra em 05/12/67.
Diploma Honra ao Mérito outorgado por ocasião Cinquentenário da Escola Visconde de Cairu, em 15/09/68, pelos relevantes serviços prestados àquela casa de ensino.
Diploma outorgado pelo Supremo Conselho do Grau “33” da Maçonaria Rio de Janeiro em 14/10/68.
Diploma de Cidadão Campo-Grandense outorgado pela Câmara Municipal em 04/11/69.
Diploma outorgado pela Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso, em 24/11/72, pelos relevantes serviços prestados àquela ordem.
Medalha ao Mérito Jurídico Militar em 07/12/73.
Diploma outorgado pelo governo de Okinawa pelos relevantes serviços prestados à comunidade Okinawa em Campo Grande em 24/07/84.
Comenda da “Ordem do Sol Nascente” – Grau 5 por relevantes serviços prestados à Cultura e à comunidade nipo-brasileira, outorgado com grande destaque pelo Imperador Hiroito do Japão no dia 30/11/84.

Fonte: Acervo de documentos da Escola Visconde de Cairu, 2017.
Organização: Amaya, 2017.

No Arquivo Histórico de Campo Grande – MS (Arca) foi encontrado um recorte do *Jornal Correio do Estado*, que publicou uma nota de falecimento do professor Luiz Alexandre de Oliveira. A nota de falecimento apresentada na Figura 5 nos incorre nas análises bourdieusianas da noção de campo e capitais, sobretudo o capital social, ao constatar a importância dada ao professor no campo educacional e social, presentes na escrita sobre a trajetória como professor e político na cidade de Campo Grande/MS.

Figura 5. Nota sobre falecimento do professor Luiz Alexandre



Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, 2017.

A nota foi transcrita na forma de citação para uma melhor leitura e compreensão.

Faleceu ontem às 13h – na Santa Casa de Campo Grande – o doutor Luiz Alexandre de Oliveira, 94, que ocupava a cadeira número 25 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Desde o início do mês, o acadêmico estava internado no hospital por causa de um derrame cerebral, que o deixou em estado de coma. O corpo está sendo velado na Avenida Calógeras 1.952. O sepultamento será realizado às 10h de hoje, no Cemitério Santo Antônio. O acadêmico nasceu em Teixeira, Minas Gerais, no dia 14 de abril de 1903. Dez anos depois, em 1913, sua família se mudou para Mato Grosso, indo residir em Aquidauana, depois em Ponta Porã e finalmente em Campo Grande, isso em 1923. Advogou na Cidade Morena, foi Juiz Auditor de Guerra, proprietário do Colégio “Osvaldo Cruz” e diretor da Escola Visconde de Cairu, mantida pela Colônia Japonesa de Campo Grande. Foi deputado estadual e vice-prefeito de Campo Grande. Possuía em sua residência a maior biblioteca sobre assuntos de cultura de todo o Estado. Em 1992, doou à Santa Casa o Colégio Osvaldo Cruz, tornando-se sócio benemérito do hospital. (CORREIO DO ESTADO, 1997)

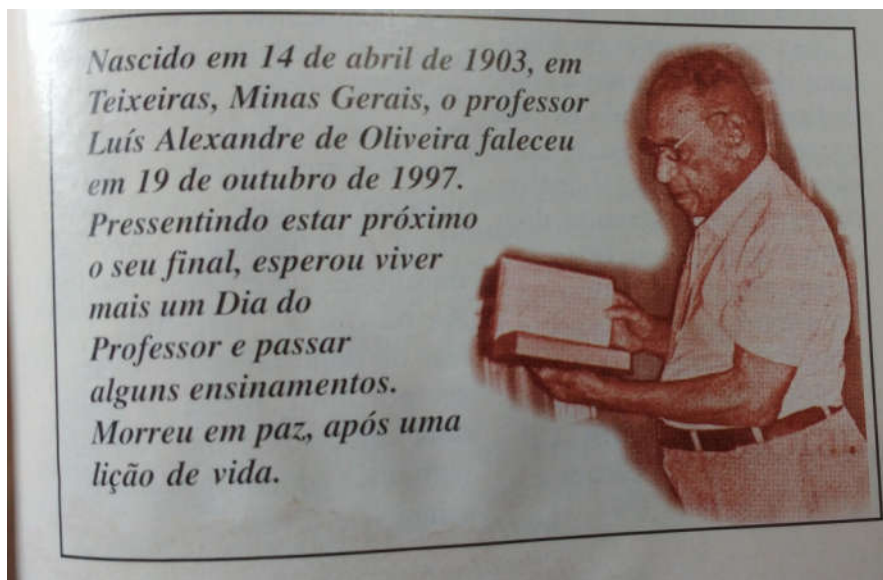
Para Bourdieu (2004, p. 160) “[...] o espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico [...]”. Esse mundo social objetivamente estruturado é representado na nota de falecimento ao ressaltar seus bens materiais (prédio do Colégio Osvaldo Cruz e a biblioteca),

representando parte do capital econômico adquirido, como o capital educacional, social, político e simbólico.

[...] o capital simbólico não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe, as relações de força tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social. Em termos mais concretos, a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica. [...] (BOURDIEU, 2004, p. 164).

O reconhecimento em forma de capital simbólico por meio da nota descrita em um dos principais jornais da capital do estado demonstra essa visibilidade e distinção do professor, que também foi homenageado pela Revista Mais Saber regionais (1998, p. 35).

Figura 6. Homenagem ao professor



Fonte: Revista Mais Saber, 1998.

Essa homenagem na Revista Mais Saber (1998), faz a relação quanto à lembrança do dia do Professor (15 de outubro) e a data de falecimento no dia 19 de outubro de 1997, na tentativa de poetizar o fato de ser professor e poder comemorar a data especial antes de falecer, para deixar ensinamentos e sua história como lição de vida.

Nos arquivos da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL) encontramos diversos documentos, desde a certidão de óbito a moções de pesar remetida para ASL, tais como: moção da Câmara Municipal de Jardim, por meio do vereador Fernando Fernandes que presta condolências no dia 24 de outubro de 1997; ofício n. 4407/97 do presidente da Câmara

Municipal de Campo Grande-MS Antônio Braga, que presta homenagem ao professor; ofício n.883-97 do presidente do poder legislativo de Jardim, Moacyr Lopes, que também envia moção de pesar; o delegado do MEC envia documento com os pêsames ao presidente da ASL; duas moções de pesar a Luiz Alexandre por parte da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Todos os documentos¹³ foram remetidos em nome da Academia e/ou em nome do presidente em exercício, Arassuay Gomes de Castro.

É notória a trajetória pessoal e escolar do professor Luiz Alexandre, bem como a superação das dificuldades financeiras para alcançar o nível de escolarização superior que, por sua vez, envolveu diferentes campos sociais, políticos e educacionais que formaram capitais econômicos, sociais, simbólicos e culturais.

Consideramos o professor Luiz Alexandre de Oliveira como uma trãnsfuga de classe, cabe esclarecer que não é no sentido literal do termo, qual seja, trãnsfuga no sentido militar de desertor, e sim numa perspectiva paradoxal, isto é, no sentido de superação. Trãnsfuga origina-se do entendimento que o agente durante a sua trajetória se deslocou no espaço social. Logo, operamos com o conceito de trãnsfuga utilizado por Bourdieu (2005) no livro “Esboço de auto-análise”, em que o autor se denomina como “[...] trãnsfuga filho de trãnsfuga”. A obra é singular na produção do autor, pois traz as narrativas de suas vivências, embora ele relate não ser autobiográfica.

Segundo Takeuti e Junqueira (2009, p.174), em artigo que traz uma entrevista com Bernard Lahire, o trãnsfuga é entendido como: “[...] a pessoa que nasceu num meio social e que, em sua vida adulta, vive num outro meio social” com muita frequência por meio da escolarização.

De acordo com Coutinho (2015, p. 23) a concepção desse termo engloba “[...] tanto o deslocamento geográfico (migração) quanto o social (ascensão de classe)”. Para a sociologia, o trãnsfuga de classe é a superação social, econômica e familiar que durante a trajetória se desloca para ascensão.

Nesse sentido, vamos abordar sobre a escolarização de Oliveira, começando a partir do Instituto Pestalozzi. Este estabelecimento escolar foi importante para a história da educação secundária no sul de Mato Grosso e permanece nos dias de hoje sendo conhecido como Colégio Dom Bosco, considerado como uma escola formadora da elite campo-grandense.

¹³ A cópia dos documentos citados está nos anexos do relatório.

A origem do Colégio Dom Bosco foi o Instituto Pestalozzi, fundado em Aquidauana, em 1915, por Arlindo Lima, transferido para Campo Grande em 1917, passando a se chamar Ginásio Municipal de Campo Grande (por ser subvencionado pela prefeitura). A Missão Salesiana adquiriu a escola em 1930, mudando seu nome para Ginásio Municipal Dom Bosco. Reconhecido por decreto federal de 1934, passou a ser denominado Colégio Dom Bosco, em 1948, através de outro decreto federal (PESSANHA; BORGES DANIEL; MENEGAZZO, 2004, p. 65).

De acordo com Britez (2016):

Assim, entende-se que a transferência da escola para Campo Grande foi constituída numa relação de interesses econômicos: o do poder municipal em oferecer ensino público e o do proprietário, pois Aquidauana, naquele período, apresentava sinais de decadência e não tinha condições de manter uma instituição privada. Dessa forma, foi o Instituto Pestalozzi a primeira instituição escolar secundária a oferecer o ensino público na cidade. O professor Luiz Alexandre narra a Sá Rosa (1990) que frequentou o ensino primário no Instituto Pestalozzi entre os anos 1918 e 1920. Deduz-se, com base na narrativa do autor, que o motivo que o facultou a frequentar a escola foram as condições impostas pela prefeitura para subsidiar a instalação do Instituto Pestalozzi, em Campo Grande, quando ofereceu ensino gratuito para os estudantes pobres do sexo masculino. (BRITTEZ, 2016, p. 7).

O professor foi aluno do Instituto Pestalozzi, nos ensinos primário e ginásial. No período do curso ginásial, trabalhou como vigilante da instituição, passando a lecionar no curso primário, como forma de pagamento pelos estudos. Na entrevista concedida à Sá Rosa (1990), narra sobre seus estudos em Aquidauana, na Escola do Professor Jorge Bodstein, perto da zona comercial e da Prefeitura da cidade.

Fiz todo meu primário, de 1918 a 1920, aqui no Instituto Pestalozzi. O ensino era ótimo. Os livros adotados eram os mesmos utilizados em São Paulo: Lições de Português, de Otoniel Mota, Matemática, de Perez Y Marin, Gramática da Língua Francesa, de Said Ali. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 32).

Assim, Luiz Alexandre viveu em Aquidauana e, posteriormente, veio para Campo Grande, possivelmente devido aos estudos e à forte migração que ocorreu após o término da ferrovia: “[...] então viemos para Aquidauana. Aquidauana eu comecei a ser alfabetizado, eu estava com 9 anos, e lá ficamos até eu completar mais ou menos 18 anos. E viemos para Campo Grande.” (ARQUIVO..., 1995, p. 1). E complementa:

Eu comecei no Instituto, por que tinha uma filiada em Aquidauana, em 1917. Em 1917, o colégio mudou-se para Campo Grande, nós éramos pobres, não tínhamos recursos e eu não pude vir. Mas em 1918 minha mãe mudou-se para cá e eu novamente me matriculei no Instituto Pestalozzi. (ARQUIVO..., 1995, p. 1).

Nesta informação há controvérsias. Se observarmos as datas, caso o autor tenha ficado em Aquidauana até os 18 anos de idade, isso ocorreria no ano de 1921. Sendo que, na segunda narrativa, é dado o ano de 1918. Levando em conta que a entrevista foi realizada quando o professor havia completado 93 anos de idade, imaginamos que pode ter havido alguns lapsos da memória, ou ainda, como expõe Pollak (1992), o agente evidencia que a memória é seletiva, ou seja, nem tudo é registrado. São as experiências da própria pessoa, e sofre flutuações – porque de acordo como momento em que é discursada.

Sobre sua escolarização primária no Instituto Pestalozzi, Luiz Alexandre adiciona que:

Certos livros antiquados, como a Matemática, de Antônio Trajano, foram banidos do Pestalozzi. O diretor, Dr. Arlindo Lima, apesar de advogar muito, estava sempre à testa do colégio, orientando o ensino, estimulando alunos e professores. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 30).

Britez (2017) relata que a oportunidade de estudar no Instituto Pestalozzi interveio de maneira distinta na trajetória de vida de Luiz Alexandre. O professor aponta em seu livro:

[...] A situação não era boa nem promissora; por isso, resolveu dedicar-se ao magistério primário, numa escolinha existente na rua 24 de Fevereiro (hoje Rui Barbosa), que pertencia a uma ex-funcionária dos Correios, Ana de Barros Feitosa. O “professor” tinha fraco preparo e chegou a encontrar aluno que sabia mais do que ele; apesar de tudo, entretanto, ele teve boa aceitação e, por isso, foi logo convidado para lecionar no Instituto “Pestalozzi”, que existia no mesmo local onde está hoje o Colégio Dom Bosco. (OLIVEIRA, 1986, p. 27).

A chegada para Campo Grande/MS foi árdua e o destaque a esse período se fez pela importância do Instituto Pestalozzi para a história regional, bem como foi o início da escolarização de Luiz Alexandre no sul de Mato Grosso.

Em síntese, o tópico trouxe uma face da trajetória biográfica do agente professor Luiz Alexandre de Oliveira, com destaques para aspectos da sua origem e escolarização. Os obstáculos foram superados por meio da obtenção de capitais escolares, que possibilitaram o acesso a diferentes campos e, assim, a ascensão social e econômica do agente.

1.2 Luiz Alexandre de Oliveira nos campo social, político e educacional

Neste tópico, perscrutamos aproximações para algumas indagações, a saber: como o professor Luiz Alexandre de Oliveira atuou na vida social, política e educacional em Campo Grande, no sul de Mato Grosso? Como era reconhecido pelo campo social? Qual era sua

atuação política? Que importância teve o campo educacional na trajetória de Luiz Alexandre de Oliveira?

O campo, para Bourdieu (1996), é o espaço social de conflitos, de disputas e de poder, sendo que cada campo tem sua regra e seu *ethos* (valor, moral). As regras estão postas no campo, contudo ele se movimenta e as regras se movimentam com os grupos.

1.2.1 O campo social

Ao abordar sobre os campos em que o professor Luiz Alexandre esteve mais presente e atuante, precisamos retomar o conceito bourdieusiano de campo social. Para essa perspectiva, nos campos, sejam eles científico, artístico, burocrático ou político, é instaurada uma relação de *illusio*, isto é, o jogo está ligado aos interesses e vantagens do campo, em uma relação dialética entre o *habitus* e a situação.

O campo é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. (BOURDIEU, 2004). Sob essa ótica, o professor Luiz Alexandre destacou-se pelas lutas que enfrentou, permeando o *habitus* e os campos que frequentou:

O seu posicionamento firme e determinado lhe rendeu duras críticas e até perseguições, o que colocou em risco a sua própria integridade física, moral e de liberdade e, apesar de tudo, manteve-se firme em suas convicções, e, graças à sua coragem [...]. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE-MS, 2014, p. 563).

Luiz Alexandre, conforme relatado, tendo origem na classe popular, sempre batalhou para conseguir seus objetivos. “Dormia em cima de uma porta que achei caída no chão, transformando meu paletó em travesseiro. Durante um ano e meio, lecionei na escola de Dona Ana de Barros, vivendo nesse desconforto.” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 32). Ao narrar sobre suas dificuldades e a discriminação, o professor traz que:

Em Aquidauana, ainda alcancei a palmatória, em Campo Grande, não. O que senti em relação à minha pessoa foi a discriminação social. Em diversas ocasiões, era tratado de maneira diferente dos meninos de posição social elevada. Meu cartaz melhorou depois de uma excursão a Aquidauana e Miranda, em que banqueei o orador. Não fui discriminado por ser negro, mas sim por ser pobre. Nunca senti discriminação racial em Mato Grosso, onde diversos negros que alcançaram posição de destaque. A discriminação ao negro é quase sempre de ordem econômica. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 32).

Na entrevista, narra momentos difíceis ocorridos em Aquidauana. O que podemos perceber é que ele não exemplificava a discriminação racial com exemplos próprios, todavia monta uma narrativa para demonstrar seus sentimentos quanto à discriminação.

Me faz lembrar de uma história que eu li, muito antiga em Portugal. O rei de Portugal, Dom Henrique, estava em briga com os dirigentes da igreja católica lá, por causa da escolha de bispo lá, bispo de cúria e ele um dia foi lá [inaudível] os que governavam a igreja então ele foi lá para saber por que a razão de não ter sido escolhido bispo e o conselho tinha escolhido um bispo que ele não estava de acordo, o rei. E ali tinha de haver concordância entre as duas partes, então ele foi perguntando, você vai ser bispo [inaudível]. Então até que chegou um padre pretinho, foi o primeiro bispo preto que Portugal teve. Creio que único até hoje, então ele disse isso, o preto disse [inaudível] é isso mesmo. (OLIVEIRA, 1995, p. 2).

Para Bourdieu (2008, p. 49), “A ciência social não deve construir classes, mas sim espaços sociais no interior dos quais as classes possam ser recortadas [...]”. Assim sendo, entendemos que o professor Luiz Alexandre, aos poucos, foi conquistando espaços como professor, diretor, proprietário de escola, advogado e, assim, obtendo respeito e visibilidade ao longo de sua carreira.

Nas entrevistas é possível destacar que o professor constantemente menciona nomes de professores, diretores e figuras políticas renomadas, com certo destaque.

Passei longos anos no ensino, convivi com diretores que marcaram a Educação de nosso Estado como Arlindo Lima, João Tessitori e o Pe. João Greiner que, além de diretor, foi professor do Colégio Dom Bosco. Outro bom diretor foi o Pe. Félix Zavattaro, com quem já tive um pega feio, mas depois nos entendemos e hoje nossas relações são cordiais. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 34).

Em seus relacionamentos, constam algumas personalidades da história de Campo Grande. Dentre elas, há referências a Múcio Teixeira Júnior (Diretor da Escola Normal), Maria Constança de Barros Machado (Professora e diretora), Antônio Antero Paes de Barros (Ex-Senador de MT) e Antônio Serejo (Jornalista e escritor). Observamos que o professor tinha um círculo de amigos pertencentes aos campos intelectual e político de seu tempo. Para Bourdieu (2010, p. 67), “[...] a vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedade comuns -, passíveis de serem percebidas pelo observado, pelos outros ou por eles mesmos [...]”. Dessa forma, possuía uma rede de relações institucionalizadas, o capital social distinto.

A relação do professor Luiz Alexandre com a comunidade japonesa envolvia também os eventos sociais oferecidos pelas instituições e também pelas amizades

estabelecidas com os membros da associação japonesa.

Como exemplo, citamos e apresentamos fotos do arquivo pessoal cedidos por Celina Simabucuro que registram o professor em eventos e amigos da colônia. O pai de Celina, senhor José Simabucuro, foi muito amigo do professor Luiz Alexandre. Segundo a revista *Mina San* (2008), o senhor José ajudou o professor na conclusão dos estudos de Direito.

A seguir, apresentamos na Figura 7 uma montagem de fotos com o professor nas relações sociais com os japoneses.

Figura 7. Montagem de fotos Luiz Alexandre



Fonte: Arquivo pessoal de Celina Simacukuro, 2017.

Na figura 7, a foto 1 da montagem, vemos Luiz Alexandre de Oliveira e José Simabucuro; na foto 2 (lado direito), Luiz Alexandre está na Associação Okinawa; na foto 3, estão o professor e membros da comunidade, sendo que, do seu lado direito, está José Simabucuro; na foto 4 (abaixo lado esquerdo), estão o professor e membros da comunidade na AECNB, e do lado direito de Luiz Alexandre está José Simabucuro; na foto 5 (abaixo lado direito), estão Luiz Alexandre e os estudantes da Escola Visconde de Cairu.

Importante considerar que as fotografias foram reproduzidas a partir do arquivo da

filha de um amigo do professor. Nele constam Luiz Alexandre e o amigo em momentos sociais, a comunidade japonesa nas duas associações de Campo Grande–MS e Luiz Alexandre como professor da Escola Visconde de Cairu.

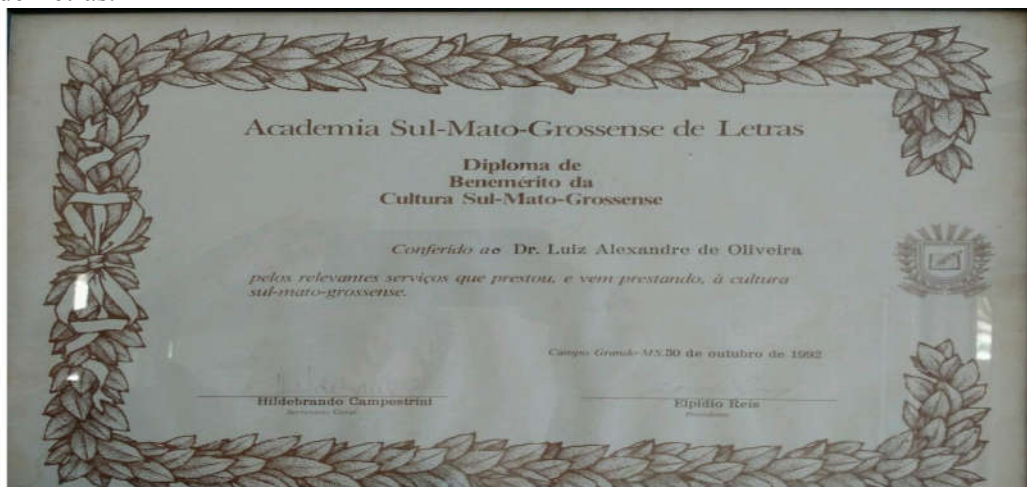
Podemos observar que a relações do professor com a comunidade japonesa iam além de professor e diretor da Escola Visconde de Cairu. Conforme as fotografias da figura 7, ele mantinha laços de amizade com os japoneses e participava dos eventos sociais em ambas as associações de imigrantes japoneses em Campo Grande/MS.

Em face do exposto, uma pergunta vem à tona: como o professor foi reconhecido no campo social? O professor Luiz Alexandre foi reconhecido no campo social com muito prestígio, em meio a muitas lutas, devido a seu posicionamento firme e crítico. Nesse sentido, concordamos que o “[...] estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.” (LE GOFF, 2003, p. 422).

O reconhecimento pelo seu trabalho social aparece na fundação, ajuda e doação de bens a instituições religiosas (doação de residência para a Federação Espírita), na área da saúde (contribuições na Santa Casa), educativas (criação de escolas, membro da ASL) e social. Esses órgãos reconheceram e legitimaram a importância do professor, por meio de declaração, diplomas e certificados beneméritos. A seguir figuras que ilustram as homenagens.

Na Figura 8 está o Diploma de Benemérito da Cultura Sul-Mato-Grossense entregue pela Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, assinado pelo presidente da ASL Elpídio Reis e pelo secretário Hildebrando Campestrini no ano de 1992.

Figura 8. Diploma benemérito da cultura-mato-grossense da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.



Fonte: Acervo da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

De acordo com a Figura 9, o professor foi homenageado pela sociedade beneficente de Campo Grande. A hipótese levantada é que o título de sócio benemérito tenha envolvimento com a doação “[...] prédio do Colégio Osvaldo Cruz, que havia sido doado em testamento pelo Dr. Luiz Alexandre de Oliveira para a Associação Beneficente Santa Casa” (FREIRE, 2012).

Figura 9. Diploma de sócio benemérito da Sociedade Beneficente de Campo Grande (Hospital Santa Casa)



Fonte: Acervo da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

Nas homenagens descritas cedidas pela Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, observamos a repetição do mesmo ano (1992) e, no momento, não encontramos um fator histórico que justifique.

Compreendemos que a memória do agente está relacionada com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão e com os grupos de convivência. (BOSI, 1994). Por isso, o número vasto de homenagens.

1.2.2 O campo político

O capital político é um capital simbólico, firmado na crença e no reconhecimento. O homem político, como o homem da honra, funciona como um poder simbólico e é exercido com a aprovação dos submetidos (BOURDIEU, 2010). Dessa forma, com o propósito de

compreender a trajetória política e, conseqüentemente, o capital simbólico do professor, indagamos: como era a atuação política de Luiz Alexandre?

Primeiramente, para analisarmos as articulações do nosso agente no campo político, é preciso compreender que: “[...] quanto mais os campos são heterônomos, maior é a defasagem entre o campo dos poderes não específicos (políticos); por um lado, e por outro, a estrutura da distribuição dos poderes específicos – o reconhecimento, o prestígio científico.” (BOURDIEU, 2004, p. 42).

Nessa perspectiva, observamos que o professor conquistou o reconhecimento e prestígio por meio de lutas.

Tive inimigos aqui, poderosos. Cheguei até a ser condenado a cadeia...aqui tinha dois juizes, e eles fizeram uma sujeira aí né? Aí eu gritei... e eles não estavam acostumados a isso...[...] Eu não era pessoa poderosa aqui, não tinha parentes...e portanto eu era a pessoa que eles conseguiriam duplo objetivo. E eu que não tinha toda razão na briga...por que eu sou um pouco violento quando fico com raiva, eu apelei para ignorância, poderia ter resolvido por outros meios...então os dois juizes combinaram para me por na cadeia. Graças a Deus não conseguiram, e eu aí eu esculhambei mais ainda eles... porque aí eu fiz da Tribuna da Assembléia como deputado e [...] Eles não conseguiram colocar na cadeia como queriam e eu fiquei aqui e eles não ficaram. Eu ainda não era deputado nessa época, eu exercia a advocacia. Eu deveria utilizar outros métodos, mas infelizmente meu gênio conspirou contra mim. Eu deveria ser humilde, toda vida fui pobre...mas infelizmente não fui...eu não tinha a experiência que eu tenho hoje. (ARQUIVO..., 1995, p. 13).

Para se manter no quadro político do estado, o professor também utilizava estratégias, como a relatada em sua entrevista:

Teve uma festa que eu fui.... uma festa grande. Estava lá a senhora do Wilson e a senhora do Dr. Marcílio. E eu amigo das duas, mas eles estavam se engalfinhando. Eu fiquei numa posição muito chata... eu estava representando o prefeito. Ficava agradando uma e a outra. Não queria que uma ficasse enciumada e achar que eu estava tratando.... simplesmente não adiantou... quando chegou a eleição fui derrotado da mesma forma. Eu sempre brincava com as senhoras deles. Não adiantou nada a minha ginástica. O PTB fez tudo para me agradar, inclusive pôs o diretor do Jornal pra fora para me agradar. (ARQUIVO..., 1995, p. 15).

As técnicas sociais, como bailes, encontros e reuniões, correspondem a um modo de reprodução social, “[...] é a afinidade espontânea (vivida como simpatia) que aproxima os agentes dotados de *habitus* ou gostos semelhantes, logo, produtos de condições e condicionamentos sociais semelhantes.” (BOURDIEU, 2004, p. 90).

O professor narra que participou da emancipação e criação dos municípios de Rio Verde e Camapuã, que pertenciam a Coxim, o que incomodou alguns poderosos da região. E,

por indicação, foi oferecido a ele o cargo de Juiz da comarca de Campo Grande, cargo que Luiz Alexandre recusou, pois, segundo ele: “[...] não era para tirar proveito, eu nunca me preocupei em tirar proveito político [...] é opinião minha pessoal [...]” (ARQUIVO..., 1995, p. 12).

Nem tudo que eu tenho feito na vida eu estou de acordo, mas essas atitudes estão muito de acordo...eu elegi Campo Grande para ser meu município ...eu nunca prejudiquei Campo Grande e nem Campo Grande me prejudicou nem me decepcionou. Mas problemas em todo lugar a gente tem. Tem também os que não gostam da gente. Os fatos corroboraram... saí calmamente sem fazer barulho, sem deixar saudade e fazer saudade... (ARQUIVO..., 1995, p. 13).

O professor Luiz Alexandre foi eleito deputado pela União Democrática Nacional (UDN)¹⁴, foi presidente da Ajuda da Conciliação e Julgamento (Justiça do Trabalho), foi promotor público, entrou na justiça militar, foi promotor militar, foi vice-prefeito de Campo Grande na primeira Administração de Wilson Barbosa e depois foi juiz militar. (ARQUIVO..., 1995).

Sobre a política, Luiz Alexandre afirma:

Eu tive chance de continuar na política, mas saí porque quis. Mas foi uma coisa tão pensada, tão calculada que deu certo. Fui deputado estadual... porque naquele tempo ninguém queria ser deputado estadual, porque não sabia se iria ganhar alguma coisa. Quando o negócio passou a render... naquela época nem o salário sabia se ia ter. (ARQUIVO..., 1995, p. 12).

No livro “100 anos do Legislativo de Campo Grande¹⁵”, há uma nota sobre a atuação política do professor Luiz Alexandre:

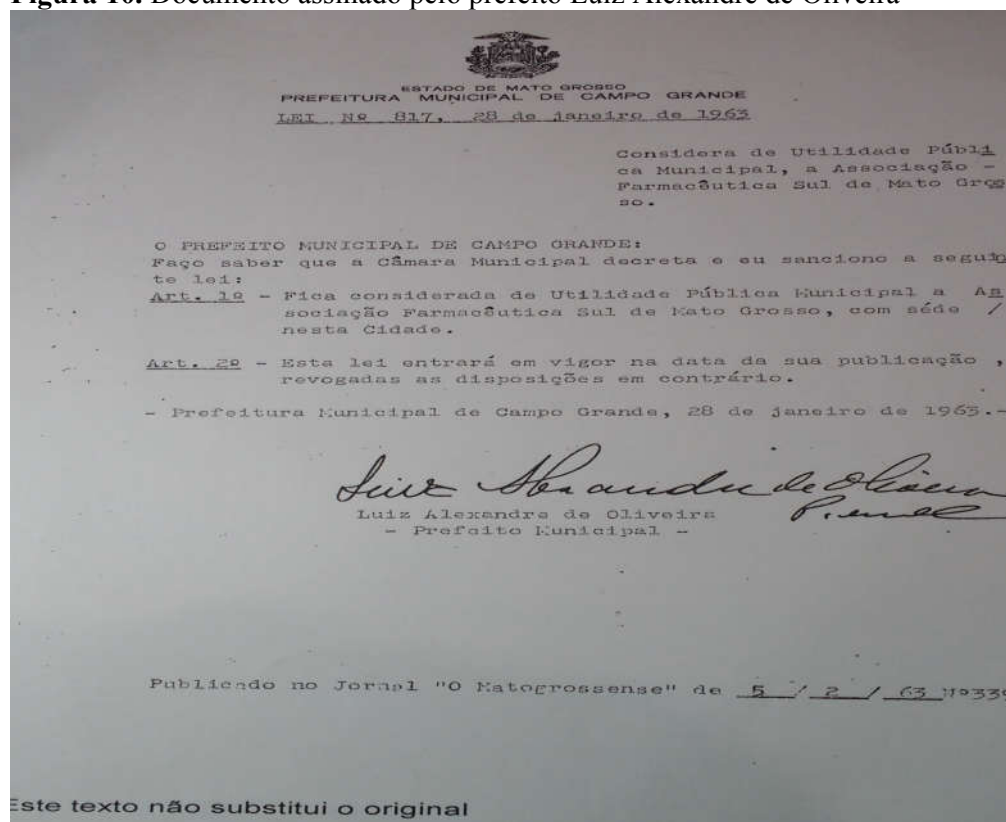
24/01/1963 – 31/01/1963. Luiz Alexandre de Oliveira. Advogado, vice de Wilson Barbosa Martins assumiu o cargo de 24 a 31 de janeiro de 1963. Dedicou-se à educação dos jovens campo-grandenses, foi diretor e proprietário do colégio Osvaldo Cruz. Elegeu-se posteriormente deputado estadual. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 151).

¹⁴A União Democrática Nacional (UDN), fundada em 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Retiramos as informações dos verbetes presente no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/ CPDOC, s/d).

¹⁵ Livro encontrado em armário na Câmara Municipal; os servidores não conheciam o professor Luiz Alexandre de Oliveira.

Nos arquivos da Secretaria Municipal de Administração (Semad) constam poucos documentos sobre o período que o professor Luiz Alexandre foi prefeito na cidade de Campo Grande/MS¹⁶. A Figura 10 traz sua assinatura em um documento legislativo.

Figura 10. Documento assinado pelo prefeito Luiz Alexandre de Oliveira



Fonte: Secretaria Municipal de Administração (2016).

A Lei n. 817, 28 de janeiro de 1963, conforme figura acima, torna a Associação Farmacêutica Sul de Mato Grosso como de utilidade pública.

Luiz Alexandre esteve no cargo de prefeito por apenas uma semana, pois era vice de Wilson Barbosa Martins, sobre o qual o professor relatou a amizade e os conflitos. Para Bourdieu (2008), o campo político fecha-se sobre si mesmo e a funciona pelo enfrentamento.

[...] eu gosto muito do Wilson, sou amigo dele. Mas, nossa... hoje temos um relacionamento muito frio, porque eu nunca briguei com ele e ele nunca brigou comigo, mas ele foi vendo que eu não era uma pessoa assim boazinha, obediente. Ele já tem aquela mentalidade de mandão. E agora que ele foi governo duas vezes. E se consolida. Acha que todo mundo tem de seguir a sombra dele, e meu gênio nunca deu pra isso e eu preferi ficar de fora. Gosto dele, desejo que ele faça um bom governo, mas esse negócio de ser moço de recado, que está mandando, nunca deu comigo. E eu deveria ser mais humilde e mais obediente. Mas, não sou. O que eu vou fazer? Nasci assim. (ARQUIVO..., 1995, p. 5).

¹⁶ Os servidores nos indicaram pesquisar na Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), contudo o acesso foi aligeirado devido a compromissos dos responsáveis pelos arquivos.

Segundo Oliveira (1995), a amizade e o respeito continuaram com o tempo, tanto que o professor relata que ofereceu a biblioteca pessoal ao ex-prefeito Wilson Barbosa Martins, tendo o objetivo de criar uma biblioteca estadual. A queixa de Luiz Alexandre sobre o assunto é que a promessa nunca fora cumprida.

O professor Luiz Alexandre participou de vários movimentos políticos e esclarece que “[...] na Revolução de Trinta, minha atuação consistiu principalmente em fazer discursos. Fiquei marcado, antipatizado, sem praticamente nada fazer.” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 36). Também, em suas publicações em artigos nos jornais de Cuiabá, denunciou a política de compadres. No que tange à divisão do estado de Mato Grosso, possuía a seguinte interpretação:

Eu era estudante no Rio e tomei parte em algumas reuniões. Porque eu era a favor da divisão. [...] Eu queria a separação, não a mudança de capital. E fizeram uma onda muito grande contra mim. Foi um dos motivos por eu ter deixado a política. Eu vi que a política não oferecia nada de bom... fizeram uma onda muito grande contra mim... dizendo que eu, por dinheiro e por outras razões mais, tinha me vendido para os cuiabanos, para a capital não vir pra cá. Então uma vez que eu vim pra cá... eu era deputado estadual, o sujeito olhava pra mim e virava a cara para outro lado para não me cumprimentar. (ARQUIVO..., 1995, p. 10).

O professor justifica o afastamento da política no estado da seguinte maneira: “Caí fora da política, não fiz barulho e fui cuidar da minha vida. Graças a Deus, me dei muito bem nunca precisei deles.” (ARQUIVO..., 1995, p. 10).

Por conseguinte, o professor narra que política e religião não se discutem. Sobre a sua formação religiosa, há um contexto peculiar. Dizia que não frequentava nenhuma igreja. Porém, encontramos informações sobre suas relações com o meio evangélico e com o espiritismo. Para Luiz Alexandre:

Eu penso que em matéria de religião o sujeito até se perguntar qual é a minha religião não sei nem explicar. Eu não tenho nenhuma igreja da minha escolha e acredito hoje no espiritismo. Não sou espírita, mas acredito baseado no que tem acontecido comigo. Não é nada de livro, nem conversa de outro. Aconteceu certas coisas comigo que não tive outra explicação a não ser através do espiritismo. Mas também não posso dizer que sou espírita, não frequento nenhum centro espírita. Mas tenho simpatia. Tenho bons amigos espíritas, como tenho bons amigos católicos. Hoje eu acredito. Eu segui minha cabeça. Cada um tem a sua. Mas também não faço nenhuma propaganda. Eu comecei calmamente vendo as coisas que eu vi na Igreja Batista que eu servi anos e anos, com dinheiro com trabalho e depois veio um cidadão roubou aqui, pintou o caneco e hoje tem uma... homenagem a ele e a mim ninguém me conhece.[...]. (ARQUIVO..., 1995, p. 14).

Fica uma lacuna a ser preenchida no trabalho para saber o que aconteceu entre o professor e a Igreja Batista. Tomamos como partida a reportagem da Revista Mais Saber (1998, p.34): “[...] Religioso, foi um dos fundadores da Segunda Igreja Batista de Campo Grande que dirigiu por muitos anos, afastando-se por algumas dissidências”.

A Revista entrevistou Rubens Nunes de Andrade, que foi descrito como irmão na Igreja Batista e na Loja Maçônica. Relata o entrevistado que Luiz Alexandre “[...] resolveu doar uma área central bastante valorizada para que nela fosse construída uma biblioteca pública e para que a Loja utilizasse o remanescente como entendesse.” (MAIS SABER, 1998, p. 34). Acrescenta a reportagem uma foto na qual consta Rubens e as obras do prédio que abrigaria a biblioteca do professor. Não conseguimos contato e nem maiores informações com a Igreja e com a Loja Maçônica, fica a ausência de dados devido o foco ser a relação com os japoneses. Com certeza é algo a ser aprofundado em outros trabalhos.

Na tentativa de associar o professor e a religião ao buscar informações em seu livro autobiográfico, o autor apenas cita no capítulo “A evolução religiosa no Brasil no presente século” um pouco da religião do estado. Não fala sobre suas crenças, contudo, faz um histórico da Igreja Batista desde Corumbá, em 1912, até Campo Grande. O que nos chamou a atenção foi a relação da igreja com a educação e fundação de escola no sul de Mato Grosso.

Positivamente os batistas não tiveram sorte com colégios em Mato Grosso; fizeram quatro tentativas para fundar um estabelecimento de ensino e todas fracassaram. Apesar disso, eles se espalharam em todo o Estado e as suas igrejas, embora pequenas na maioria, possuem templos decentes, casas pastorais, sendo que, só em Campo Grande, existem aproximadamente trinta igrejas batistas e numerosas igrejas de outras denominações. (OLIVEIRA, 1986, p. 59).

A informação dada pelo professor causou curiosidade, pois o Colégio Batista, antes da escrita do livro, já existia. Segundo Gaspar (2015, p. 141) “[...] O Colégio Batista Sul-Mato-Grossense, da cidade de Campo Grande/MS, foi fundado em 1982 e vigorou até os meados de 2004.”

Todavia, existiu a valorização e importância às instâncias religiosas para Luiz Alexandre, podendo se comprovar por meio das doações das propriedades para essas entidades.

Segundo Castro (2012), em seu testamento, o professor Luiz Alexandre doou o imóvel situado na Avenida Calógeras para a Federação Espírita Sul-Mato-Grossense, a sede do Osvaldo Cruz para a Sociedade Beneficente de Campo Grande, o imóvel residencial para a

Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e o pecúlio maçônico para o Instituto Sul-Mato-Grossense para cegos.

Para melhor visualização, optamos por apresentar algumas fotos dos imóveis doados:

Figura 11. Imóveis doados por Luiz Alexandre



Fonte: Imagens Google, 2017¹⁷.

As fotografias foram retiradas da internet com o objetivo de visualizar a grandeza dos imóveis doados para as instituições. A primeira imagem é da Federação Espírita de Mato Grosso do Sul, local em que estivemos para realizar a pesquisa. No entanto, a secretária não soube informar a relação do professor com a federação e informou que a responsável pelo local não poderia atender. A partir de contatos pessoais conseguimos o telefone da antiga presidente da Federação que conheceu o professor, contudo, não conseguimos contato com ela.

¹⁷ Disponível em: <https://www.google.com.br>. Acesso em: 12 jan.2018

A segunda foto é o prédio do Colégio Osvaldo Cruz, que segundo os jornais locais está abandonado há mais de 2 anos. O prédio é tombado¹⁸ como patrimônio Histórico e Cultural de Campo Grande desde 1997.

Sobre o prédio doado para Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), no histórico da instituição estabelecido no site¹⁹ descreve que o professor doou em vida para a Academia uma casa localizada na rua Rui Barbosa, que veio a se tornar sede da ASL em 1º de outubro de 1999. Entretanto, a Academia optou por vender a propriedade com objetivo de subsidiar os custos de mudança para um novo local construído com o apoio do governo do estado.

As imagens abaixo correspondem ao imóvel em que o professor morava e que foi doado para ASL, antes e após a venda.

Figura 12. Imóvel doado para Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, antes e após a venda.



Fonte: Arquivo pessoal Amaya (2016) e Imagens Google, 2017²⁰.

A primeira imagem da Figura 12 (antes) foi registrada em 2016, na primeira visita à Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, na qual não conseguimos informações sobre o professor. Dessa forma, a imagem descreveu o viria a acontecer, pois já apresentava um anúncio de venda. Alguns elementos chamaram a atenção: a pichação na parede decorrente

¹⁸ Lei Municipal n. 3387 de 27 de outubro de 1997.

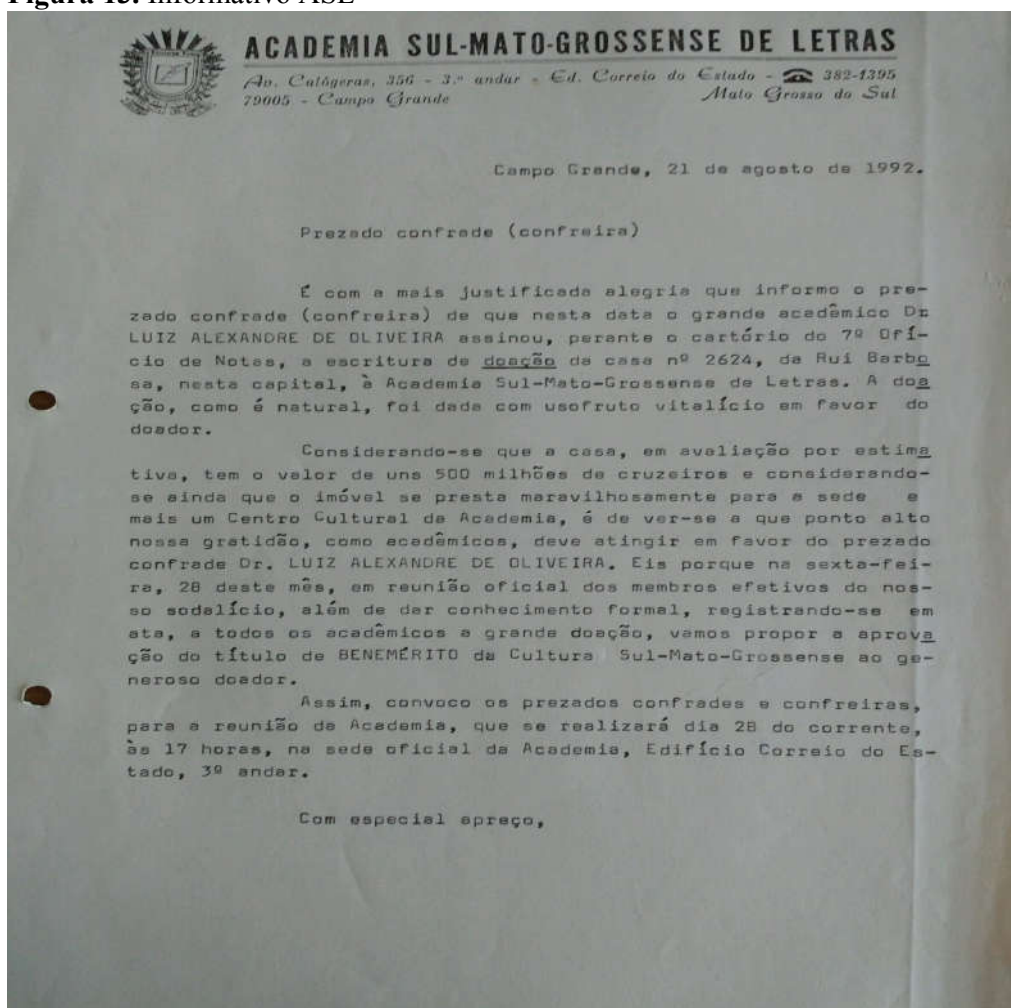
¹⁹ <http://acletrasms.org.br/historico.asp>

²⁰ Disponível em www.google.com.br, acesso em: 12 jan.2018.

possivelmente da localização central na cidade; a placa com os dizeres “Casa Luís Alexandre de Oliveira”, grafado com a letra “s” no nome Luiz e placa de anúncio de venda por uma imobiliária. A segunda imagem da Figura 12 (depois), retirada da internet, foi registrada em setembro de 2017. Hoje, a ASL está localizada em um prédio na rua 14 de julho, inaugurado no dia 25 de agosto de 2017.

Um documento importante encontrado na Academia Sul-Mato-Grossense de Letras é um informativo interno da instituição que anuncia a doação descrita.

Figura 13. Informativo ASL



Fonte: Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

Importante destacar na Figura 13 que, a partir desse documento, podemos identificar a origem do título de Benemérito concedido ao professor Luiz Alexandre: a idealização partiu da doação da propriedade para a Academia.

Para concluir o subtítulo, retomamos ao questionamento: qual era a sua atuação política? O professor Luiz Alexandre usou estratégias para se inserir cada vez mais na política. Participava de eventos como bailes, reuniões e festas e, por meio do seu capital social, ou seja, do reconhecimento por seus pares, aproximava-se de políticos conhecidos na época.

Utilizou-se do capital cultural institucionalizado do título de bacharel em Direito e do capital simbólico para se inserir no campo político. O professor tinha a visibilidade política, que não foi herdada e sim conquistada por meio de lutas no campo político e social.

Criado (2017) publicou no livro Vocabulário Bourdieu, organizado por Catani (2017) sobre reconversão de capitais. Tal compreensão vem ao encontro do descrito no subtítulo:

As estratégias de reconversão de capitais fazem parte das estratégias de reprodução. Cada indivíduo ou grupo social se define por uma estrutura e volume de capital. A estrutura de capital remete ao peso relativo das diferentes espécies de capital (econômico, cultural, simbólico, social) que possui. O volume designa a quantidade de cada espécie de capital. [...] a estratégia reprodução que se impõe é reconversão de capitais: a utilização de uma espécie de capital para acumular outras espécies de capital mais rentáveis. (CRIADO, 2017, p. 304).

O professor possuía forte personalidade e não aceitava ser desmerecido. Como o próprio professor se descreveu, possuía “gênio forte”, lutava por suas concepções políticas, evocava os capitais econômicos, educacionais e sociais nos diferentes campos em que atuou reconvertendo os capitais.

1.2.3 O campo educacional

Em relação ao campo educacional, o professor considerava que “[...] a Educação em Mato Grosso era bem precária. O único colégio conhecido na época era o Santa Tereza, de Corumbá, fundado em 1868[...].” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 36).

Em 1923, quando Arlindo Lima já havia arrendado o colégio ao professor Henrique Correa, o MEC enviou uma banca examinadora que reconheceu os cursos dos alunos. Vieram professores ilustres do Pedro II, entre os quais o matemático Cecil Thiré. O Prefeito de Campo Grande, Arnaldo Estêvão de Figueiredo, pagou todas as despesas da banca. Eu, como aluno pobre, não poderia, nem em sonho, ir até São Paulo prestar exames, mas fui aprovado em 1925 por uma banca de professores locais, de que faziam parte Jaime Ferreira de Vasconcelos e Miguel Carlos de Oliveira Melo, o qual já havia lecionado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 36).

Para apresentar e compreender o professor e o campo educacional e relacioná-los, realizamos o seguinte questionamento: qual a importância do campo educacional na trajetória do professor Luiz Alexandre?

O professor narra sua trajetória escolar como aluno no interior do sul de Mato Grosso e como estudante de Direito, bem como os períodos que atuou como professor e diretor em importantes escolas da capital.

E eu já tinha sido professor do Osvaldo Cruz antes de eu viajar. Passei seis anos no Rio e quando voltei fui professor novamente lá. Os anos passaram e o Osvaldo Cruz foi vendido para a Igreja Batista. [...] E então o colégio ficou sendo da igreja. Acontece que o diretor do colégio... porque eu não comprei pra mim, nem me interessava o colégio... mas acontece que o diretor era um ex-padre que veio pra cá e foi pastor dessa igreja. Era o Joel Martins. (ARQUIVO..., 1995, p. 6).

Em 1930, Luiz Alexandre concorreu à vaga de professor na Escola Normal de Campo Grande, contudo, conforme relata, recebeu um recado do “Governador da época, Leônidas de Matos, de que não adiantava me inscrever, nem prestar o concurso, porque, mesmo se passasse, não seria nomeado.” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 32).

Sobre o período na Escola Normal da Disciplina de História Geral, o professor Luiz Alexandre destaca:

É, eu me virava como podia. Se eu me virei bem ou não, isso os alunos é quem sabem. Eu tinha que dar alguma coisa. E foi bom pra mim, porque eu fui aprendendo a dar valor à consulta, eu acho que o professor deve ser dominador da matéria, deve consultar sim. (OLIVEIRA, 1995, p. 9).

Ao ser questionado sobre o motivo do fechamento da Escola Normal, o professor defende que havia a necessidade, porém que foi implantada sem base, que dependiam do Governo Federal. Alegou também que:

Não havia mesmo material humano, tudo era improvisado. Eu fui um desses improvisados na ocasião. Só que eu gostava de lecionar e já tinha lecionado aqui de alguma maneira, como depois lecionei no Rio e sem querer fazer propaganda, que não tem objetivo, graças a Deus, fui sempre bem aceito. [...] (OLIVEIRA, 1995, p.3).

Para Luiz Alexandre, a profissão de professor nunca teve posição social condizente com as atividades exercidas: “Há muitos anos atrás, a vida do professor era bem mais difícil. Não se podia reclamar de nada, não havia greve, quem não estivesse satisfeito que caísse fora. [...]” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 35).

O professor Luiz Alexandre alega que uma das falhas do ensino era a falta de laboratórios e de materiais. As escolas no seu tempo davam muita importância às matérias culturais: Música, Desenho e Trabalhos Manuais. “Eu mesmo, quando diretor, lutei muito, para colocar à frente das aulas professores qualificados [...]” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 35). Além disso, ao comparar o ensino ao longo do tempo ressalta que é:

[...] um erro dizer-se que o ensino de antigamente era melhor do que o atual. O ensino antigo era falho, incompleto, os professores deixavam muito a desejar. Não havia fiscalização do Governo. Praticamente, não existia ensino secundário no Rio, a não ser no Colégio Pedro II. A única vantagem do ensino de ontem sobre o de hoje é que o aluno saía da escola com boa caligrafia, o que não acontece no presente. (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 35).

O professor considerava que o ensino, à época, estava prejudicado, pois existia má organização do currículo (SÁ ROSA, 1990). Tendo em vista sua opinião quanto às comparações da educação e sua participação e crítica à Escola Normal, no próximo subitem contaremos um pouco sobre a sua trajetória como professor e diretor de importantes instituições de ensino.

Para encerrarmos o tópico, voltamos ao questionamento proposto: qual a importância do campo educacional na trajetória educacional do professor Luiz Alexandre de Oliveira? Em nossa opinião, a escolarização do professor foi de suma importância para o crescimento na obtenção de capitais e consequentemente obter o sucesso escolar, financeiro, político e social.

Por fim, após esse pequeno percurso na trajetória de Luiz Alexandre, podemos inferir a representativa importância do professor Luiz Alexandre de Oliveira, frente aos acontecimentos vividos. Consideramos que o agente expressa “[...] o caso do ‘trânsfuga’ de classe que, graças à consagração escolar vive uma situação de ascensão social [...]” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 50), uma vez que o professor transpassou por todas as dificuldades financeiras e discriminações para fazer parte da elite intelectual da capital, Campo Grande/MS.

1.3 O papel de Luiz Alexandre de Oliveira nas instituições de ensino: professor, idealizador e gestor de escolas em Campo Grande

Neste tópico, buscamos nos aproximar das seguintes indagações sobre os acontecimentos que permearam sua história de vida: como Luiz Alexandre de Oliveira desempenhou as funções de professor e gestor na educação? Quais foram os percalços durante essa jornada?

Inicialmente, cabe observar que um dos primeiros contatos de Luiz Alexandre de Oliveira como professor foi em 1919, em Aquidauana, onde ensinava língua portuguesa para os imigrantes japoneses. Em meados de 1923, já na cidade de Campo Grande, “[...] resolveu dedicar-se ao magistério primário, numa escolinha na Rua 24 de fevereiro (hoje Rui Barbosa), que pertencia a uma ex-funcionária dos Correios [...]” (OLIVEIRA, 1986, p. 27).

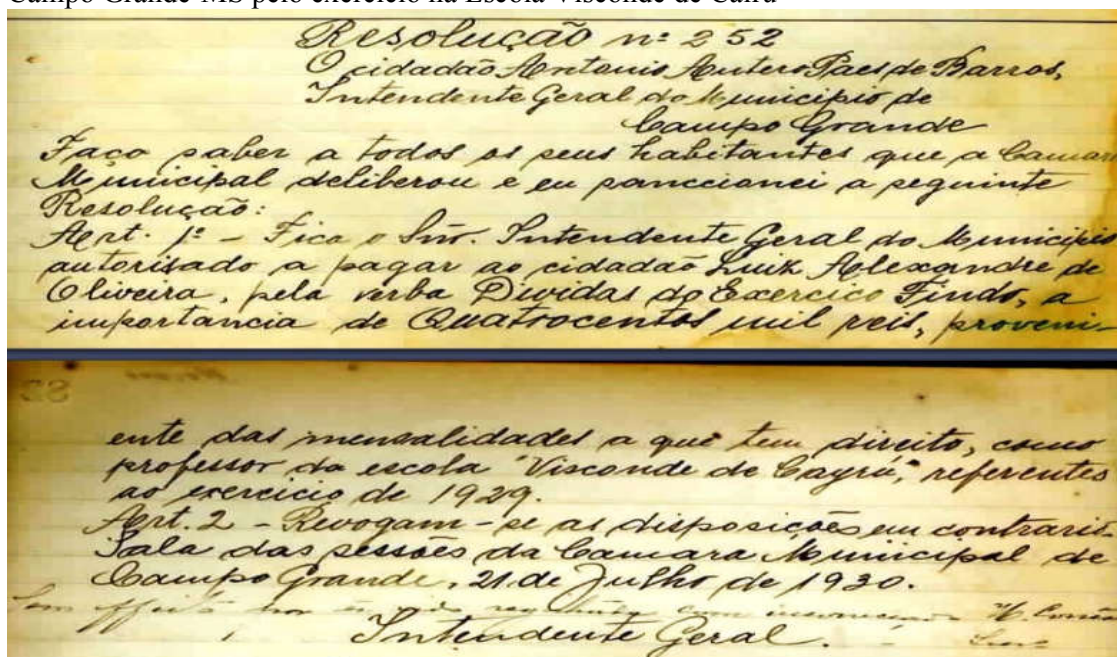
Posteriormente, lecionou no Instituto Pestalozzi (atual Colégio Dom Bosco). Em seguida, montou uma escola em sua própria casa, na rua 13 de maio, ao lado da Igreja Batista “Ali iniciou uma escola primária, pomposamente denominada Instituto “Rui Barbosa”, que começou a funcionar com dois alunos apenas [...]” (OLIVEIRA, 1986, p. 27).

Em sua autobiografia, Luiz Alexandre considera dois momentos cruciais na sua vida como professor: o primeiro, quando fez a inscrição no concurso para professor de Geografia na Escola Normal de Campo Grande, tendo sido embargada a realização da prova pelo Governo. E o segundo momento quando foi professor da Escola Visconde de Cairu, onde trabalhou por um longo período.

Na escola Visconde de Cairu, atuou como professor e diretor, tendo sido um guardião em sua defesa quando, agindo como advogado manteve o estabelecimento longe das agruras da Segunda Guerra Mundial, como tutor da colônia japonesa. Tinha um sonho que não viu concretizar: ter uma escola com o seu nome. Sonho pequenino diante de sua imensurável contribuição ao magistério. Considerando um esteio da cultura sul-matogrossense, o professor Luís Alexandre de Oliveira tem parte de sua trajetória registrada por Mais Saber, como um tributo ao mais destemido pioneiro da educação regional. (MAIS SABER, 1998, p. 32).

A Escola Visconde de Cairu, no ano de 1930, contou com ajuda financeira da prefeitura para efetuar o pagamento de soldos atrasados do professor Luiz Alexandre de Oliveira, conforme podemos observar no documento da figura 14.

Figura 14. Resolução de remuneração Prof. Luiz Alexandre de Oliveira pela prefeitura de Campo Grande-MS pelo exercício na Escola Visconde de Cairu



Fonte: Prefeitura de Campo Grande –MS.
 Acervo: BRITZ, 2017.

Em seu livro, o professor menciona que houve uma mudança na prefeitura da cidade, por isso o atraso nos pagamentos. Devido a atritos políticos; “[...] no fim do ano, ele foi chamado à prefeitura e lhe foi proposto um pedido de demissão em troca do recebimento dos atrasados.” (OLIVEIRA, 1986, p. 42).

Em relação ao primeiro período como professor da Escola de Japoneses (Escola Visconde de Cairu) comenta que não havia relação pessoal com os imigrantes japoneses:

Era mais uma relação profissional, sem muitos contatos. Eu tinha contato com os alunos. Tinha apoio deles. E assim deu certo. A Prefeitura dava uma ajuda. Até que arrebentou a guerra e a situação ficou muito difícil pra escola, pra mim, e para os japoneses. A segunda guerra. [...] O colégio não tinha nem nome. Era conhecido como escola japonesa. Então eu argumentei com os pais na reunião, que a escola não era japonesa, tinha professores japoneses, mas não era japonês. Estava no Brasil. E algumas explicações aceitaram. Eu era praticamente o diretor da escola, embora não havia sido nomeado o diretor. A escola foi crescendo e os brasileiros foram procurando a escola. Eu tive a profissão de professor por necessidade. (ARQUIVO..., 1995, p. 3).

Por outro lado, encontramos no livro “Ayumi”, publicado pela Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira (AECNB) de Campo Grande-MS, uma visão contrária à apresentada na entrevista:

Luiz sempre dizia abertamente: “A colônia japonesa é minha família, são meus irmãos”. A veracidade dessas palavras foi mais uma vez comprovada durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Visconde sofreu ameaça de ser fechada por ser alegadamente administrada por uma entidade mantida por um país inimigo. Ele enfrentou pessoalmente as autoridades, correndo várias vezes o risco de ser preso. Já na Cooperativa Agrícola, ele assumiu a presidência demonstrando como brasileiro que tratava-se de uma entidade lícita e de acordo com as leis nacionais, tirando-a do risco de entrar para a lista negra do congelamento de bens e permitindo a continuidade das suas atividades. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p.42).

Esse depoimento está no livro que não apresenta a identificação dos autores dos textos, apenas os colaboradores na sua elaboração. Temos a hipótese de que o professor possa estar se referindo ao primeiro período como professor, como fato isolado.

De fato, no que se refere à memória individual,

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo. (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Cada memória e cada narrativa dependerão do momento e de diversos fatores ambientais e emocionais do sujeito, os quais afetam a descrição da trajetória, dependendo do campo em que se estava no momento do discurso. Ou seja,

[...] a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura do campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo, etc. (BOURDIEU, 2008, p. 71-72).

Após a venda do Instituto Rui Barbosa e sua saída da Escola Visconde de Cairu, o professor Luiz Alexandre passou “[...] então a lecionar no Colégio Sousa Marques, do preto José de Sousa Marques. Briguei com ele e fui dar aulas no Colégio Independência.” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 33).

Seguidamente nos escritos de seu livro, menciona que lecionou em Cascadura, em 1932, contudo não descreve detalhes desse período em que esteve, por pouco tempo, no Rio de Janeiro:

[...] foi convidado para lecionar no Curso Brandão Gomes, que era dirigido pelo Dr. Helio Gomes [...] na mesma ocasião recebeu convite para lecionar no curso de vestibular da Faculdade de Direito [...] como professor de Literatura, Geografia, Sociologia e Filosofia. (OLIVEIRA, 1986, p. 32).

O professor Luiz Alexandre retornou para Campo Grande/MS e, novamente, assumiu como professor: “[...] foi diretor durante muitos anos da Visconde, lecionando e dedicando-se à educação dos jovens da colônia japonesa.” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 41). O professor é considerado o mantenedor da instituição escolar e da Cooperativa Agrícola da comunidade japonesa.

O Colégio Osvaldo Cruz representa outra instituição significativa para a capital no sul de Mato Grosso, da qual Luiz Alexandre foi professor, diretor e proprietário, “[...] mentor de expressivas carreiras de profissionais da cidade [...]” (CASTRO, 2012, p. 102).

Nos escritos autobiográficos de seu livro, há registro de que o professor retorna a Campo Grande após estudar Direito e se torna proprietário e diretor do Colégio Osvaldo Cruz; o mais inusitado é a maneira como isso aconteceu:

E eu já tinha sido professor do Osvaldo Cruz antes de eu viajar. Passei seis anos no Rio e, quando voltei, fui professor novamente lá. Os anos passaram e o Osvaldo Cruz foi vendido para a Igreja Batista. [...] E então o colégio ficou sendo da igreja. [...] Então esse Joel Martins deu com os burros n’água. Eu estava na igreja para pagar os 100 contos de réis. E o Ademir Fialho não tinha boas relações comigo, então ele deixou escapar aí numa roda que se eu atrasasse um dia ele ia protestar a letra. Então eu vendi uma propriedade que eu tinha e paguei a letra... antes do prazo. E o Joel não tinha mais condições de ser diretor. Porque ele foi diretor do Joaquim Murtinho, também. Então ele começou uma onda contra mim por ambição política porque ele queria tomar conta do Osvaldo Cruz e ser possivelmente o prefeito da cidade. Então ele viu que o estorvo que ele tinha pela frente era eu. Então moveu uma campanha muito grande contra mim nas igrejas. Até hoje não sou bem visto por eles. Eles me toleram porque eles não têm nada... não podem me atingir... não sou bem quisto, não... Então o Joel tomou conta do colégio, e eu fiquei numa função apenas administrativa e ele não obedecia... ele fazia o que ele queria. Por fim, ele não se agüentou mais e voltou para São Paulo e foi embora. (ARQUIVO..., 1995, p. 6).

Em sua narrativa, o professor Luiz Alexandre (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990) menciona que regressou para Campo Grande e, em 1937, lecionou no Colégio Osvaldo Cruz. Nessa época, o diretor era Enzo Ciantelli. Anteriormente, deu aulas entre 1928 e 1932. Relata também: “[...] dei também aulas na escola Normal Joaquim Murtinho, para suprir a falta de professores locais.” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1990, p. 33).

Na dissertação “O ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)”, de autoria de Rocha (2010),

constam dados e registros dos professores do colégio. Podemos observar que a data difere do depoimento anterior do professor Luiz Alexandre de Oliveira.

Foram contratados em março de 1940 os seguintes professores: Luiz Alexandre de Oliveira (História da Civilização e Geografia) e Argemiro Arruda Fialho (Português 3^a, 4^a e 5^a séries), ambos com bacharelado em Direito; João Rosa Pires (Física e Química) e Tertuliano Meireles (História Natural), diplomados em Medicina; Caetano João Murari (Ciências Físicas e Naturais) e Agostinho Bacha (Desenho e Português 1^a e 2^a séries) com certificado de secundário, sendo o primeiro no Ginásio Anglo-Latino São Paulo. (ROCHA, 2010, p. 82).

Observamos as disciplinas e as datas em Oliveira (1990) e Rocha (2010), contudo a diferença é de apenas três anos: o professor, em suas memórias, cita o ano de 1937, enquanto que, nos registros encontrados por Rocha (2010), constata-se o ano de 1940.

Ressalta-se que no primeiro ano da década de 1940, o Ginásio foi comprado e dirigido em sociedade pelos senhores José Fontanillas Fragelli e Wilson Barbosa Martins e posteriormente foi comprado, em 1942, pelo professor Luís Alexandre de Oliveira. (ROCHA, 2010, p. 76).

Sobre o período em que foi diretor do Colégio Osvaldo Cruz, o professor menciona algumas passagens em que teve de ser mais rígido na contratação e nas mudanças no quadro de professores da instituição. Houve relatos de mau comportamento de um professor que manipulava as notas.

Quando eu tomei conta do Osvaldo Cruz tinha que pô-lo para fora, porque ele fazia uma porção de maracutaia com alunos. Quer dizer, ele dava nota baixa pro aluno e para depois obrigá-lo a assistir aula com ele no período das férias, para ele ganhar mais contos, coisas assim. [...] Mas, eu fui obrigado a por pra fora. [...] para pô-los para fora não era fácil e tinha que dar uma indenização para eles, que o colégio não valia. [...] E melhorei o nível do professorado, que era muito baixo aqui. (OLIVEIRA, 1995, p. 8).

Devido a isso, Luiz Alexandre, como diretor, foi exigente nas contratações dos docentes na escola.

Quando eu era diretor do Osvaldo Cruz, nós estávamos sem professor de português, por qualquer motivo, não tínhamos professor de português. Eu andei grande parte do estado de Minas e procurei um professor de português. O único que prestava queria um ordenado tão grande, que não dava para contratar. Porque daí ia me criar um problema administrativo os outros sempre queriam ganhar o mesmo, se eu pudesse pagar, o mesmo o colégio não podia pagar. Então, eu voltei a ser professor de português e latim. (OLIVEIRA, 1995, p. 7).

Contudo, ser exigente, conforme o relato do professor, não era suficiente, porque de acordo com sua opinião, não havia profissionais qualificados e as dificuldades na manutenção da instituição eram constantes.

Segundo Rocha (2010), na gestão de Luiz Alexandre de Oliveira, em 1948, foi solicitada a elevação da instituição de Ginásio Osvaldo Cruz para Colégio Osvaldo Cruz. Sobre esse fato, o professor narra:

O que é fato que o Osvaldo Cruz foi se preparando, fui tirando dinheiro do meu bolso, é uma coisa que eu não conto porque não me interessa, não sou político, num vou tirar proveito nenhum. Mas eu sustentei do meu bolso o colégio. Porque ele não tinha nem como se manter. O dinheiro que eu ganhava na advocacia eu empregava lá. O colégio foi melhorando as instalações aos poucos, enfim, comprei a fanfarrinha do Osvaldo Cruz [...] O Osvaldo Cruz está aí até hoje e o prédio é até hoje meu e eu dei uma parte para a Santa Casa e outra para a maçonaria. Nem essa casa é minha. Eu dei tudo que tinha, já estou com 93 anos, então para que ficar conservando? Então eu dei logo tudo [...]. (OLIVEIRA, 1995, p. 8).

O foco de uma das entrevistas que o professor Luiz Alexandre concedeu foi a Escola Normal. O professor afirma que lecionou História Geral e Geografia no curso, e discorre sobre a admiração popular pelas professoras cuiabanas que estudaram no Liceu Cuiabano da época.

Porque em primeiro lugar, todas elas foram minhas alunas, todas elas eram muito competentes. Mas, tinha que admirar, se elas não lecionassem, não tinha quem lecionasse. [...] Todas elas eram competentes, mas competentes para a época. Porque elas não tinham, eu falo isso porque eu tive oportunidade discretamente de testar. [...] Na prática apesar de formadas, elas eram autodidatas. Porque o ambiente não comportava, então as alunas tinham que admirar, porque o que existiam eram elas, se elas não lecionassem não tinha ninguém para colocar no lugar delas. (OLIVEIRA, 1995, p. 6).

Na primeira leitura desse trecho, percebe-se que o professor já realiza a crítica da Escola Normal, ao colocar que a admiração vinha da falta de docentes. Ainda, nessa entrevista, o professor Luiz Alexandre faz duras críticas e disse que foi favorável ao fechamento da Escola Normal, devido a ser:

[...] feita sem base, por necessidade, certo, concordo. Necessidade havia, mas não tinha professores. Então, o Ginásio que era coisa que dependia do Governo Federal, foi mais fácil. Tanto que esse Ginásio Pestalozzi surgiu em Aquidauana, como lá não tinha estrutura, não tinha base, eles vieram aqui para Campo Grande, o fundador mudou-se para Campo Grande. Então, em Campo Grande, já havia mais resultado, já trazia professor do Rio e de São Paulo, tudo era mais fácil. E a Escola Normal não. Porque como eu digo, nem em Cuiabá não tinha corpo de professores na parte

que se refere à Pedagogia. Propriamente da educação não tinha um corpo de professores. Mas, era mais ou menos improvisado também. (OLIVEIRA, 1995, p. 6).

Em registro do jornal “O Progressista”, do dia 06 de Agosto de 1943, depositado no Arca, são apresentados os nomes dos professores selecionados para lecionar no Curso Técnico de Contador e do Curso Propedêutico do Curso Comercial. Dentre os nomes o professor Luiz Alexandre de Oliveira.

Agostinho Bacha - para a cadeira de Português do curso propedêutico diurno. José Manoel Fontanillas Fragelli - para as cadeiras de Noções do direito constitucional e civil, Legislação fiscal. Noções do direito comercial terrestre e Prática do processo civil e comercial, no curso técnico de contador. Nicolau Fragelli - para a cadeira de Francês do curso propedêutico. Luiz Alexandre de Oliveira - para as cadeiras de História da civilização, história do Brasil do curso propedêutico e história do comércio, da indústria e da agricultura, do curso técnico de contador. (SANTOS; ASSIS, 2016, p. 10),

Um certificado do Curso de Técnico em Contabilidade, que apresenta o professor Luiz Alexandre de Oliveira assinando como Diretor, confirma sua nomeação para tal cargo.

Figura 15. Certificado de Técnico em Contabilidade: Luiz Alexandre como Diretor.



Fonte: Acervo de SANTOS; ASSIS, 2017.

Como podemos observar por meio dos depoimentos, arquivos e documentos, o professor Luiz Alexandre de Oliveira foi um expoente no cenário educacional no sul de Mato Grosso, tanto como professor quanto diretor de instituições escolares.

1.4 Exposições finais do capítulo

O capítulo teve por objetivo apresentar sucintamente algumas notas biográficas sobre o professor Luiz Alexandre de Oliveira, assim como desvelar os escritos e dados encontrados nas fontes memorialísticas, nas entrevistas e nos documentos. Dessa forma, encontramos alguns dados com datas contrastivas e textos repetidos em artigos de revista e livros.

Podemos considerar o professor como um trãnsfuga na perspectiva bourdieusiana, pois era pobre, cego de um olho e possuía visão parcial no outro, migrou do estado de Minas Gerais para o sul de Mato Grosso, superou inúmeras dificuldades e se estabeleceu na cidade de Campo Grande/MS.

A partir do capital institucionalizado, isto é, do título de bacharel em Direito, teve uma abertura política que propiciou a ida à Belém, no estado do Pará, e o retorno para a cidade de Campo Grande, vindo a exercer cargos jurídicos renomados.

Dentre os percalços enfrentados, podemos citar divergências com o quadro de professores, por não concordar com comportamentos abusivos, enfrentamentos e criação de diversas estratégias com relação aos fiscais educacionais, tendo como consequências sanções políticas em concursos públicos para ser professor na Escola Normal.

Foi reconhecido em vida e *in memoriam* por diversos órgãos públicos e privados e obteve, em sua história, um capital social por meio da rede de agentes do campo do qual fez parte. Exerceu diversos cargos públicos, tais como deputado, vice-prefeito e prefeito, quando assumiu a prefeitura por uma semana, devido à ausência de Wilson Barbosa Martins, do qual era vice.

A trajetória de Luiz Alexandre como professor e diretor foi intensa, marcada por entradas e retornos em instituições, a saber: no Visconde de Cairu (atuando como professor e diretor), na fundação de sua própria instituição, o Rui Barbosa, em passagens em outras instituições fora do Estado e, principalmente, na obtenção e manutenção do Colégio Osvaldo Cruz.

Ao finalizar este capítulo, mencionamos que ainda há ausência de dados sobre a biografia de Luiz Alexandre, visto que em alguns órgãos e instituições em que participou não recebemos autorização para pesquisar, tais como: Federação Espírita Sul-Mato-Grossense,

Hospital Nosso Lar, Cooperativa Campo Grande e Loja Maçônica Oriente Maracaju. Essa obstaculização persistiu, porém, reunimos contatos de pessoas que poderão auxiliar na continuação da pesquisa no futuro sobre o professor Luiz Alexandre.

CAPÍTULO 2

PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA E A COMUNIDADE JAPONESA NO SUL DE MATO GROSSO

Este capítulo tem por objetivo apresentar a relação do professor Luiz Alexandre de Oliveira com a comunidade japonesa no sul de Mato Grosso. Para tanto, descrevemos alguns elementos históricos da vinda dos imigrantes japoneses ao Brasil e da criação da comunidade japonesa no sul de Mato Grosso, em especial em Campo Grande.

Dessa forma, algumas questões norteiam a proposição do capítulo: como foi a relação do professor Luiz Alexandre com a comunidade japonesa em Campo Grande, sul de Mato Grosso? Como teve início e como foram as relações étnica e éticas do professor com a Escola de Japoneses?

Em nossas visitas aos arquivos históricos, órgãos públicos e acervos particulares, encontramos livros e revistas que mencionam tanto o professor quanto a comunidade japonesa de Campo Grande. A seguir, o Quadro 2 com os nomes dos arquivos e comentários a respeito do conteúdo.

Quadro 2. Arquivo de livros encontrados

	Nome do arquivo	Ano	Autor	Comentário
1	Campo Grande: personalidades históricas	2012	Arnaldo Rodrigues Menecozi (Org.)	Biografia. Fala sobre sua trajetória no Colégio Osvaldo Cruz e na maçonaria.
2	O sobá de Campo Grande	-	Prefeitura de Campo Grande	Frase sobre o Visconde e importância de Luiz Alexandre de Oliveira.
3	Série Campo Grande	2000	Vários autores	Cita a história do professor como maçom, advogado e Membro da Academia.
4	O mundo que vi	1986	Luiz Alexandre de Oliveira	Autobiografia.
5	Um japonês em Mato Grosso	1958	Guenka Kokichi	História da imigração.
6	Ayumi	2008	AECNB	História dos japoneses em Campo Grande. Produzido pela AECNB.
7	Uchinanchu: cidadãos do mundo	2014	Eron Brum	Livro cita a Escola Visconde de Cairu.
8	Haine: raízes	2008	Kaizô Beltrão; snoe Sugahara; Maria Helena Uyeda; Claudio Seto.	Cita a Escola Visconde de Cairu (dados retirados do livro Ayumi).
9	Campo Grande: 100 anos em construção	1999	-	Cita a Escola Visconde de Cairu e professor Luiz Alexandre de Oliveira.
10	Terra de esperança (Kibo no Daitsi)	2014	Associação Okinawa	Cita a Escola Visconde de Cairu e Luiz Alexandre de Oliveira (dados retirados da Revista Executivo Plus). Produzida pela Associação Okinawa.
11	100 anos do Legislativo	-	-	Apresenta as datas em que Luiz Alexandre de Oliveira foi prefeito.

Organização: AMAYA, 2017.

Quadro 3. Revistas com notas sobre a imigração japonesa e Luiz Alexandre

Tipo de arquivo: Revistas				
	Nome do arquivo	Ano	Autor/Responsável	Comentário
1	Cultura em MS	2014	Fundação de Cultura de MS	Pequeno trecho sobre a Escola Visconde de Cairu.
2	Mina San: 100 anos de imigração japonesa	2008	Jornal Correio do Estado	Fala sobre a Escola Visconde de Cairu e Luiz Alexandre de Oliveira e a importância no período Vargas.
3	Executivo Plus	1984	Vários autores	Luiz Alexandre de Oliveira como defensor no período Vargas.
4	Travessia	1999	Centro de Estudos Migratórios	Sobre imigração japonesa.
5	Arca n. 5	1995	Arca	Out/95 fala sobre a imigração no Estado
6	Arca n.6	1998	Arca	Ago/1991 – Luiz Alexandre de Oliveira e a Escola Visconde de Cairu
7	Associação Okinawa	-	Associação Okinawa	Cita a importância de Luiz Alexandre de Oliveira.
8	Mais Saber	1998	-	Cita o Colégio Osvaldo Cruz, o trabalho da professora Brito e a maçonaria na vida de Luiz Alexandre de Oliveira.

Organização: AMAYA, 2017.

Alguns textos descrevem as mesmas narrativas, conforme mencionado no capítulo 1. A principal obra bibliográfica que se refere à história da imigração japonesa em Campo Grande-MS é o livro “Ayumi”, publicado pela Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira do município. Em relação à produção acadêmica, nossa referência é o livro de Brito (2000) “Escola de japoneses: a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul” baseada na dissertação "Escola Visconde de Cairu: educação e etnicidade em Mato Grosso do Sul", de autoria de Brito (1997).

Para melhor analisar a relação do professor Luiz Alexandre de Oliveira com a comunidade japonesa, vamos explicar sobre a vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil e, posteriormente, para Campo Grande.

2.1 A imigração japonesa no Brasil e a comunidade japonesa em Campo Grande

Este tópico tem por objetivo apresentar e descrever alguns elementos da imigração japonesa para o Brasil e, principalmente, para a cidade de Campo Grande, sul de Mato Grosso.

Inicialmente, cabe considerar que o Japão, nessa época, estava na chamada Restauração da Era Meiji (1868-1912), após um período feudal em que o país permaneceu fechado para influências estrangeiras (entrada/saída) devido ao período imperialista. Além disso, enfrentava um período de crise.

Assim, o processo imigratório dos japoneses para o Brasil foi evidenciado politicamente por meio do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em Paris no dia 05 de novembro de 1895. (BRASIL, 1895). “A partir daí, chegaram os primeiros diplomatas, que se instalaram no Rio de Janeiro; o Japão estava se preparando para enviar imigrantes para o Brasil.” (INAGAKI, 2008, p. 32). Inagaki (2008) acrescenta que há relatos da vinda de navio com passageiros japoneses em 1805, em Florianópolis, e entre 1867 e 1870, no porto do Rio de Janeiro.

O que podemos evidenciar do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (BRASIL, 1895) entre Brasil e Japão é:

ART. 11º – Os cidadãos e subditos de cada uma das duas Altas Partes Contractantes gozarão respectivamente nos Territórios e Possessões da outra Parte de inteira protecção para as suas pessoas e propriedades; terão livre e fácil acesso junto aos tribunais para a defesa de seus direitos; e, da mesma forma que os cidadãos ou subditos do país, terão o direito de empregar advogados, solicitadores, ou mandatários para se fazerem representar junto aos ditos tribunais. Gozarão igualmente de uma inteira liberdade de consciência, e, conformando-se com as leis e regulamentos em vigor, terão o direito de exercer pública ou privadamente o seu culto; terão igualmente o direito de enterrar seus nacionais respectivos, segundo os seus ritos, nos lugares convenientes e apropriados que, para esse fim, forem estabelecidos e mantidos. (BRASIL, 1895, n.p.).

O documento estabelecia aos cidadãos de ambos os países uma liberdade de comércio e benefícios jurídicos. Segundo Saito (2011, p. 57): “[...] o acordo inicial do processo de imigração japonesa para o Brasil foi assinado somente no dia 06 de novembro de 1907, entre a Companhia Imperial de Imigração e o governo do estado de São Paulo.” O documento, em específico, previa a entrada de imigrantes no estado.

Após muitos percalços o navio Kasato Maru partiu do porto de Kobe no dia 28 de abril de 1908, com cerca de 783 emigrantes, que desembarcaram em Santos no dia 28 de junho de 1908; foram transportados de trem para a Hospedaria dos Imigrantes. (INAGAKI, 2008, p. 26).

Muitas famílias japonesas começaram a emigrar para o Brasil no começo do século XX. Em 1908, o navio Kasato Maru aportou em Santos/SP, com os primeiros japoneses. De acordo com Kubota (2008, p. 12): “[...] os japoneses que aqui chegaram vivenciaram algumas situações de conflito com os “nativos”, devido não só a sua origem étnica, mas também a sua aparência física [...]”. Os imigrantes sofriam com a discriminação e o preconceito.

Do período de chegada até a decisão de estabelecimento das famílias no Brasil, atos vividos como o preconceito, o trabalho desvalorizado e as condições desumanas de vida fizeram com que as famílias criassem estratégias para burlar essas situações. (NISHIMOTO, 2011, p. 42).

A princípio, os imigrantes vieram para as lavouras de café no interior do estado de São Paulo, mas também o conhecimento deles quanto à agricultura foi evidenciado em algumas cidades por meio do cultivo de leguminosas, arroz, chá, dentre outros.

Nesse período, os imigrantes sofreram com os preconceitos (CARDOSO, 1995). A perseguição aos imigrantes se demonstrou com “[...] ataques e violência e na cidade, as casas comerciais dos japoneses, fechadas, foram atacadas à pedradas que quebraram os vidros das portas e bandeiras. [...]” (KOKICHI, 1958, p. 59).

Dentre os preconceitos sofridos, a biografia de Kokichi (1958, p. 22) expõe: “Vocês sabem que os japoneses, raça amarela, em geral estão em inferioridade a raça branca”. O estigma do autor possivelmente remete ao fato de sua imigração ter ocorrido em meados de 1914 para o Brasil, em um período em que os imigrantes japoneses eram vistos como subalternos e desertores de seu país de origem. Brito (2000) aponta que a crise econômica, política e social no período de transição para o capitalismo impulsionou a imigração como uma solução de superação das dificuldades do país.

Nos dias de hoje, a visão do chamado nipo-brasileiro é culturalmente reconhecida após gerações pelo esforço, dedicação e principalmente pelos resultados na educação. Se no início da imigração eram meros trabalhadores rurais e comerciantes, atualmente são vistos como “ameaça” por serem constantemente classificados nas melhores posições em concursos, vestibulares e processos seletivos.

Sabe-se que as famílias de migrantes japoneses atribuem à educação grande importância, e isso pode ser observado através das estratégias individuais e coletivas desenvolvidas para propiciar aos filhos uma educação voltada tanto para a manutenção da cultura de origem como a da sociedade de acolhimento. (IMAGAVA; PEREIRA, 2006, p. 56).

O processo educacional foi e continua sendo entendido como projeto de ascensão social. A educação formal possibilitou a inserção dos japoneses e descendentes na sociedade mais abrangente, uma vez que a “[...] a conclusão do terceiro grau é entendida como uma conquista da colônia. [...]” (BRITO, 2000, p. 112).

Kodama (2007) acrescenta que além de o japonês ser considerado como “raça”, era visto como o “outro”, apresentados em discurso do ministro Francisco Campos.

[...] A retaliação e exclusão sofridas durante o Estado Novo foram compensadas pela colônia japonesa através da fidelidade não só aos costumes, mas, no que fazia parte de um conjunto mais amplo do patriotismo, ao sentimento de pertencimento ao império do Japão, entende-se como súditos do imperador de origem divina, o descendente da deusa *Amaterasu*. (KODAMA, 2007, p. 210).

O preconceito foi acirrado devido à Segunda Guerra Mundial. Há o entendimento de que esses atos se estabeleceram devido ao sentimento de ameaça pelo grupo de imigrantes japoneses serem fortemente organizados.

Desde o primeiro momento em que os japoneses chegaram ao Brasil, o instinto de sobrevivência física, psicológica e cultural fez que os imigrantes se reunissem em torno dos seus iguais, por conseguinte, menciono inicialmente algumas formas de sociabilidade e de lazer realizadas pelos japoneses no interior do grupo e seus significados. (TANNO, 2008, p. 65).

O grupo de imigrantes preservava seus costumes e tradições, o que por um lado trazia formas de sociabilidade entre o grupo étnico, mas poderia também funcionar como ameaça ao restante da sociedade brasileira.

No sul do estado de Mato Grosso, o “[...] entusiasmado pelos anúncios da “Marcha para o Oeste”, do governo nacional, e do incentivo das companhias de colonização japonesas se espalharam [...]” (INAGAKI, 2008, p. 64). O fator que atraiu os imigrantes para o estado foi a construção da estrada de ferro.

Informados da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), muitos migraram para a região para trabalharem como operários nas instalações dos trilhos da nova ferrovia. A estrada de ferro se iniciava em Porto Esperança, na Bolívia, passava por Campo Grande e chegava à cidade paulista de Bauru.

Campo Grande passou a ser a sede comercial do sul do estado. A estrada de ferro, além de possibilitar um maior fluxo de mercadorias, agilizou a comunicação interestadual e facilitou o trânsito de pessoas que agora não precisariam passar por outros países para chegar a Mato Grosso. (BRITO, 2000, p. 61).

Os salários dos trabalhadores nesse período eram consideráveis. “Assim, a Companhia [...] reuniu um grupo heterogêneo de funcionários, incluindo ex-escravos e imigrantes de diferentes países [...]” (BRITO, 2000, p. 57).

Grande e operosa é a população estrangeira, destacando-se as colônias síria, italiana e portuguesa, que se dedicam ao seu intenso comércio, e a japonesa, vinda

empregada na construção da ferrovia e agora dedicada, nas redondezas da cidade, à pequena agricultura, abastecendo diariamente o mercado consumidor (CONGRO, 2003, p. 38).

Sobre a NOB e a “Marcha para Oeste” aprofundaremos a história desses episódios importantes para a vinda dos imigrantes ao sul do Estado nesse capítulo.

Terminada a obra, grande parte dos japoneses se estabeleceu na cidade de Campo Grande para se dedicarem à agricultura.

O trabalho e o consumo de produtos hortifrutigranjeiros foram praticamente introduzidos em Campo Grande pelos japoneses. Anteriormente, esses produtos eram trazidos de outras localidades, chegando com preços altos e já bastante danificados por tratar-se de mercadoria perecível. As verduras produzidas pelos japoneses eram vendidas pelas mulheres que percorriam as ruas em carroças anunciando sua mercadoria. Comercializavam-se também nas feiras livres aos domingos e quintas-feiras, onde hoje está localizado o Mercado Municipal, à rua 7 de setembro. Além das verduras, foi muito comum também entre os japoneses, a plantação de cana-de-açúcar para a produção de aguardente. (BRITO, 2000, p. 65).

O grupo étnico de japoneses se estabeleceu e fundou várias colônias. De acordo com Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira (2008), havia um total de 23 colônias na cidade. Nishimoto (2011, p. 48) acrescenta: “Todas essas colônias foram fundadas por grupos de ex-funcionários da ferrovia. A colônia Chacrinha se destacou na história não só por ter sido a primeira, mas porque na localidade foi criada a primeira escola étnica de japoneses, em 1918”. Essa primeira escola de japoneses consiste na atual Escola Visconde de Cairu.

A fundação de colônias foi um movimento comum das imigrações no país. Kreutz (2010) confirma que alemães, italianos, poloneses e japoneses se estabeleceram no Brasil formando núcleos populacionais com características étnico-culturais e promoveram a criação de escolas étnicas.

Na cidade de Campo Grande, evidenciamos a presença de duas principais associações: a Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira e a Associação Okinawa de Campo Grande (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). A associação Nipo, como é conhecida, está ligada diretamente à Escola de Japoneses, hoje Escola Visconde de Cairu, por ser mantenedora e administradora da instituição até os dias de hoje.

Destaca-se a importância das duas instituições para a comunidade japonesa local e também a produção de dois livros que exaltam a colônia em Campo Grande: “Ayumi”, da AECNB e “Terra de Esperança”, da Associação Okinawa. Os livros foram escritos na coletividade da comunidade japonesa, por meio de comitês e gerenciados pelas Associações. Em alguns textos/capítulos do livro “Ayumi”, há nomes de autores no início de alguns

capítulos e no livro “Terra de Esperança” constam os nomes dos colaboradores. Em suma, ambos os livros são compostos por relatos memorialísticos.

2.2 A Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira (AECNB) e Associação Okinawa de Campo Grande-MS: relação com a formação das colônias e escolas japonesas

O subtítulo busca apresentar as duas associações da cidade de Campo Grande, a fim de compreender quais foram as relações e estratégias desenvolvidas pela comunidade japonesa no que tange à formação das escolas e sua relação com a formação das colônias japonesas.

A fundação da Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira ocorreu em 18 de agosto de 1920, contudo, para se chegar a essa data o comitê encarregado dessa “missão” obteve quatro anos distintos (1916, 1918, 1920 e 1925). A justificativa para ausência de documentos que comprovassem as datas e a história da Associação, acredita-se ser a apreensão e principalmente queima de documentos no período do Governo Vargas²¹ (AECNB, 2008).

Em 17 de julho de 1967, parte da nova sede foi construída, teve ajuda do Governo Estadual e do Governo Japonês a obra foi concluída em 30 de julho de 1972. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). As melhorias físicas e estruturais continuaram na construção do clube campo, com espaços para gateball²², tênis, futebol, natação e um grande salão de festas.

A Associação Nipo é organizada por departamentos como: Rossokai (voltado para os idosos na promoção de poesias, encontros, apresentações, etc.); Fujinkai (confraternização das mulheres japonesas); Gateball; Departamento de Tênis de Mesa; Departamento de Haiku/Haikai; Karaokê; Escola Shionko (língua japonesa/desde 1993), dentre outros.

Ao destacarmos a fundação da Associação Okinawa, localizamos datas distintas. O livro “Terra de Esperança”, elaborado pela Associação Okinawa (2014b, p. 58), relata que: “[...] em 1922 acontecia a fundação da Associação Okinawa de Campo Grande por aqueles imigrantes, como centro mútuo de discussões e soluções de problemas e apoio às atividades por eles desenvolvidas”. Já no livro Ayumi (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008) consta no quadro de acontecimentos importantes a fundação da Associação como no ano de 1953 e há um desencontro de informações.

²¹ O governo nacionalista de Getúlio Vargas sancionou diversos decretos impedindo a entrada de imigrantes, proibindo o uso de línguas estrangeiras, bem como proibiu que os imigrantes tivessem bens no Brasil. Foi um período de perseguição ao grupo de japoneses e todo Brasil.

²² Jogo japonês criado logo após a Segunda Guerra, utiliza arco, bola e taco, similar ao críquete.

Em Campo Grande, a Associação Okinawa teria sido constituída em 1922, sendo seu primeiro presidente Kame Chinen, embora antes disso, em 1918, já houvesse uma atividade coletiva verificada pela intensa movimentação de pais de estudantes em torno da escola de língua japonesa Hanja.

Suspeitamos que essa divergência de datas deve-se ao fato que a Associação Nipo considerou, ao escrever uma tabela com datas importantes, a nomeação do primeiro presidente de subsede, Takemori Oshiro, ocorrido após um período de proibição de reuniões dos estrangeiros no Brasil. Essa interrupção teve ápice a partir de 1941, e o ressurgimento ocorreu ano de 1953, como marco inicial da Associação (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). Acrescentamos ainda que:

A Associação Okinawa de Campo Grande inaugurou a sua sede social em 17 de setembro de 1966, graças aos esforços dos seus descendentes aqui radicados e à doação do terreno pelo responsável batalhador pelas causas de Okinawa, o Comendador Oshiro Takemori. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014, p. 15).

A importância da distinção da Associação Okinawa é justificada desde o início da imigração japonesa, tendo em vista o contingente de imigrantes okinawanos no primeiro navio, Kasato Maru. Eram “[...] 781 imigrante a bordo, 325 eram originários da província Japonesa de Okinawa e, destes, perto de 20% passaram, a partir de 1914 a se radicar no município de Campo Grande [...]” (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014b, p. 262). A Associação Okinawa também recepcionava e dava assistência para os imigrantes que se dirigiam para a Bolívia.

A Associação Okinawa desenvolve múltiplas atividades culturais e assistenciais, por meio de departamentos, tais como: Buyô (danças clássicas); Okinawa Gakuen (ensino de língua japonesa); Taiko (aula com instrumentos de percussão); Artes; Karaokê; Rossokai (departamento dos idosos); e outras atividades.

As informações dos dois principais livros contrastam e se completam. Outro dado importante organizado é que em Campo Grande e nos arredores da cidade constam nos dados da Associação Nipo um total de 23 colônias, a primeira fundada em 1914 e a última no ano de 1960. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). No entanto, acrescentamos mais duas colônias citadas no livro da Associação Okinawa: a Colônia Capinzal e Colônia Jaraguá, totalizando assim 25 colônias investigadas quanto às escolas japonesas.

Percebemos com as leituras que existe a relação intrínseca entre o estabelecimento das colônias, a fundação das associações e a criação de escolas. “Cada Colônia tinha uma Associação, a Shokuminchi-kai, que administrava a escola das crianças²³ [...]” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 64).

O trabalho de Imagava e Pereira (2006) relata que a fundação da associação em Dourados estava ligada à escola étnica, pois os imigrantes queriam que seus filhos aprendessem a língua e os costumes tendo em vista o retorno para o Japão.

Temos como primeira consideração quanto ao motivo da criação de escolas étnicas no país a escassez de instituições e a tentativa dos imigrantes de manterem as ligações com o país de origem. Dessa maneira, diversos grupos instalaram as escolas étnicas para os estudos na língua de origem e também como forma de manterem a cultura. Em Campo Grande, a colônia japonesa utilizou a mesma estratégia.

As colônias japonesas e o desenvolvimento das associações e escolas étnicas japonesas têm a criação inter-relacionada em Campo Grande e região.

Primeiramente, colocamos em destaque as duas principais escolas que funcionam atualmente. São estas a Escola Visconde de Cairu²⁴ e a Kamé Adania. Nossa ênfase é para a Escola Visconde de Cairu pelo fato desta estar vinculada à Associação Nipo, no momento atual mantenedora e administradora da escola.

Uma das características que diferenciam a comunidade japonesa em Campo Grande na formação de instituição escolar étnica japonesa é “[...] que nem todas as escolas étnicas foram criadas após a organização das associações, pois em algumas colônias, como é o caso da Chacrinha, criou-se primeiro a escola e depois a associação [...]”. (NISHIMOTO, 2011, p. 68), devido ao fato de que a Associação Japonesa de Campo Grande, atual Associação Nipo foi fundada em 18 de agosto de 1920 (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). Assim:

[...] escola e associação, percorrem trajetórias comuns que se entrecruzam no tempo e no espaço. Tal vinculação gera, muitas vezes, algumas dúvidas e provoca indagações: “O que pertence a que?” “Qual afinal foi criada antes, a Associação ou a Escola? (BRITO, 2000, p. 72).

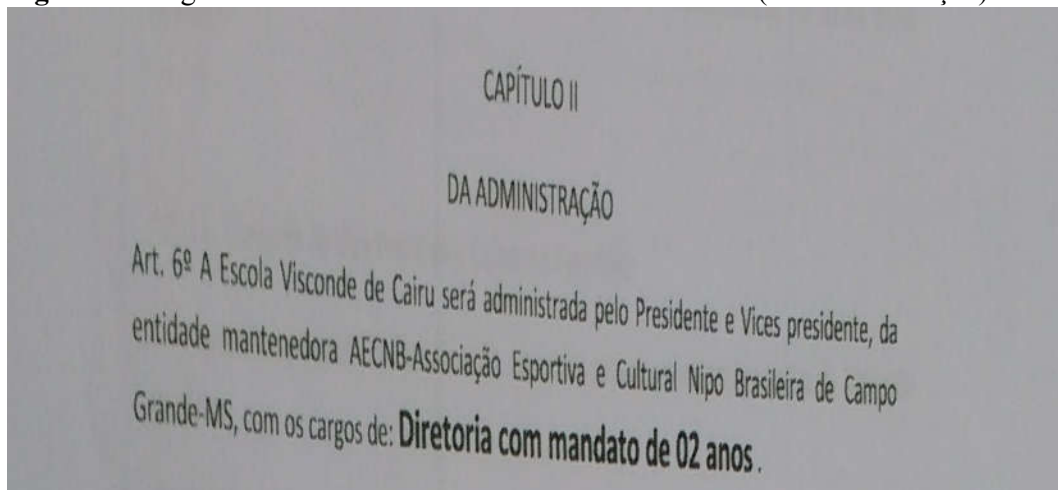
Na tentativa de aproximar do questionamento, apresentamos dois excertos de documentos: o regimento atual da Escola Visconde de Cairu, que comprova a vinculação, pois

²³ No decorrer das leituras, constatamos que nem todas as associações de Campo Grande e região conseguiram estabelecer um ensino dentro da colônia. Nos livros e textos salas de aula são compreendidas como escola.

²⁴ Fundada como Escola de Língua Japonesa Hanja.

a administração é realizada pelo presidente e vice da Associação; e a ata de “fundação”, com a mudança do nome institucional, que comprova essa prática no ano de 1934. Ressaltamos que a ata apenas cita a discussão da mudança do nome da instituição escolar para “Escola Particular Visconde de Cairu”.

Figura 16. Regimento atual - 2017 Escola Visconde de Cairu (Da administração)



Fonte: Escola Visconde de Cairu, s/d.

Nesse caso, compreendemos que a estratégia da Associação foi continuar a fazer parte da administração escolar e participar das decisões da escola até hoje. O que para Bourdieu é um produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definindo, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais. (BOURDIEU, 2004).

A Escola Visconde de Cairu foi construída a princípio para que os filhos dos imigrantes não perdessem os vínculos com língua e cultura japonesa (NISHIMOTO, 2012). Na primeira fase, o ensino na Escola de Japoneses era ministrado todo em japonês, com o objetivo de suprir as necessidades para o futuro retorno ao Japão. Iniciou com apenas seis alunos em um galpão de madeira. (BRITO, 2000). Em meados dos anos 1930, a escola teve de se adequar com o ensino de disciplinas obrigatórios pelo Governo Nacional, assim:

Consideramos que a escolarização da população japonesa passou por dois momentos no período anterior à Segunda Guerra Mundial. O primeiro caracteriza-se pelo grande e intenso processo de criação de escolas particulares japonesas e por sua procura; o segundo é marcado pelas medidas nacionalistas do governo Getúlio Vargas, que condena veementemente a educação japonesa, induzindo à transformação dessas escolas ou provocando seu desaparecimento. (DEMARTINI, 2000, p. 46).

A segunda escola em destaque compreende a Escola Mata Rural do Segredo, na colônia Mata do Segredo. A Revista Mina San (2008) traz os seguintes dados sobre a Escola da Colônia:

A data oficial de sua fundação, pelo município, é em 1960, quando recebeu o nome de Escola Municipal Dr. Tertuliano Meireles, depois passou a ser Escola Municipal de 1º Grau Mata do Segredo, em 1978. Em 1986, Kamé Adania foi homenageado e emprestou o nome à escola. Adania não chegou a trabalhar no colégio da colônia, mas sempre atuou para o funcionamento do local. [...]. (MINA SAN, 2008, p. 33).

Contudo, as datas de mudança de nome encontradas no livro da Associação Okinawa divergem com as informações da Revista Mina San (2008). Segundo Associação Okinawa (2014), em 1970 a escola muda de endereço e de nome passando a se chamar “Escola Municipal Kamé Adania” homenageando um dos fundadores da colônia. O Decreto Municipal nº 4.268/1978 confere essa denominação.

A escola foi fundada com trabalho voluntário. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). “Há registro de que, antes da construção, as crianças frequentavam uma escola de uma senhora de nome Lídia, que existia perto da colônia.” (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014, p. 218).

A instituição funciona até hoje, contudo, foi perdendo as características étnicas pelo fato de não ter mais alunos de origem japonesa. Consta que no ano de 2008 possuía 429 alunos, destes apenas uma aluna tinha ascendência japonesa. (MINA SAN, 2008).

Complementamos que essa colônia foi dividida em duas zonas e que cada zona tinha sua referida escola. Em 1948, na chamada “Zona Dois” dessa colônia, construíram outra escola chamada “Coronel Antonino” que encerrou as atividades no ano de 1980. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014).

Em relação às outras colônias faremos apenas alguns comentários. A Colônia Bandeira: não faz referência à escola, somente a um professor de língua japonesa. No livro “Terra de Esperança”, consta que:

Há registro, também, que, durante a guerra, apesar da proibição de funcionamento da escola de língua japonesa, a Colônia Bandeira conseguiu a sua manutenção de forma clandestina, até que, superadas as seqüelas do conflito bélico, a Escola Visconde de Cairu conseguiu sua reestruturação, passando a receber crianças das comunidades japonesas estabelecidas nos arredores da cidade para ensino de língua japonesa, equacionando, dessa forma, os problemas de ensino naquelas comunidades. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014, p. 147).

Já na Colônia Imbirussu: “[...] Vinte e cinco famílias se uniram para construir uma escola de língua japonesa, que tinha um grande número de crianças aprendendo o idioma com o professor Senkichi Chunjun”. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 73).

Na colônia Mata do Ceroula:

Em 1935, o número de colonos ultrapassou 40 famílias, tornando a educação das crianças um sério problema. [...]. Para lecionar, foram escolhidos Kosho Yamaki para cuidar do português e Keisuke Nakamura para o japonês. A escola era a maior de todas as comunidades nikkeis dos arredores de Campo Grande, e contava com um bem-organizado grupo de apoio. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 76).

A escola fundada nessa colônia (Mata do Ceroula) foi criada para ensino de língua japonesa e funcionava em um galpão. Com o crescimento da demanda, a escola mudou de local e também alterou o nome, passando a ser denominada “Escola Boa Vista” e posteriormente “Escola Franklin Cassiano” (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014).

Em meados de 1941 “[...] os professores eram brasileiros, como o jornalista José Barbosa Rodrigues e a esposa, Henedina Hugo Rodrigues (dona Eneida)”. (MINA SAN, 2008, p. 32). Nessa revista constam fotos de formatura do curso primário da “Escola Franklin Cassiano”, localizada na Mata do Ceroula, nos anos de 1952, 1956 e 1957.

O curso de língua japonesa fora fechado em 1942, ficando somente o de português; aquele, porém, foi reiniciado em 1949, introduzindo-se também um curso de costura [...] "Nessa época, a escola contava com 64 alunos e quatro professores, numa comunidade de 40 famílias. Em 1958, a escola atingiu o auge, com 80 estudantes de 59 famílias." (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 78). Devido às dificuldades e a ida dos imigrantes para as áreas centrais da cidade, a escola foi fechada no ano de 1965. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008).

A colônia Rio Negro foi fundada em 1953 e teve uma escola construída a partir das folhas de bacuri pelo grupo jovem da região. Dentre as dificuldades, a principal foi conseguir professores. “Em 1954, graças ao empenho do deputado estadual Antônio Mendes, finalmente a escola passou a ter um professor efetivo, pago pelo governo estadual. [...]” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 88). Destacam dois professores, Mikiaki Hangai e Yoshito Ikegami, que frequentaram o curso de Letras Nacionais na Universidade Waseda. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008).

Foram conseguidos alguns dados insipientes sobre outras colônias. Na Colônia Quebra-coco, apenas consta o dado da fundação de uma escola em 1963. Na Várzea Alegre, próximo de Terenos, relata-se o ensino da língua japonesa somente dentro das famílias. Há a informação de duas escolas, uma na Jamic²⁵ e outra em Terenos.

Na colônia Rincão, ao norte de Campo Grande, “[...] Oroku, segunda filha de Nagamine Kosei, formada em Naha, o então curso científico, e exercia a função de professora na escola primária do então Haneji-Son, pessoa bastante dinâmica e ousada [...]” (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014, p. 241). Demonstra a formação de sala ou grupo de estudos, ao qual denominavam como escola. Os escritos e depoimentos encontrados nos livros e revistas da comunidade japonesa local revelam que a preocupação era o ensino da língua japonesa para as crianças.

As colônias Córrego da Anta, Paterinho e Rochedinho “[...] se localizavam na região norte da cidade de Campo Grande, distante 30 quilômetros, e começaram a se desenvolver no início da década de 1940” (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014, p. 181). Nessa região constam dados da fundação de duas escolas:

[...] Fundaram uma escola chamada “Escola Visconde de Mauá”. [...] Os habitantes da Colônia Rochedinho, um pouco mais distante, por sua vez, com o mesmo objetivo, construíram sua própria escola, que se denominou de “Escola Coronel Quito. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014, p. 182).

Para Kreutz (2000, p. 164), as ações comunitárias dos imigrantes eram importantes na criação escolas:

As estruturas de apoio para a escola tinham diferenças bastante marcantes entre as etnias, o que certamente se deve a uma conjunção de fatores, como, por exemplo, tradição escolar anterior, instâncias de coordenação, localização em área rural ou urbana, número de imigrantes e outros. (KREUTZ, 2000, p. 169).

Dessa forma, podemos identificar a vinculação entre as colônias, associações e escolas japonesas em Campo Grande e região. *A priori*, a estratégia era retornar ao Japão, por isso, a preocupação era o ensino da língua japonesa e a preservação da cultura e dos costumes japoneses, já com o passar do tempo os objetivos mudaram e as Associações assumiram esse papel.

²⁵ [...] Jamic, estatal japonesa que antecedeu a atual JICA Agência Internacional de Cooperação do Japão. Um rápido parêntese: a comunidade foi chamada de Jamic porque os recém-imigrados, com um péssimo português, não conseguiam pronunciar de maneira inteligível o nome “Várzea Alegre”, daí sempre dizendo que estavam na Jamic. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014, p. 91).

Nossas reflexões sinalizam a importância dos estudos sobre a imigração japonesa em Campo Grande, devido ao objeto ter sido pouco estudado, principalmente no que tange à formação das colônias, associações e escolas étnicas japonesas.

Compreendemos que a imigração teve início com a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB) e, com o término da obra, os imigrantes permaneceram e constituíram colônias em torno da cidade (25 colônias). As colônias eram responsáveis por abastecer o mercado com a produção agrícola que vinham basicamente de outros estados.

Para finalizar, retomamos a questão principal deste tópico: quais foram as relações e estratégias desenvolvidas pela comunidade japonesa entre as colônias, associações e escolas? Cada colônia possui sua associação e buscava constituir locais para estudos e escolas da língua japonesa. Dentre as estratégias ressaltamos a Associação Nipo ser mantenedora e administradora da Escola Visconde de Cairu até os dias hoje. Para isso, contou com a ajuda do professor Luiz Alexandre de Oliveira para a escola permanecer funcionando no período varguista. Concluímos estabelecendo a importância da compreensão e a relação dos elementos colônia, associação e escolas japonesas para os imigrantes japoneses no sul de Mato Grosso.

2.3 NOB e Marcha para Oeste: desenvolvimento no sul de Mato Grosso

O tópico pretende retomar alguns pontos históricos sobre um período de desenvolvimento econômico no sul de Mato Grosso. A Marcha para o Oeste é um exemplo de projeto para expandir a integração econômica para as regiões Norte e Centro-Oeste durante o período ditatorial do Governo Vargas.

As ações políticas de Vargas ligadas às questões territoriais, programações estratégicas de ocupação e concretização dos antigos sonhos da Marcha para o Oeste encontram-se reunidos no material do Instituto de Ciência Política, órgão destinado a dar suporte ideológico ao governo. (BRAZIL, 2014, p. 250).

De acordo com Brazil (2014) a Marcha para Oeste teve como objetivo livrar o país da dependência do comércio via mar e se transformou num grandioso projeto geopolítico de integração territorial, principalmente com a construção de rodovias e ferrovias.

O Brasil anos antes tentava estabelecer outras possibilidades de comercialização dos produtos por meio de “Tratado da Amizade Comércio e Navegação”. Na região, o tratado com país vizinho Paraguai ocorreu em 06 de abril de 1856, pois devido à evolução tecnológica das embarcações o tráfego no rio Paraguai e seus afluentes foi crescendo.

Em 1857, Corumbá recebeu o vapor de guerra “Maracanã”, as escunas mercantes, diamantina e Ulisses, e o barco a vapor Corça acompanhado da escuna América. No ano seguinte, foi organizada a Companhia de Navegação a Vapor, para atender a linha de Montevideú a Corumbá. Essa companhia, empenhada em manter regularidade nas viagens, contava com os vapores Marquês de Olinda, Conselheiro Paranhos, Visconde de Ipanema e Cuiabá. (BRAZIL, 2014, p. 218).

A condição desencadeou outros fatores que melhoram o comércio para o Brasil “[...] a questão de limites entre o Paraguai e o Brasil, permitiu o comércio regular entre Montevideú e Cuiabá, através da Companhia de Navegação a Vapor, até o ano de 1864, quando ocorreu a invasão paraguaia em Mato Grosso”. (BRAZIL, 2014, p. 219).

A referida autora menciona que após o término do Conflito: “[...] inúmeras embarcações voltaram a transitar pelas águas do Paraguai e seus afluentes. Franqueado, o rio possibilitou a ligação de Mato Grosso ao resto do mundo através do estuário platino”. (BRAZIL, 2014, p. 220). A guerra do Paraguai percorreu os anos de 1864 a 1870, e deu-se contra a chamada Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai.

Segundo Queiroz (1997, p. 21). “[...] No dia 21 de junho de 1904 realizou-se no Rio de Janeiro a assembleia geral constitutiva da sociedade anônima que tomou denominação de Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil.”

Queiroz (1997) afirma que as discussões sobre a ligação entre Mato Grosso e a região litorânea vinha desde 1851, com o governo imperial no monopólio de concessão para construção da ferrovia.

Com a chegada da ferrovia, pretendia-se também o povoamento da região central do Brasil. Muitos imigrantes vieram em busca de emprego e oportunidade, principalmente para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Dentre esses imigrantes, enfatizamos os imigrantes japoneses, que se destacaram na construção e após o término da ferrovia permaneceram e formaram colônias no estado.

Da mesma forma, nosso agente Luiz Alexandre e sua família migraram para a região, atraídos pelos bons salários, e em seguida abriram uma pensão e tiveram outros rendimentos.

A construção da estrada de ferro representou a possibilidade palpável de um excelente salário a quem nela trabalhasse. Enquanto a diária média dos trabalhadores das fazendas de café não passava de três mil, réis, a dos operários da ferrovia chegava a cinco mil réis. [...] (BRITO, 2000, p. 56).

Para Queiroz (2004, p. 88): “Nessas circunstâncias, não são de estranhar as constantes queixa dos empreiteiros com relação à falta de trabalhadores e à pouca produtividade do

trabalho, mesmo pagando-se salários considerados avultados”. Luiz Alexandre também faz menção aos bons salários da ferrovia em seu livro.

A cidade de Aquidauana se destacou nesse período por abrigar parte do grupo de trabalhadores que trabalhou na construção da estrada de ferro.

Com a construção da “Noroeste”, Aquidauana, que antes era um lugarejo, cresceu, tomou impulso. E Corumbá, com o rápido crescimento de Campo Grande, experimentou um sensível descompasso econômico de toda a região fronteiriça era a essência do projeto geopolítico da ferrovia. (BRAZIL, 2014, p. 249).

A cidade em que Luiz Alexandre iniciou sua profissão como professor recebeu muitos imigrantes japoneses que optaram por continuarem na cidade, seja como hortifrutigranjeiros, comerciantes ou em demais formações. A associação permanece até os dias de hoje, sendo que no ano de 2010 constavam 83 famílias cadastradas.

Prosseguindo com as questões históricas, em 1914 foi inaugurado o trecho da linha férrea no estado Bauru (SP) – Porto Esperança (MT) “distrito localizado na margem esquerda do rio Paraguai, a cerca de 70 km do município de Corumbá. A linha só alcançou Corumbá em 1952, depois de concluída a ponte Barão do Rio Branco”. (BRAZIL, 2014, p. 241).

Queiroz (2004, p. 39), considera que: “Seu ‘inacabamento’, se assim podemos dizer, começa pelo fato de que as obras de construção foram paralisadas em 1914 sem que a ferrovia houvesse atingido seu destino (Corumbá). Após o término da ferrovia, Campo Grande passou a atrair os imigrantes por se tornar sede comercial do sul do estado.

O tráfego de passageiros foi encerrado somente em 1996, e em 2002 desativou-se o ramal Ponta Porã (QUEIROZ, 2004). A NOB manteve por muito tempo as relações econômicas devido a função política estratégica desenvolvida, sendo, assim, um fator primordial para a história do estado.

2.4 Cultura japonesa em Campo Grande-MS

Hoje, a capital do estado de Mato Grosso do Sul possui várias características culturais trazidas pelos japoneses, como o sobá, a Festa Bon Odori e a história com participação na Feira Central e do Mercado Municipal.

A imigração japonesa está representada na Feira Central, nos dias atuais, por um pântico ao estilo oriental, pelas luminárias dos restaurantes e pelo Monumento ao Sobá, inaugurado em 2009, em meio ao Festival do Sobá, realizado em agosto. As características que lembram as origens são ressaltadas, mas o outro, o imigrante, é

sempre visto como diferente, como se a população fosse formada por tradições rurais e agradecesse a contribuição dos japoneses para o desenvolvimento da cidade. (CALADO, 2012, p. 77).

A história da tradicional Feira Central da cidade está ligada aos imigrantes japoneses desde o seu início, devido ao comércio de hortaliças, frutas e, posteriormente, pelo consumo do sobá.

O sobá é composto por um macarrão caseiro, omelete fatiado, carne de porco (ou adaptado com carne bovina) e o caldo preparado a partir do cozimento de carnes, com ingredientes japoneses e principalmente o *shoyu* (molho de soja). Para ilustrar a informação, na figura abaixo apresentamos a iguaria.

Figura 17. Sobá



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Alguns relatos constam que o sobá era consumido apenas pelos donos das barracas que comercializavam produtos na Feira Central de Campo Grande, pois o objetivo não era a comercialização. Posteriormente, após o interesse e curiosidade dos frequentadores é que o prato passou a ser vendido. O que para Le Goff e Nora (1974, p. 216): “[...] significa que a apreciação de um prato não era tributária de seu preço”.

A influência okinawana (*utinanchu*²⁶) em Campo Grande ocorre devido ao consumo do sobá, prato típico que teve seu tombamento como patrimônio cultural imaterial com o Decreto de n. 9.685, de 18 de julho de 2006. Para Calado (2013), o sobá como patrimônio é a aceitação declarada dos imigrantes japoneses no estado.

De fato, Maciel, Boulegat e Gomes (2012) apontam:

²⁶ *Utinanchu* ou *uchinanchu* são os indivíduos originários da província de Okinawa e “[...] *naichi*, o termo “japonês” também é utilizado como categoria nativa pelos descendentes de okinawanos ao se referirem aos demais, não originários da província de Okinawa” (KUBOTA, 2015, p. 16). A autora Nádia Kubota (2015), em sua tese “Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande: relações de parentesco e famílias”, traz os aspectos de pertencimentos dos imigrantes japoneses em Campo Grande e esclarece as divergências dos termos apresentados. O nosso foco não é trazer a diferença dos termos, mas apenas apresentá-lo para o conhecimento.

A territorialização do sobá da cultura utinanchu, em Campo Grande, como se pôde depreender, veio se dando numa troca material e simbólica entre imigrantes japoneses de Okinawa e outros moradores locais, no cotidiano vivido. A territorialização vem se processando numa re-significação dos símbolos e das tradições, sem produzir quebras, e sim combinações interculturais, fruto de negociações e adaptação coletiva aos novos contextos no tempo e no território vivido. (MACIEL; BOURLEGAT; GOMES, 2012, p. 64).

Para Poutignat e Streiff-Fenart (1999, p. 66-67), existe um processo de assimilação dos imigrantes: “[...] a dinâmica das relações interétnicas vê-se reduzida a um hipotético enfrentamento entre dois parceiros abstratos: os imigrantes (os ‘candidatos à assimilação’) e a ‘sociedade de acolhimento’ [...]”. Dessa forma, em Campo Grande, houve uma negociação, ou seja, uma mescla cultural, porque a sociedade de acolhimento assimilou a cultura dos imigrantes, no caso o consumo de um prato típico sendo incorporado à cultura local.

É importante levar em consideração que o *Okinawa Sobá – sobá* – é um prato típico de Okinawa, mas considerado em Campo Grande como “prato japonês”, não diferenciado entre os dois grupos – okinawanos e não-okinawanos. Entre japoneses e descendentes é comum o conhecimento da origem desse prato, mas entre os ocidentais há ainda certa falta de informação. O *sobá*, assim como o *Bon Odori*, é um elemento que acabou por unificar os dois grupos que consomem freqüentemente o alimento, sem qualquer crise. (KUBOTA, 2008, p. 134).

A representatividade do sobá é tão presente e marcante para Campo Grande que concorre ao concurso de prato típico do município, disputando com arroz carreteiro (com ovo frito e mandioca) e espetinho (churrasco com arroz, vinagrete e mandioca). A disputa ocorre pela internet e em locais turísticos da cidade e a divulgação do resultado está prevista para fevereiro de 2018.

Outro exemplo é a Festa Bon Odori, a qual “[...] é vista pelos campo-grandenses como uma ilustração dos costumes e raízes nipônics na cidade. [...]” (KUBOTA, 2008, p. 112) e está inserida no calendário de comemorações do aniversário de Campo Grande/MS.

Compreendemos cultura como “[...] um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmos opostas [que] transformam-se num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. [...]” (DAMATTA, 1986, p. 123). Dessa forma, é notável a participação da cultura japonesa na cidade de Campo Grande/MS. Ela está presente na construção da ferrovia, no desenvolvimento da cidade, nos monumentos, festividades e nos costumes gastronômicos.

A festa Bon Odori abrange a cultura, o folclore e assinala nostalgia. Conforme Le Goff e Nora (1974), entretanto,

A anexação desse novo objeto pela história não se dá, no entanto, sem equívocos. Antes de tudo, não é certo que a festa deixe-se apanhar sem opor uma resistência muda à interpretação histórica; não somente em razão da imensa incerteza que paira ainda sobre os domínios da história cultural, mas também em função dos vínculos particulares que a festa mantém com o tempo. Porque, aparentemente, a dupla abertura do presente da festa para o passado e para o futuro oferece ao historiador uma linguagem que lhe é familiar. Não existe festa sem reminiscência; repetição do passado, frequentemente anual, a festa traz consigo uma memória que é tentador considerar como tal. Prenúncio do futuro, a festa fornece, por outro lado, como que uma aproximação deste. Suscita uma simulação do futuro que o historiador tem a boa fortuna de poder comparar com o futuro real. (LE GOFF; NORA, 1974, p. 217).

A comemoração é realizada anualmente e representa a homenagem aos antepassados com apresentações e participação do público em danças típicas. Compreendemos, conforme Le Goff e Nora (1974), que nessas manifestações culturais, ocorre a

[...] repetição que se fundamenta a esperança e, por outro lado, mais que um futuro aberto a todas as indeterminações, e por esse fato fonte de angústia, a festa representa, de uma só vez e de imediato, com uma magia não assimilável à previsão e ao trabalho, a cena da imortalidade e da indestrutibilidade. (LE GOFF; NORA, 1974, p. 217).

O professor Luiz Alexandre de Oliveira esteve envolvido com a comunidade japonesa como “benfeitor”, como já mencionado, uma vez que durante o período da Era Vargas (1930-1945) foi presidente da Cooperativa dos japoneses e, principalmente, participava das festas e eventos da comunidade japonesa.

2.5 As relações do Professor Luiz Alexandre de Oliveira com a comunidade japonesa: a perseguição étnica nos tempos da II Guerra Mundial

Este tópico tem por objetivo apresentar os episódios vivenciados pelo professor, em específico no período de restrição aos imigrantes japoneses na Era Vargas (1930-1945), assim como as movimentações políticas e sociais de Luiz Alexandre e um breve quadro político e educacional.

No que se refere à Era Vargas, esse período teve início a partir da Revolução de 1930, interrompendo o ciclo da política cafeeira no Brasil. Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) nasceu no dia 19 de abril de 1882, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Começou na política em 1909, como deputado estadual, entre 1922 a 1926, foi deputado federal e, posteriormente, ministro da Fazenda. Com o Golpe de Estado, instalou o Governo Provisório, promulgou uma

nova Constituição e, em 1937, fechou o Congresso, instalando o Estado Novo. Nesse período, adotou forte centralização política e atuação do Estado, dessa forma governou com poderes ditatoriais.

Foi um governo de valorização do trabalho individual, ou seja, uma materialização do trabalho e da propriedade. Para Gomes (1982) a política nacionalizadora de proteção ao trabalho foi a imigratória.

Os imigrantes deveriam passar a ser entre nós, definitivamente, um fator de progresso e não de desagregação social e desordem política. O Brasil realizava no Estado Novo um grande esforço de ocupação das terras no interior. Não nos interessava, portanto, a fixação de estrangeiros nas cidades. Eles deveriam ser conduzidos para os trabalhos do campo, sem prejuízo, entretanto, do brasileiro, que constituiria a base primordial desta política de colonização. (GOMES, 1982, p. 162).

Observa-se na visão do governo que os imigrantes deveriam ficar à margem em relação ao trabalho. Fariam os serviços desvalorizados, em que faltavam mão-de-obra, porém, alguns imigrantes vieram com capital econômico para realizar investimentos no país, o que *a priori* não foi bem visto pelos nacionalistas.

Quanto à educação na Era Vargas, contornava traços mais definidos com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1931. Teve como primeiro ministro da Educação Francisco Campos, seguido por Washington Pires e Gustavo Capanema. Esse período político encaminhou para o chamado Nacionalismo brasileiro, também conhecido por dar ao Brasil o primeiro desenho do Estado-Nação.

Para demonstrar essa força nacionalista do Governo Vargas, o presidente assinou o Decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que estabelecia as condições de produção, importação e utilização do livro didático, e, em seu artigo 22, proibia o uso de livros didáticos em outras línguas: “Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.” (BRASIL, 1938, n.p.). Essa proibição acarretou a produção de livros bilíngues em algumas localidades, levando à promulgação de outro decreto, o Decreto-lei nº 3.580, de 3 de setembro de 1941:

Dispõe sobre a Comissão Nacional do Livro Didático e dá outras providências. Art. 4º Fica proibida a importação de livros didáticos, escritos total, ou parcialmente em língua estrangeira, se destinados ao uso de alunos do ensino primário, bem como a sua produção no território nacional. (BRASIL, 1941).

Isso expõe o período do Governo Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-1945), como um momento histórico marcado por abusos e restrições a determinadas ações da vida

cotidiana, uma vez que a educação nesse período, a partir de uma visão nacionalista conservadora, apresentou um projeto “[...] fundamentalmente filantrópico; no interior desta concepção, a educação pública é uma obra eminentemente assistencialista mas, em nenhuma circunstância, institui um Escola Universalizada [...]” (VALLE, 1997, p. 76). Nesse contexto, as escolas étnicas de imigrantes foram vistas como ambientes contrários ao projeto nacional.

No caso dos alemães:

A consequência imediata do “estado de guerra” com a Alemanha foi a proibição das publicações em língua alemã e o fechamento das escolas alemãs. As sociedades recreativas e assistenciais voluntariamente trocaram seus nomes em alemão por outros em português, mas, apesar disso, sofreram algumas agressões. (FIORI, 2003, p. 54).

Essa intervenção foi principalmente após o Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que regulamentava a entrada de estrangeiros:

Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro. Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas. § 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos. § 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos. § 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em línguas portuguesa. § 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil. § 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país. Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização. Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça. (BRASIL, 1938).

Dessa forma, as escolas de imigrantes tornaram-se alvos de depredações e de xenofobismo mais acirrados por fazer parte do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) durante Segunda Guerra Mundial.

Já na iminência de o Brasil entrar na guerra contra o Eixo, o governo brasileiro publicou dois decretos que, em síntese, autorizavam o governo a desapropriar imóveis e propriedades de súditos do Eixo. Foi uma situação de pânico na colônia na época. A declaração de bens era obrigatória para todos esses súditos em Campo Grande e eles souberam de tais decretos três ou quatro dias antes do término do prazo. Foi um corre-corre geral; trabalhava-se dia e noite. Emissários trabalhavam na zona rural, trazendo escrituras e declarações. O imóvel da Escola Visconde de Cairu passou, nominalmente, a pertencer ao diretor. No meio de grandes aflições, tudo foi resolvido. As forças que pleiteavam o fechamento das escolas foram vencidas e isso quando a polícia estava providenciando o seu fechamento. (OLIVEIRA, 1986, p. 42).

É importante ressaltar que esses imigrantes possuíam um forte nacionalismo e a intenção de retornarem para sua pátria.

Assim sendo, a escola “estrangeira” não era fruto de um desejo nacional de pluralidade cultural, mas fora surgindo um pouco ao acaso do jogo de forças sociais, para cobrir os espaços de omissão do governo no sentido de propiciar escolas públicas aos grupos imigrantes demandados no Brasil. (FIORI, 2003, p. 5).

Como podemos constatar, alguns decretos-lei impediram o funcionamento de escolas, proibiram o uso de materiais didáticos em língua estrangeira e impuseram que os diretores deveriam ser brasileiros natos e que só se poderia comunicar no ambiente escolar utilizando a língua portuguesa.

As escolas étnicas dos imigrantes foram vistas como ambientes de desintegração em que as práticas pedagógicas afrontavam esse novo projeto educativo, razão pela qual precisavam ser convertidas em locais de aprendizado, gestação e irradiação de uma exaltação patriótica que tinha o Brasil e seus aspectos culturais como centro. (SANTOS, 2010, p.86).

As proibições foram, portanto, para inibir os imigrantes e, principalmente, para reforçar a construção do nacionalismo proposto por Vargas.

A partir de 1938, a política do nacionalismo tornou-se mais dura em relação aos imigrantes que aqui se encontravam, até então bem-vindos. Limitou a quantidade de imigrantes estrangeiros, estabeleceu alguns obstáculos que, em alguns casos, impediam aqueles que estavam interessados em imigrar para o Brasil. As restrições foram estabelecidas pelo Decreto nº 406, de 04 de maio de 1938, e regulamentadas pelo Decreto 3.010, de 20 de agosto. A análise dos decretos, especialmente nos artigos 165 a 170, e 272 a 273, possibilita algumas reflexões sobre os fatos ocorridos nessa época, bem como a repercussão e a interpretação das ações efetuadas na colônia japonesa em Campo Grande. A chegada dos primeiros japoneses ao Estado de Mato Grosso se dá, justamente em 1914, e é por volta de 1918 que os mesmos instalaram-se na periferia de Campo Grande. Em 1924, a transferência da Escola para o centro da cidade representou uma nova fase da colônia. Tratava-se de uma Escola de japoneses, “o estrangeiro”, no centro da cidade, em meio ao surto nacionalista imposto por Vargas. (BRITO, 2000, p. 92).

Considerando o relacionamento do professor Luiz Alexandre com a Escola de Japoneses, ele começou a trabalhar na instituição em 1924. A fim de atender à obrigatoriedade, passou a lecionar História e Geografia do Brasil, Português e Matemática.

O espírito nacionalista presente na conjuntura do país influenciou a organização curricular através das disciplinas de geografia e história do Brasil, no sentido de garantir um conhecimento aprofundado da realidade do país. Estes conhecimentos,

num contexto de orientação nacionalista, eram essenciais à educação da elite dirigente. [...]. (ZOTTI, 2002, p. 72).

Por conseguinte, com o Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, estabelecia-se, em seu artigo 11, que “Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros [...]”, reafirmando a necessidade de um brasileiro assumir o cargo de diretor da Escola de Japoneses. O professor Luiz Alexandre adquiriu o cargo e, em decorrência disso:

Pelo vínculo que manteve com a escola, como professor e depois diretor, Luís Alexandre foi algumas vezes convocado para prestar esclarecimentos às autoridades, pois havia severa fiscalização das atividades em escolas estrangeiras. Ele gostava de contar sobre um inquérito dos militares sobre os ensinamentos ministrados na Visconde de Cairu. Luís Alexandre lançou um desafio no sentido de que as autoridades fizessem uma visita de surpreender. (MAIS SABER, 1998, p. 33).

A Escola de Japoneses, na visão de Brito (2000, p. 110) “[...] foi uma escola criada para um grupo de pessoas que não tinha domínio do idioma do país acolhedor e [...] expressava a importância dada à educação pelo grupo. [...]” (BRITO, 2000, p. 110).

A escola japonesa em Campo Grande foi originalmente fundada na colônia Chacrinha, em 1918, e mudou-se para cidade no ano de 1924: “O nome da escola também deixou de ser ‘Hanja’ passando para ‘Escola de Japoneses de Campo Grande’, segundo registro em 1925. Em 1927, por orientação das autoridades, foi rebatizada de Visconde de Cairu.” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 41). Foi um recurso para manter a instituição, assim como contribuir na manutenção da cultura.

A instituição teve de alterar o nome para não ser identificada, ou seja, não ter revelada a vinculação com a etnicidade do grupo de japoneses. De acordo com Brito (2000, p. 74), “Luiz Alexandre de Oliveira, personagem importantíssimo na história da escola e o General Correa de Arruda definiram a nomeação como uma forma de apaziguar ânimos [...]”, tendo em vista a situação dos japoneses no contexto político e social:

[...] ainda que o clima de tensão não se fizesse sentir de maneira imediata. A partir de 1938, em função daquela conjuntura, a colônia japonesa passou a correr o risco de ter seus bens confiscados e ser olhada com desconfiança pelas autoridades estaduais. Logo, essa maneira de representar o “outro” foi difundida e incorporada pela população. Com o advento da II Guerra, a situação se agravou. (BRITO, 2000, p. 98).

Para Bourdieu (2009), o poder simbólico funciona como uma dominação, um mecanismo de significados e significações, muitas vezes em um processo velado que se legitima. Dessa maneira, a violência simbólica transcorreu no interior do grupo étnico japonês durante o período Varguista.

E, por meio da realidade social defendida por Bourdieu (2009), podemos entender o que determina a posição dessa população pesquisada no campo social e o que condiciona a ocupação do espaço social. Para o sociólogo, segundo Nogueira e Nogueira (2009, p. 36), os sistemas simbólicos podem ser “[...] produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo [...]”. As exclusões e as discriminações aconteciam no campo social.

Com a proibição de falar a sua língua materna e do ensino japonês com professores e diretores nativos, quebrava-se o que para os imigrantes japoneses significava a possibilidade do conhecimento e educação para o retorno ao país de origem. Contudo, também “[...] representava uma forma de dar continuidade aos projetos de vida, garantia de proteção aos seus descendentes e, naturalmente, expressava a importância dada à educação pelo grupo. [...]” (BRITO, 2000, p. 110), devido ao estudo da língua portuguesa introduzido posteriormente na instituição.

O governo tentou banir os imigrantes com seus decretos, proibições e obrigações, pois “[...] as escolas não apenas controlam as pessoas; elas também ajudam a controlar o significado [...]” (APPLE, 2006, p. 103). Nesse momento, os japoneses, com a criação de suas próprias escolas, tentavam preservar o nacionalismo japonês, enquanto o governo, por meio das restrições impostas, atuava visando a construção de uma unidade nacional brasileira.

Kreutz (2010) acredita que essa tendência de afirmação da unidade se estabelece em um poder hierarquizado. Assim, a perseguição do governo aos japoneses nos tempos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi evidenciada.

Dessa forma, com as ações do governo:

A presença de professores brasileiros era legalmente imposta. Segundo alguns depoimentos, além do governo estadual, a escola pôde contar, por um longo período, com o apoio do governo japonês. O imperador encaminhava o material didático necessário como mapas, esqueletos, montava laboratórios. Para obter tal colaboração bastava escrever solicitando. [...]. (BRITO, 2000, p. 79).

A ajuda material do governo japonês pode ter representado uma afronta política naquele momento, pois podemos observar que “[...] as orientações curriculares eram coerentes com o conceito sócio-econômico-político [...]” (ZOTTI, 2002, p. 77), assim como a ideologia

era imposta com disciplinas específicas e diversos outros mecanismos na educação para a manutenção da política nacionalista.

Ainda que proibido o ensino da língua japonesa na escola, os imigrantes continuaram a ensinar o idioma materno para seus filhos, após a Guerra. “Em 1947, com a liberação, seu ensino voltou a ser permitido na Escola Visconde.” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 52). Isso demonstrou a importância que as famílias dispunham para a educação.

[...] é somente com referência ao espaço de disputa que as define e que elas visam manter ou redefinir, enquanto tal, quase completamente, que se pode compreender as estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam conservar e transformar ou transformar para conservar. (BOURDIEU, 2011, p. 151).

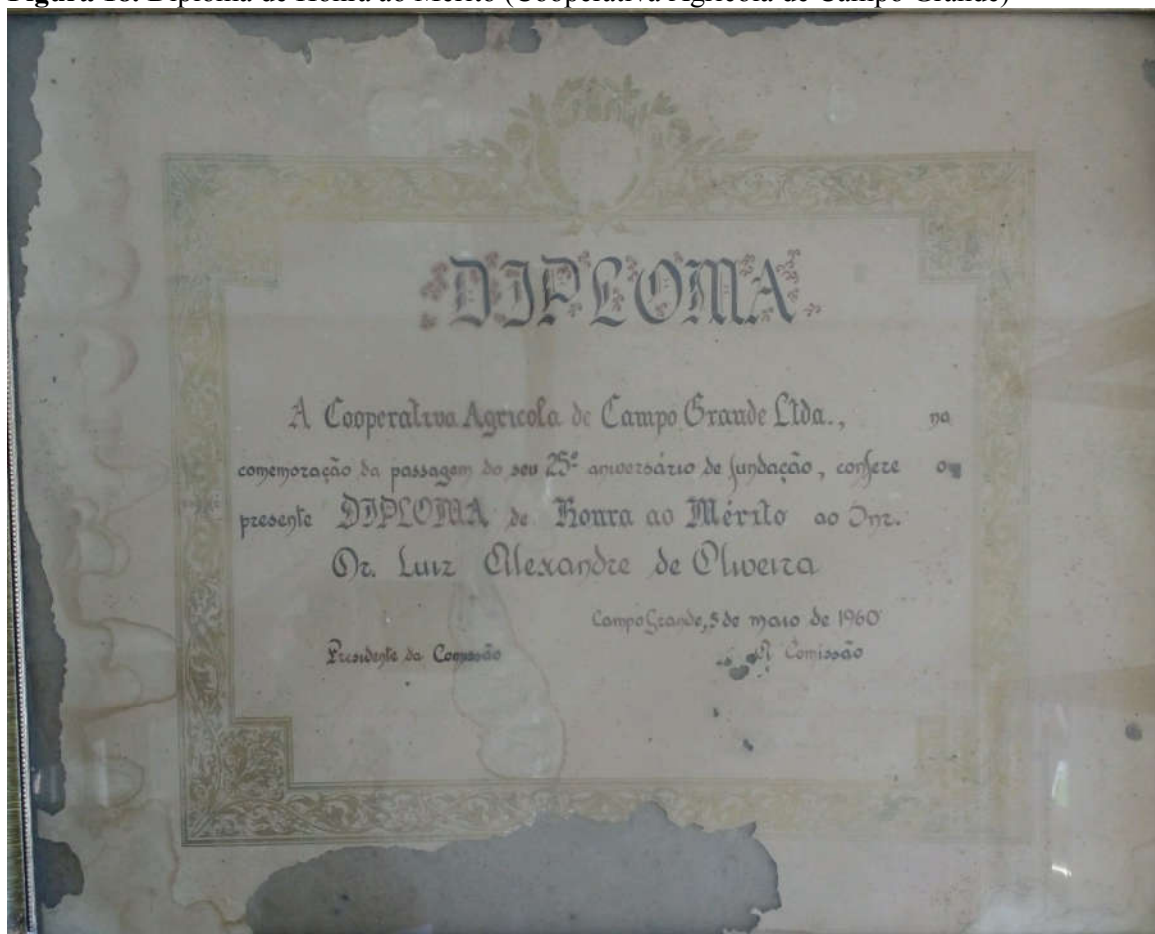
O professor Luiz Alexandre fez parte dessas estratégias individuais e coletivas para a continuidade, funcionamento e preservação do patrimônio da escola e de membros da comunidade japonesa em Campo Grande. Ele é referenciado, isto é, compõe as estatísticas das escolas japonesas no Brasil que não foram fechadas no período Vargasista “[...] por contar com a ajuda de alguma pessoa influente ou pelo fato de ensinar a língua portuguesa.” (DEMARTINI, 2000, p. 65).

É preciso ressaltar que o grupo étnico japonês chamava a atenção também em face da sua organização política como, por exemplo, as organizações de colônias e, como estratégia econômica, a fundação da Cooperativa Agrícola de Campo Grande, constituída em 05 de maio de 1935. (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008).

Nesse âmbito, Luiz Alexandre de Oliveira, da mesma forma como ocorreu na escola, esteve presente: “[...] de 1938 a 1955, foi presidente da Cooperativa Agrícola, dedicando-se à colônia nipo-brasileira mais do que muitos japoneses.” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p.42).

Esse fato ocorreu devido às perseguições da ditadura Vargasista, foi uma opção para a instituição não ser fechada. Sendo assim, “A Cooperativa sofreu forte opressão do Governo Brasileiro de então, inclusive com ameaças de fechamento e confisco de seus bens, razão porque a sua direção foi conferida ao advogado [...]” (ASSOCIAÇÃO OKINAWA, 2014b, p. 130). A Cooperativa Agrícola de Campo Grande permanece funcionando até os dias hoje. O reconhecimento da instituição ao professor revelou-se na forma de Diploma de Honra ao Mérito, concedido em 05 de maio de 1960. Conforme a Figura 18:

Figura 18. Diploma de Honra ao Mérito (Cooperativa Agrícola de Campo Grande)



Fonte: Acervo da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

O diploma foi encontrado na ASL, está em estado de deterioração, porém, está emoldurado o que pode aumentar a “vida útil” do documento.

A importância do professor Luiz Alexandre de Oliveira para colônia japonesa vai muito além de “tutor de bens” no período de guerra.

Tudo indica que a sensibilidade de Luiz Alexandre ante as questões e problemas vividos pelos japoneses, às dificuldades enfrentadas pela colônia em diferentes situações e tempos variados, foi acentuada devido a sua própria história de vida. (BRITO, 2000, p. 103).

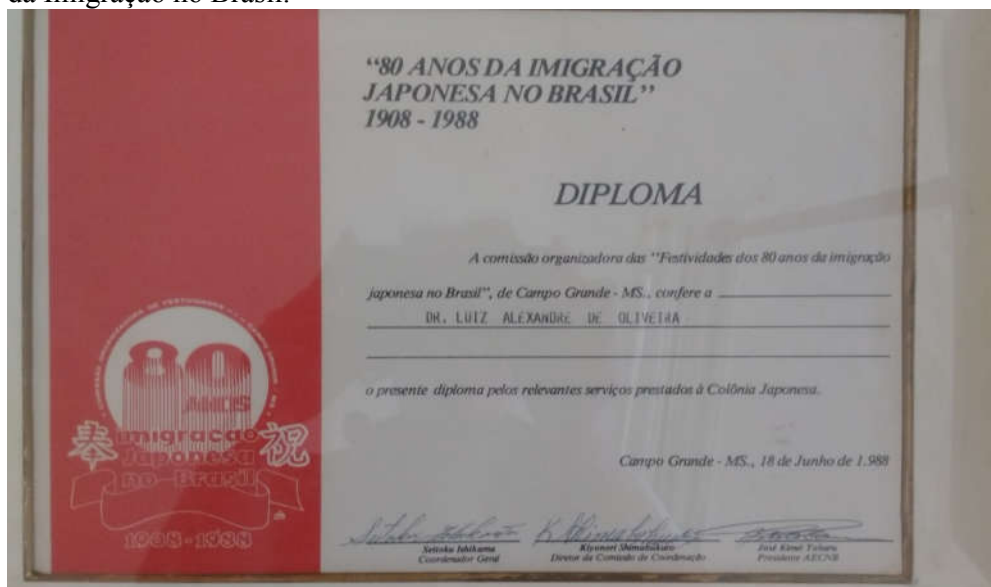
Os quadros com homenagens e honrarias recebidas por Luiz Alexandre corroboram a importância e reconhecimento com que a colônia japonesa o condecorou.

Figura 19. Honra ao mérito no 30º Aniversário da Associação Okinawa de Campo Grande-MS.



Fonte: Academia Sul- Mato-Grossense de Letras (2017).

Figura 20. Diploma pelos serviços prestados à Colônia Japonesa na comemoração de 80 anos da Imigração no Brasil.



Fonte: Acervo da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

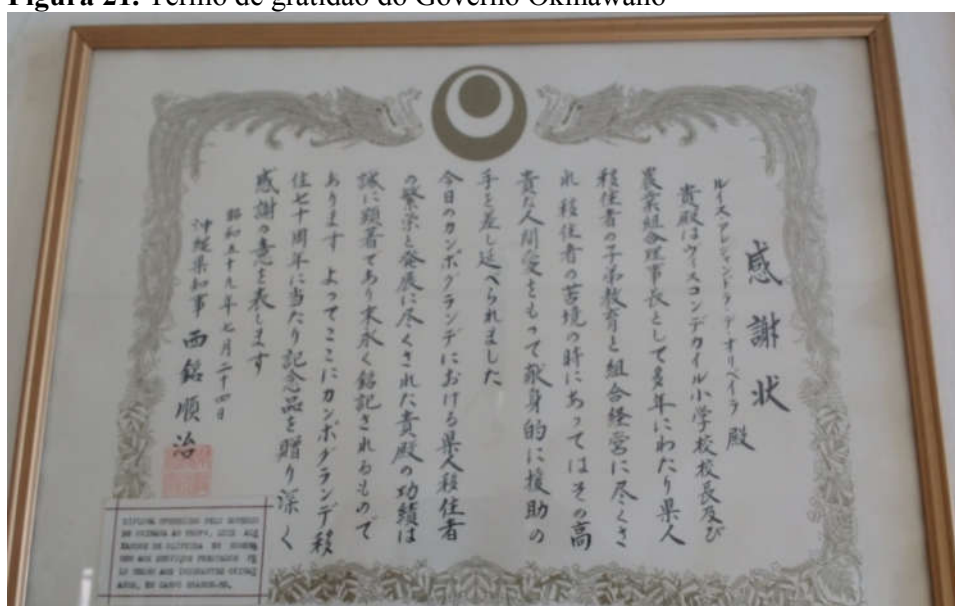
Nas figuras acima podemos constatar a homenagem da Associação Okinawa de Campo Grande-MS e da Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira, em razão do reconhecimento de todo a comunidade japonesa da cidade. Para essa comunidade:

Luiz Alexandre de Oliveira realizou todos aqueles serviços em defesa dos direitos e interesses da Comunidade Japonesa de forma totalmente desinteressada e graciosa, não gerando qualquer ônus. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE-MS, 2014, p.565).

A homenagem ultrapassou o oceano e, no 50º Aniversário da Imigração, o governo da província de Okinawa enviou a Luiz Alexandre um Termo de Gratidão por sua dedicação ao longo de muitos anos em prol da comunidade em Campo Grande-MS.

O documento abaixo, escrito em língua japonesa, contém uma pequena nota no canto inferior esquerdo em que se lê: “Diploma oferecido pelo governo de Okinawa ao professor Luiz Alexandre de Oliveira em homenagem aos serviços prestados pelo mesmo aos imigrantes okinawanos em Campo Grande-MS”.

Figura 21. Termo de gratidão do Governo Okinawano



Fonte: Acervo da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

A Associação Okinawa enfatiza o comportamento do professor Luiz Alexandre da seguinte maneira:

O seu posicionamento firme e determinado lhe rendeu duras críticas e até perseguições, o que colocou em risco a sua própria integridade física, moral e de liberdade e, apesar de tudo, manteve-se firme em suas convicções, e, graças à sua coragem, conseguiu preservar os direitos dos japoneses e seus descendentes nesta cidade. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE-MS, 2014, p.563).

Em resumo, são inegáveis as contribuições e a relação do professor Luiz Alexandre com a Colônia Japonesa e, principalmente, com a Escola de Japoneses pela qual, no período de Getúlio Vargas, em meados de 1938, o professor lutou política e estrategicamente a fim de mantê-la funcionando e para que os japoneses não perdessem seus bens.

2.6 Luiz Alexandre de Oliveira e a escola de japoneses: relações étnicas e éticas

Neste tópico incursionamos nas relações étnicas e éticas do professor Luiz Alexandre de Oliveira com a Escola de Japoneses. Kreutz (2000) trata sobre as escolas étnicas no Brasil no texto “Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio”, em que relata as experiências das escolas para imigrantes italianos, japoneses, poloneses e alemães.

O autor narra que as escolas comunitárias de italianos, poloneses e alemães estavam concentradas em áreas rurais com liderança religiosa. A comunidade japonesa, ao contrário, não foi coordenada pela igreja. (KREUTZ, 2000). A abertura de escolas foi uma maneira de manter os laços étnicos, principalmente linguístico.

A Escola Visconde de Cairu, que iniciou suas atividades também em uma comunidade rural, mudou a sua localização geográfica, instalando-se na área urbana de Campo Grande. Consideramos que essa mudança esteve relacionada às questões de poder que envolvem, também, a posição geográfica, uma vez que, conforme Montagner (2007, p. 254), “[...] as relações entre as posições ocupadas, alocadas, deslocadas pelos agentes e pelos grupos” são “[...] resultado de uma história de lutas e conflitos pelo poder legítimo e legitimado [...].”

No que se refere à mudança no nome da instituição de Escola de Japoneses para Visconde de Cairu, motivada pela necessidade de proteção da sua identidade étnica, devido às restrições governamentais, houve entre os membros da comunidade japonesa os que acreditavam que o nome Cairu era originário da língua japonesa com a palavra “kaeru” que significa sapo em japonês. Desconheciam a homenagem do professor Luiz Alexandre à figura luso-brasileiro de Visconde de Cairu.

Figura 22. Fachada da Escola Visconde de Cairu



Fonte: Google Imagens²⁷, 2017.

A figura mostra apenas a frente da instituição, localizada atualmente na Rua Antônio Maria Coelho, região central de Campo Grande/MS.

No ano 1948 foi comemorado o aniversário de 30 anos da Escola Visconde de Cairu. A imagem da Figura 23 apresenta ao fundo um palco, com o símbolo de maior patriotismo e representação étnica: as bandeiras japonesa e brasileira na Escola Visconde de Cairu.

Figura 23. 30º Aniversário da Escola Visconde de Cairu.

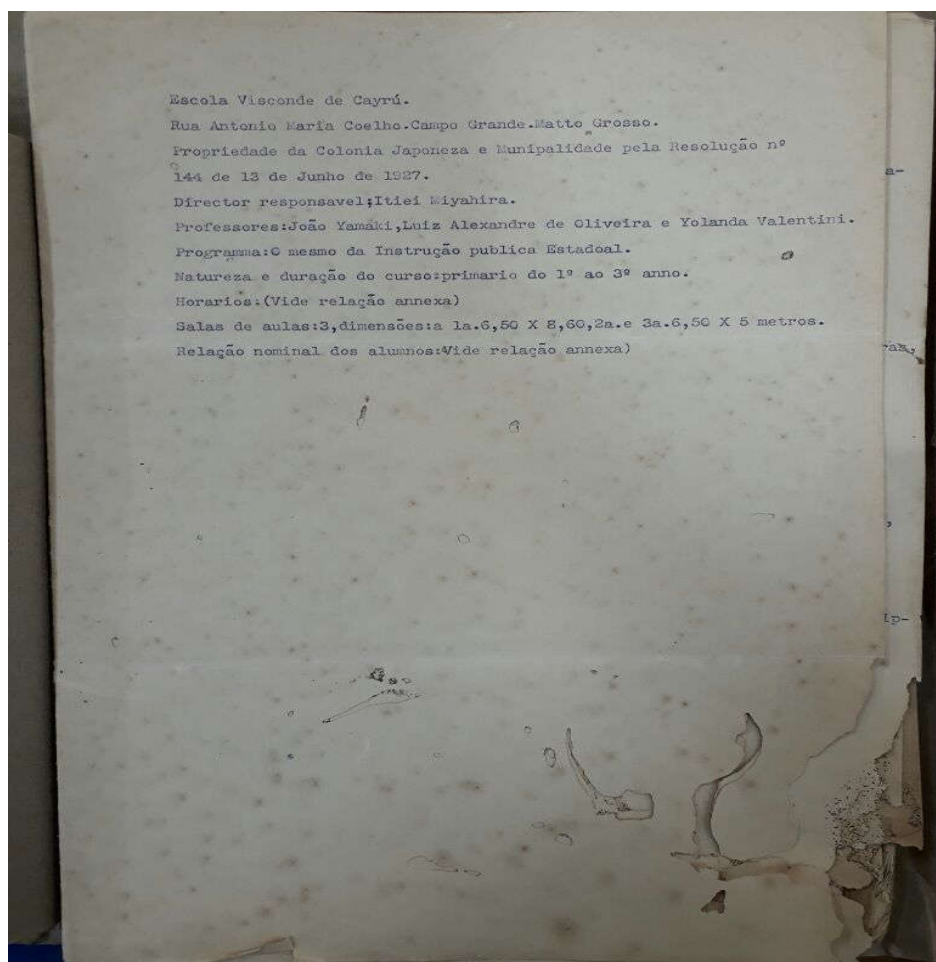


Fonte: Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira (Acelino Sinjô), 2017.

²⁷ Disponível em: <http://mapio.net/pic/p-37074360/>. Acesso em: 12 de jan. 2018.

Outro aspecto interessante em relação ao nome da instituição, foi que encontramos diferentes formas de escrita nos documentos históricos. Na Figura 24, podemos ver a utilização da grafia "Cayrú" no nome da escola.

Figura 24. Escola Visconde de Cairu 1930



Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, 2017.

O documento que está ilustrado na Figura 24 foi encontrado no Arquivo Público de Mato Grosso, na caixa do ano de 1930, agrupada como Escola Visconde de Cayrú. Podemos perceber que o material coletado possui marcas de desgaste do tempo, com bolores e decomposição nas bordas das páginas. Constam no documento poucas informações, compostas por dados pontuais, que afirmam a passagem do professor Luiz Alexandre nesse período na escola.

Ao relatar sobre as questões étnicas da escola e o envolvimento da comunidade japonesa com o professor, apresentaremos algumas fotografias encontradas que sinalizam como se dava essa relação, principalmente frente às homenagens e ao reconhecimento dos imigrantes da importância de Luiz Alexandre.

Uma imagem memorável que obtivemos foi a fotografia do professor Luiz Alexandre com os alunos da Escola Visconde de Cairu em um desfile cívico em Campo Grande. Infelizmente, não conseguimos as informações complementares como, por exemplo o ano em que foi tirada a fotografia.

Figura 25. Desfile da Escola Visconde de Cairu (Professor Luiz Alexandre de Oliveira)



Fonte: Arquivo Pessoal de Celso Higa, s/d.

Nota-se a presença do professor Luiz Alexandre no canto esquerdo da fotografia. A presença da escola no desfile significava a participação ativa da instituição na cidade de Campo Grande.

A Escola homenageou o professor no 40º aniversário da instituição e também no 60º Aniversário, conforme pode ser observado nas Figuras 26 e 27.

Figura 26. Homenagem ao professor Luiz Alexandre da Escola Visconde de Cairu no 40º aniversário



Fonte: Acervo da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

No 40º aniversário a homenagem da Escola Visconde de Cairu é escrita manualmente e referenda Luiz Alexandre exaltando suas atribuições como: diretor, professor e doutor. O documento é descrito como a escola por intermédio da associação realiza a homenagem ao professor.

Figura 27. Homenagem ao professor Luiz Alexandre da Escola Visconde de Cairu no 60º Aniversário



Fonte: Acervo da Academia Sul- Mato-Grossense de Letras, 2017.

No caso da homenagem no 60º aniversário, observa-se que a chamada foi realizada pela Associação Esportiva Nipo-brasileira em nome da Escola Visconde de Cairu, o contrário do realizado na figura 26, sendo a homenagem datada de 21 de dezembro de 1978.

No que se refere às questões éticas que envolvem o professor Luiz Alexandre e a comunidade japonesa, podemos observar que em diversos momentos ele se empenhou, às vezes com risco de sofrer represálias pessoais, em prol da defesa do que considerava justo, mesmo frente a autoridades e no contexto da ditadura:

Quiseram fechar a escola e eu reagi. E o tal de João Ponce, nós chegamos a discutir [...] e ele temeroso de um escândalo resolveu refrear. Porque quando ele deu a ordem à polícia para fechar a escola, eu estava no Rotary Clube, jantando e entre os convidados estava ele. Então quando encontrei com ele eu disse que ia levá-lo à escola para conhecer. E ele disse que tinha dado ordem a polícia para fechar a escola. Olha, Dr. Ponce, o senhor não pode fechar, o senhor está com o poder na mão, mas eu faço questão de ser processado, não fica isso em silêncio de maneira nenhuma [...] **E falei que não tinha medo do Estado Novo.** Não iria ficar desmoralizado por um ato de prepotência. Aí o doutor Machado, que era prefeito aqui, acabou com a discussão, e foi contra a ordem. Para não fechar a escola. De maneira que a escola nunca foi fechada. Eu sempre fui meio atrevido [...] querendo fechar ele fechava mesmo [...] e ficava fechado [...] agora não convinha ele fechar a escola de maneira escandalosa, ele não tinha pretexto para fechar a escola. Eles não fecharam a cooperativa também porque eu não deixei. E a cooperativa eu até tive discussão com o Demóstenes, porque ele sempre foi meu amigo [...] ele morreu meu amigo [...] eu divergi dele e falei pra ele[...] vocês vão fazer um ato de prepotência política. Eles resolveram não fechar também [...] **eu fui uma espécie de cônsul japonês sem ser nomeado**, né? (ARQUIVO..., 1995, p. 5, grifo nosso).

Dessa forma, não se pode minimizar a coragem de Luiz Alexandre de ir frontalmente contra os decretos varguistas, utilizando por vezes de artifícios legais, como aceitar que grande parte dos bens da colônia japonesa fossem passados para seu nome, inclusive a Escola Visconde de Cairu, que manteve suas atividades em Campo Grande. (MAIS SABER, 1998). Sua narrativa deixa transparecer o fato de que na “[...] memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado [...]” (BOSI, 1994, p. 453).

O reconhecimento de sua ética pelos japoneses é percebível nas diversas homenagens recebidas tanto por membros das instituições situadas em Campo Grande como pelo próprio governo japonês:

Luiz Alexandre tornou-se guardião dos bens dos japoneses, devolvendo tudo ao fim da guerra. Presidiu a Cooperativa Agrícola de Campo Grande e também realizou incursões nas áreas política, literária e filantrópica. Por sua dedicação aos japoneses e seus descendentes, recebeu no cinquentenário da imigração um termo de gratidão do Governo da província de Okinawa. Em 1984, o professor tornou-se um dos poucos brasileiros a ser condecorado pelo Governo japonês com a Ordem do Sol Nascente em Raios Dourados e Prateados. Faleceu em 19 de outubro de 1997. (MINA SAN, 2008, p. 40).

Dessa forma, após contribuir com a comunidade, o professor e diretor Luiz Alexandre foi considerado “[...] um guardião em sua defesa quando, agindo como advogado manteve o estabelecimento longe das agruras da Segunda Guerra Mundial, como tutor da colônia japonesa. [...]” (MAIS SABER, 1998, p. 32).

É preciso salientar que havia um jogo de interesses de ambas as partes, tanto do grupo de imigrantes japoneses quanto de Luiz Alexandre. Os imigrantes para não perderem os bens e o professor, ao devolver os bens, foi reconhecido socialmente pelos japoneses.

Dessa forma o professor Luiz Alexandre de Oliveira demonstrou muita ética em suas relações com a comunidade japonesa. Para ele, “Os japoneses nunca deram problema, foram vítimas de muita injustiça, eram discriminados.” (ARQUIVO..., 1995, p. 4). A perseguição aos imigrantes japoneses no período do Governo Vargas foi amenizada devido às intervenções políticas e éticas do professor Luiz Alexandre.

As suas relações étnicas se estabeleceram pelos laços com a comunidade japonesa devido à sua ética ao devolver todos os bens dos imigrantes japoneses, principalmente a propriedade na qual hoje situa a Escola de Visconde de Cairu.

2.7 Análise de conteúdo da entrevista de Luiz Alexandre: os vínculos e estratégias com a imigração e escola de japoneses

Este tópico tem por objetivo apresentar a análise de conteúdo da entrevista concedida às professoras Carla V. Centeno e Kátia C.N. Figueira no ano de 1995. O aprofundamento dessa entrevista é devido ao número de aparições da temática japonesa presente nessa entrevista. Dentre as três entrevistas utilizadas no relatório, essa foi que a mais tratou sobre os japoneses.

Dessa forma, temos como perguntas norteadoras: de que maneira o professor Luiz Alexandre colaborou com os imigrantes japoneses em Campo Grande? Como foram as relações com o grupo de japoneses? Quais estratégias podemos identificar nessas relações?

Podemos inferir a princípio que, de acordo com as narrativas, o professor teve dois momentos: o primeiro como professor de língua portuguesa, assim que viera para a cidade, no qual enfrentou dificuldades de aceitação da comunidade japonesa; e o outro, após estar formado em Direito, como defensor e mantenedor de bens de membros da comunidade.

Temos como base a análise de conteúdo e também utilizaremos a análise documental. Buscamos nos documentos, revistas e outras publicações problematizar as falas das entrevistas. Assim, temos por objetivo nesse subtópico “[...] dar forma conveniente e

representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador. (BARDIN, 2006, p. 51).

Conforme a tabela de frequência apresentada na introdução, as cinco palavras que mais apareceram no texto foram: colégio (41), escola (35), política (28), amigos (24) e japoneses (22). Esse recorte permitiu criarmos as categorias temáticas para analisar a entrevista: política com os japoneses; escola de japoneses e a amizade com os imigrantes japoneses. “Na verdade o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. (BARDIN, 2006, p. 135).

Os dados relativos a frequência de aparição na entrevista, responde uma das primeiras perguntas ao analisar o conteúdo das falas do professor: quais temas foram predominantes no depoimento? No esforço para uma melhor visualização, elaboramos a figura:

Figura 28. Temas predominantes no depoimento.



Organização: Amaya, 2017.

Sobre o assunto colégio, houve a predominância nos relatos sobre a escolarização e a atuação como professor e diretor das escolas em Campo Grande. A política é frequentemente discutida devido às perguntas direcionadas para a trajetória política de Luiz Alexandre, em perguntas específicas sobre o período em que foi deputado. A palavra amigos é expressa nas falas sobre política, religião e sobre os japoneses e, por fim, a palavra japoneses aparece ao lembrar da relação com os japoneses e a Escola Visconde de Cairu.

O professor, quando estabelecido em Campo Grande, após montar e obter sucesso com a sua escola Rui Barbosa, foi convidado a lecionar na Escola Visconde de Cairu, contudo o início não foi acolhedor:

Houve uma má vontade no começo, porque tinha um professor de japonês e um de português. E o professor de japonês não me trocava. Então houve uma luta lá. Ele trabalhava bem com os pais dos alunos e eu aparentemente levava a pior. Ele tinha mais contato com os pais e fazia rolos lá. E ele era japonês também e facilitava. Mas não deu resultado pra ele porque ele teve que sair da escola. Porque os alunos foram ao meu favor. Eu fui eleito professor por eleição, não por nomeação, nem nada. A escola passou a ter uma situação mais definida, porque eu consegui da prefeitura uma ajuda, uma pequena ajuda, mas para não ficar só nas costas da colônia. E com o apoio da colônia, a escola cresceu muito. Chegou até a ter naquele tempo até 70 e 80 alunos [...].alguns estão vivos até hoje...esses dias eu até almocei com um deles [...]. (ARQUIVO..., 1995, p. 3).

Frente ao exposto, podemos inferir que o professor japonês sentiu-se ameaçado pelo professor brasileiro, visto que: “Todo campo, enquanto produto histórico gera o interesse, que é a condição de seu funcionamento; [...] produz uma forma particular de interesse, que é um caso particular do universo das formas de interesse possíveis.” (BOURDIEU, 2004, p. 128). O professor Luiz Alexandre utilizou a estratégia de propor uma eleição para se manter e estabelecer no cargo. De acordo com o professor, o primeiro período em que esteve na escola:

Foi em 1924, 1925... essa escola existe até hoje e eu fui diretor muitos anos. Fui professor e depois diretor. E talvez, seja uma das escolas mais antigas de C.G. Ela começou a funcionar mais ou menos na mesma época que o Instituto Pestalozzi. Ela funcionou primeiro numa chácara...depois ela veio para a cidade porque não tinha professor de português. Só ensinavam japonês, e então viram a necessidade de aprender o português, porque os pais também não sabiam falar português. Então houve um movimento natural e me contrataram para ensinar português. (ARQUIVO..., 1995, p. 3).

Nesse caso, podemos identificar a estratégia da linguagem utilizada pelos imigrantes japoneses, o ensino da língua portuguesa, devido aos percalços nos relacionamentos e por buscar a integração e o acolhimento na sociedade. Ou seja,

[...] a trajetória social é o movimento dentro de um campo de possíveis definido estruturalmente, mesmo que as estratégias e os movimentos individuais sejam ao acaso. O sentido, ou sentidos, de cada ato do agente ou de um grupo social, só ganha solidez sociológica quando relacionado com os estados pelos quais passou a estrutura do campo enquanto espaço relacional dos postos, posições e disposições dos agentes dentro desse campo em cada momento. (MONTAGNER, 2007, p. 255).

Em relação às políticas desenvolvidas com os japoneses, antes de ser nomeado como diretor, já lutava politicamente em favor da escola e da comunidade japonesa.

A Prefeitura dava uma ajuda. Até que arrebentou a guerra e a situação ficou muito difícil pra escola, pra mim, e para os japoneses. A segunda guerra. Porque havia um grupo aqui na cidade, chefiada pelo inspetor de ensino primário. [...] O colégio não tinha nem nome. Era conhecido como escola japonesa. Então eu argumentei com os pais na reunião, que a escola não era japonesa, tinha professores japoneses, mas não era japonês. Estava no Brasil. E algumas explicações aceitaram. Eu era praticamente o diretor da escola, embora não havia sido nomeado o diretor. (ARQUIVO..., 1995, p. 3).

Para Bourdieu (2009), a estratégia deve estar fixada na criatividade dos agentes em adaptarem-se a situações variadas, inusitadas e descontínuas. Conforme sugerido pelo professor Luiz Alexandre, a mudança do nome da instituição foi necessária para se desviar do Governo Vargas, o que posteriormente se efetivou, e o professor novamente participou diretamente na escolha do nome da escola.

[...] foi eu quem dei o nome Visconde de Cairu. E falavam que a escola era uma fonte de desnacionalização que até o nome era em japonês. Eles não conheciam Visconde de Cairu e pensavam que eram nome japonês. Sendo que era o nome do homem que abriu o esporte no Brasil a todas as nações do mundo. Eu escolhi este nome por causa disto. Aliás a inspiração nem foi minha, foi de um oficial do exército meu amigo que lembrou disso. Eu sempre disse que japonês não era nem melhor nem pior do que ninguém, era só tratarem eles bem que não iam dar dor de cabeça. E os que me contrariaram foram derrotados. Os japoneses nunca deram problema, foram vítimas de muita injustiça, eram discriminados. E japonês não tinha nome eram chamados de “Japão”. Às vezes uma pessoa de idade...Eles eram tratados como Zé ninguém. Alguns apanharam. (ARQUIVO..., 1995, p. 5).

Em relação ao segundo período em que atuou na Escola Visconde de Cairu, em meados de 1937, o professor narra.

Eu voltei pra cá mais ou menos em 1936 ou 1937 [...] aí surgiu a guerra e a colônia tinha sérios problemas de contado com a autoridade porque o governador do Estado, que era o João Ponce de Arruda não gostava de japoneses. E essa corrente foi engrossando e o próprio Dr. Arnaldo que era prefeito não ia muito com japoneses e outras autoridades aqui. Saiu um artigo numa revista do Rio, contra a colonização de japoneses no Brasil. O autor do artigo era um médico muito famoso, o Miguel Couto. Mas ele não era contra os japoneses, ele era contra a migração japonesa, porque achava que os japoneses, melhor organizados do que nós socialmente e mais adiantado o país era uma ameaça para nós. Ele fez isso por patriotismo [...] Então fundou-se uma corrente aqui chefiada por Euripiades da Costa Gomes, por Dr. Arlindo de Andrade, foi primeiro Juiz de direito de Campo Grande, foi prefeito de Campo Grande, era um nome que tinha sua projeção, né? [...] Tinham muitas pessoas nessa corrente por causa de várias pessoas importantes na sociedade que participavam dela. (ARQUIVO..., 1995, p. 4).

Esse foi o período mais crítico para os imigrantes japoneses em Campo Grande e a situação era a mesma em todo o país. “Com a Constituição de 1934, instituem-se as cotas para a imigração de japoneses, situação piorada em 1938, com as medidas restritivas aos japoneses, culminando no fechamento de mais de 200 escolas japonesas existentes no Brasil.” (SAITO, 2011, p. 59). A escola Visconde de Cairu foi uma das poucas escolas que não fecharam.

Para o professor Luiz Alexandre, as correntes contra os imigrantes japoneses estavam presentes em todo o Brasil. Onde havia colônias de japoneses, existiam correntes de brasileiros contra. Em São Paulo a situação era pior do que aqui. (ARQUIVO..., 1995).

Entre os anos de 1930-1950 os imigrantes sofreram com as discriminações na cidade. Segundo Luiz Alexandre:

Quando a guerra foi piorando, eu era um advogado, mas sem muita expressão, pois eu estava apenas começando. [...] E então eu fui convidado a dirigir a escola, e a cooperativa japonesa, então passei a ser hostilizado, passei a ser considerado quinta coluna, pois achavam que eu estava fazendo parte da colônia por troco de dinheiro. Não era verdade, mas corria como verdade para muita gente. Então, eu tomei conta da escola, assumi a presidência da cooperativa também. A cooperativa existe até hoje e a escola também. E queriam fechar as duas escolas que os japoneses tinham aqui por fora na colônia Boa Vista e outra nem sei onde. Então o plano era fechar todas as escolas japonesas daqui. E eu era contra este plano explicando para eles que os japoneses não eram o que pensavam. Que aqui antigamente, encontravam japoneses e falavam ‘esse aí é almirante da marinha, e estão em espionagem aqui..’ o brasileiro também queria fazer a sua média. Todo japonês que estava aqui era visto como espião. E então eu fiquei como um brasileiro que a troco de grana estava ao lado deles. (ARQUIVO..., 1995, p. 4).

Importante ressaltarmos que as escolas que não foram fechadas durante a Segunda Guerra Mundial, à semelhança da Escola Visconde de Cairu, foi “[...] por contar com a ajuda de alguma pessoa influente ou pelo fato de ensinar a língua portuguesa.” (DEMARTINI, 2000, p. 65).

Cardoso (1995, p. 53) relata que “[...] a maioria das famílias japonesas imigradas teve que enfrentar os problemas de discriminação surgidos com a guerra quando ainda era quase recém-chegada.” Contudo, é necessário ressaltar que os imigrantes não foram submissos, que houve lutas. Esses confrontos se estabeleceram de maneira interna entre os próprios imigrantes japoneses.

Os japoneses se dividiram. E uma parte fundou uma tal de “Xindó Remei”, uma agremiação dos japoneses que não acreditavam que o Japão tinha perdido a segunda guerra. E eles eram muito contra mim. Alguns eram meus amigos antigamente, mas

quando criaram a Xindo Remei, eles fizeram mostrar que eu era comprado, que eu era comprado por americano dizendo que o Japão foi derrotado. E fizeram uma ação contra mim na colônia. Não sei o que significa “Xindo Remei”. Mas tinha uns que tinham certa projeção dentro da colônia. Esses japoneses depois com o passar do tempo foram envelhecendo, outros morrendo, outros até desistiram e acabou a fundação. Mas deu muita dor de cabeça. Então os japoneses saíram pra vender verdura aqui, eles soltavam os porcos nas casas dos japoneses para comer as verduras. E os japoneses voltavam, as verduras todas comidas... a luta ficou só entre eles. Então a fundação não tinha base, porque tinham fundado uma mentira e acreditavam que os americanos estavam escondendo que eles haviam sido derrotados na guerra. E com o tempo não deu pra manter esta tese, e acabou. (ARQUIVO..., 1995, p. 4).

Nacionalmente a Shindo Renmei²⁸ tinha a tarefa de “[...] divulgar notícias forjadas e fotos falsificadas para “provar” a vitória japonesa na guerra” (OKUBARO, 2006, p. 279). No livro da Associação Okinawa (2014) há apenas um parágrafo sobre esse grupo. Trata-se de um grupo que não aceitava a derrota do Japão, com conflitos ideológicos, o que pode ter acarretado conflitos que levaram à criação de uma sede para Associação Okinawa em Campo Grande.

Assim, sobre a categoria amizade com os japoneses, o professor Luiz Alexandre teve participação ativa nas estratégias para que a escola e a cooperativa não fossem fechadas no Governo de Getúlio Vargas, principalmente por utilizar seus capitais sociais e políticos nas interferências às imposições governamentais.

Concluimos, dessa maneira, que no primeiro período em que o professor atuou na Escola Visconde de Cairu seu relacionamento com os japoneses era caracterizado da seguinte maneira: “Era mais uma relação profissional, sem muitos contatos. Eu tinha contato com os alunos. Tinha apoio deles. E assim deu certo.” (ARQUIVO..., 1995, p. 3). E com o passar do tempo, e sua trajetória sendo construída juntamente com os imigrantes japoneses, o professor declara: “Eu me coloquei de fato ao lado deles, por duas razões. Uma é que eu sempre tive um bom relacionamento com japoneses, e a outra, que eu era... muitos anos professor da escola [...]” (ARQUIVO..., 1995, p. 5).

Assim, o professor Luiz Alexandre de Oliveira colaborou ativamente para que a principal escola japonesa em Campo Grande e a cooperativa agrícola não fechassem. Em seu próprio discurso, colocava-se como embaixador dos imigrantes japoneses.

Como estratégias para que essa atitude se efetivasse, Luiz Alexandre primeiramente teve de se estabelecer como professor, vencendo a resistência de alguns imigrantes e professores da escola.

²⁸A escrita da citação anterior em Oliveira (1995b) preserva a maneira como foi transcrita. Contudo, optamos por utilizar a grafia Shindo Renmei no corpo do texto.

Posteriormente, utilizou-se de seus capitais sociais e políticas para intervir politicamente nas instituições. O professor permanece na memória e na história dos imigrantes e na história da cidade. Ele é citado no Plano Municipal de Cultura de Campo Grande-MS (2009) no tópico literatura em Campo Grande, ao ser citada a revista “Folha da Serra”, que contém a leitura instigante da história de Luiz Alexandre. Dessa maneira, revela-se a importância desse ícone para os imigrantes japoneses e a história da educação na cidade de Campo Grande.

2.8 Exposições finais do capítulo

O objetivo deste capítulo foi realizar a aproximação da relação do professor Luiz Alexandre com o grupo de imigrantes japoneses no sul de Mato Grosso, com ênfase nos anos de 1930-1950, devido ao governo ditatorial de Getúlio Vargas e aos decretos que faziam severas intervenções aos imigrantes japoneses no país.

Para melhor compreensão, primeiramente realizamos um preâmbulo nos principais acontecimentos e marcos da imigração japonesa no Brasil. Sobre os imigrantes japoneses em Campo Grande, enfatizamos a participação na cultura local com as tradições, festividades e participação na construção e desenvolvimento da cidade.

Posteriormente, focalizamos a vinda dos imigrantes para a construção da estrada de ferro, a fundação de colônias e o estabelecimento de instituições de ensino para as crianças que aqui residiam. O início dessa escolarização, a princípio, foi voltado para o ensino de língua japonesa, tendo em vista o retorno dos imigrantes ao país de origem.

Destacamos a instituição Escola Visconde de Cairu devido às relações de Luiz Alexandre como professor e diretor da escola. Descrevemos e enfatizamos os decretos que restringiam a vinda de imigrantes japoneses, a utilização de materiais didáticos somente em português, a gestão da escola conduzida obrigatoriamente por brasileiros natos, fatores que proporcionaram ao professor a participação ativa na manutenção e funcionamento da escola até os dias de hoje.

A análise de conteúdo realizada ao final do capítulo evidencia as falas quanto à importância e às estratégias utilizadas pelo professor Luiz Alexandre para manter a Escola Visconde de Cairu em funcionamento.

O destaque foi a participação do professor nos diferentes campos sociais e políticos em defesa do patrimônio da comunidade japonesa, bem como a ética em devolver todos os bens após o período conflituoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa jornada não pretendemos encerrar as discussões propostas, visto que a pesquisa é apenas um recorte ou temática da biografia do professor Luiz Alexandre de Oliveira em suas relações com a comunidade e a escola de japoneses em Campo Grande. Antes de trazer os resultados da escrita, pontuamos as dificuldades do acesso ao material empírico, isto é, os percalços na consulta aos acervos e estabelecimentos de interlocução com os informantes.

Nosso objetivo foi produzir uma trajetória biográfica temática sobre o professor Luiz Alexandre de Oliveira, tendo como foco as relações com a comunidade e a escola de japoneses no sul de Mato Grosso. Levamos em conta que as considerações finais versam por possíveis aproximações aos questionamentos apresentados na dissertação.

Buscamos com a escrita compreender a trajetória biográfica e suas relações com a comunidade japonesa por meio do cruzamento de diferentes fontes bibliográficas, memorialísticas e documentais.

A análise teve como principais fontes primárias a autobiografia do professor na obra intitulada “O mundo que vi” e três entrevistas concedidas pelo professor à pesquisadoras do estado, mencionadas na escrita da Dissertação.

Justificamos a relevância da elaboração de uma biografia do professor Luiz Alexandre devido à importância na história da educação regional, principalmente no que se refere à produção de trabalhos sobre trajetória dos profissionais da educação no estado de Mato Grosso do Sul. As memórias do professor são significativas, afinal dão voz ao que foi subtraído da/na compreensão dos processos históricos e sociais.

Assim, a investigação problematizou a discussão sobre biografia, trajetória e história, inserindo-se nos estudos sociológicos e também nos estudos sobre memória. Recordamos que os estudos biográficos contribuem para a formação do agente social, trazendo à tona as relações estabelecidas e os percursos de grupos étnicos em dado campo social.

Sobre o recorte temporal escolhido, procuramos restringir ao período de publicação dos decretos no primeiro governo ditatorial de Getúlio Vargas, momento em que os japoneses no Brasil foram perseguidos. Optamos por dar ênfase à escrita da trajetória do referido professor no período (1930-1950) e na temática sobre a relação do professor Luiz Alexandre com a comunidade japonesa e Escola Visconde de Cairu.

Observamos que o professor passou por intempéries em sua trajetória e ressaltamos seu reconhecimento pela Colônia Japonesa, manifesto nas homenagens oferecidas em diversas

ocasiões com medalhas, certificados e diplomas ao mérito, principalmente no período em que foi o tutor dos bens materiais dos japoneses em Campo Grande.

Por isso, a biografia assume um papel para a produção de conhecimento e, a partir dela, podemos revelar a construção de grupos sociais, sendo relevante à história e à memória regional.

No capítulo 1, tendo por fonte inicial a autobiografia e as entrevistas concedidas pelo professor Luiz Alexandre, buscamos apresentar a sua trajetória de vida e entrecruzá-la com fontes secundárias, tais como revistas, artigos, livros e documentos publicados. Por se basear em dados memorialísticos, procuramos não julgar o material coletado como certo ou errado, apenas apresentamos a inconsistência e, por muitas vezes, a duplicidade de informações. Assim, não produzimos algo apenas para concordar com as fontes, mas sim para problematizá-las.

A trajetória do professor Luiz Alexandre revela sua superação em relação às dificuldades financeiras e sociais para alcançar o sucesso por meio da escolarização em nível superior. É notório o seu envolvimento em diferentes campos sociais, políticos e educacionais e, conseqüentemente, a ampliação dos capitais econômicos, sociais, simbólicos, culturais.

O professor Oliveira foi reconhecido intelectualmente como advogado de destaque na cidade devido a seu posicionamento firme e crítico, transpassando as dificuldades financeiras e discriminações para fazer parte da elite intelectual da capital Campo Grande/MS. Em vários documentos, encontramos o reconhecimento por ser chamado de Doutor Luiz Alexandre. Desse modo, o campo social reafirma o capital escolar adquirido. Podemos considerar a seletividade para conseguir formação superior ao frequentar instituições renomadas no Rio de Janeiro e mediante bolsas de estudos na formação inicial.

No campo político, o professor Luiz Alexandre utilizou estratégias para se inserir cada vez mais na política. Foi reconhecido em vida e *in memoriam* por diversos órgãos públicos e privados, obtendo, em sua história, um capital social, por meio da rede de agentes do campo no qual integrou. Exerceu diversos cargos públicos, tais como deputado e vice-prefeito, quando assumiu a prefeitura por uma semana, devido à ausência de Wilson Barbosa Martins.

No campo educacional a trajetória de Luiz Alexandre foi intensa, marcada por entradas e retornos em instituições, como professor e diretor, a saber: no Visconde de Cairu (atuando como professor e diretor), na fundação de sua própria instituição, o Rui Barbosa, em passagens em outras instituições fora do estado e, principalmente, na obtenção e manutenção do Colégio Osvaldo Cruz. Como professor da Escola Normal foi crítico quanto ao funcionamento e a qualidade da mesma.

Mencionamos que ainda há lacunas sobre a biografia de Luiz Alexandre, visto que, em alguns órgãos e instituições de que participou não foi facultado a realização da pesquisa, tendo em vista as dificuldades de acesso às pessoas responsáveis e aos documentos que se relacionavam ao professor, embora tivéssemos nos empenhado para conseguir, a saber: Federação Espírita Sul-mato-grossense, Hospital Nosso Lar, Cooperativa Campo Grande e Loja Maçônica Oriente Maracaju.

Outra dificuldade foi relacionada ao necessário afastamento da pesquisadora de suas origens étnicas, por exemplo ao explicar alguns costumes e palavras que estão cravadas em seu cotidiano, sobretudo no que se refere aos materiais sobre a imigração japonesa ou a Escola Visconde de Cairu, no sentido de não incorrer no erro de ser prolixa ou se desviar do tema.

No capítulo 2, tivemos por objetivo apresentar a relação do professor com os imigrantes japoneses e discutimos as relações éticas do professor com a comunidade étnica japonesa. Trouxemos um pequeno histórico da imigração japonesa e exemplos de costumes e tradições absorvidos pelos campo-grandenses, como sobá e Bon Odori.

Em outro momento, retomamos o estabelecimento dos imigrantes japoneses devido à construção da estrada de ferro, impulsionada pela Marcha do Oeste, ao qual realizamos um breve retrospecto histórico. Tal qual, retomamos a história dos imigrantes na fundação das Colônias, Associações e das escolas japonesas para se estabelecerem em Campo Grande, no sul de Mato Grosso, e nos distritos próximos.

O professor Luiz Alexandre de Oliveira esteve envolvido com a comunidade japonesa como “benfeitor” durante o período da Era Vargas (1930-1945), agiu como advogado e teve bens dos japoneses, como terrenos, propriedades, passados para seu nome. Foi presidente da Cooperativa dos japoneses e, principalmente, atuou como professor e diretor da Escola de Japoneses, sendo propositor da troca de nome da instituição como forma de proteger a escola de duras restrições governamentais do período.

Em suma, são inegáveis as contribuições e a relação do professor Luiz Alexandre com a Colônia Japonesa e, principalmente, com a Escola de Japoneses, pela qual, no período de Getúlio Vargas, em meados de 1938, o professor lutou política e estrategicamente para manter funcionando e para que os japoneses não perdessem seus bens. O professor Luiz Alexandre de Oliveira foi presença marcante na história da escola, pois foi o primeiro professor brasileiro e diretor da instituição, sendo parte das estratégias mobilizadas para manter a escola e a Cooperativa de Campo Grande funcionando.

As suas relações éticas se estabeleceram pelos laços com a comunidade japonesa devido à devolução de todos os bens dos imigrantes japoneses, principalmente a propriedade em que hoje situa a Escola de Visconde de Cairu.

Foi preciso problematizar que na relação com japoneses foram mobilizadas estratégias de ambos lados, o grupo étnico no interesse em proteger seu patrimônio e o professor Luiz Alexandre em ser reconhecido perante a comunidade japonesa. Assim, obteve com sua ética o cargo de diretor na Escola Visconde de Cairu e é homenageado com distinção até os dias de hoje.

Finda-se apenas uma etapa do trabalho, contudo, o agente Luiz Alexandre pode colaborar ainda mais com os estudos biográficos no sul de Mato Grosso. Várias questões ficam para serem pesquisadas, a saber: como foi a trajetória religiosa de Luiz Alexandre? A doação dos seus bens materiais teve o “destino” esperado? O capital educacional adquirido formou o *habitus* estudantil para ascender socialmente e transitar nos diferentes campos? Como foi a relação familiar? Qual a visão dos políticos, professores e estudantes que conviveram com Luiz Alexandre sobre a atuação educacional, política e social? Quem são os professores e figuras públicas que Luiz Alexandre cita nas entrevistas e qual a importância deles para história da educação no sul de Mato Grosso?

A trajetória descrita na dissertação foi pautada nas entrevistas concedidas pelo próprio agente, o professor Luiz Alexandre. Durante a pesquisa, principalmente na coleta dos dados, percebeu-se que vários sujeitos queriam depor sobre a convivência com o professor. Sem dúvidas, não nos coube nesse momento o aprofundamento, porém, ficam as perguntas e inquietudes que a finalização do estudo provocou.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAUJO, Carla Busato Zandavalli Maluf. *O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle?* 1997. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (MS). *Luiz Alexandre de Oliveira: entrevista*. Entrevistadores: Kátia Cristina N. Figueira e Carla Villamaina Centeno. Campo Grande: Arquivo, 1995.

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA (AECNB). *Ayumi: a saga da colônia japonesa em Campo Grande*. Campo Grande, 2008.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE-MS. *100 anos da Imigração Japonesa de Okinawa em Campo Grande 1914 – 2014*. Campo Grande – MS, 2014.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA. *Terra de esperança Kibo no Daitisi*. Campo Grande – MS: Life Editora, 2014b.

BARDIN, Laurence. 1977. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. Educação étnica: a pluralidade das propostas educacionais de origem germânica no Estado de São Paulo. 2007. 245 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. *De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande*. In: Campo Grande 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p.169 – 194.

BELTRÃO, Kaizô et al. *Haine raízes*. Curitiba, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas – SP: Papyrus, 1996.

_____. *Meditações Pascalianas*. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

_____. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira; Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. *Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. 6 ed. São Paulo: Vozes, 2007. p. 693-713.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

_____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de Educação*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b. p. 65-69.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de Educação*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010c. p. 75-79.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRASIL. *Tratado de amizade, de commercio e de navegação*. 1808. Disponível em: <http://daí.mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1895/b_89/>. Acesso em 11 de junho de 2017.

_____. Decreto n. 21.241, de 04 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1932.

_____. *Lei Constitucional dos Estados Unidos do Brasil*, de 10 de novembro de 1937. Planalto, Rio de Janeiro, 1937.

_____. Decreto-lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1938a.

_____. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1938b.

_____. Decreto-lei n. 3.580, de 3 de setembro de 1941. Dispõe sobre a Comissão Nacional do Livro Didático e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1941.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: o “mar interno” brasileiro*. Campo Grande – MS: Editora UFMS, 2014.

BRITEZ, Adriana Espindola. *A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)*. 2014. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Campo Grande, Campo Grande, 2014.

BRITEZ, Adriana Espíndola; ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira. Representações da Educação Secundária nas memórias de Luiz Alexandre de Oliveira. In: Encontro Sul-Mato-Grossense de Pesquisadores em Educação, 2016, *Anais...* Campo Grande-MS, 2016, p. 1-14.

BRITZ, Adriana Espíndola; ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira. Ensino Secundário no sul de Mato Grosso do Sul nas memórias de estudantes secundarista 1920 – 1950. In: Reunião Nacional da ANPED, 38, 2017, São Luís. *Anais eletrônicos...* São Luís. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT02_804.pdf

BRITO, Claudia Regina de. *Escola Visconde de Cairu: educação e etnicidade em Mato Grosso do Sul*. 1997. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

_____. *Escola de japoneses da etnicidade em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande –MS: Uniderp, 2000.

BRUM, Eron. *Uchinanchu: cidadãos do mundo*. Campo Grande: IHGMS, 2014.

BUCCHINI, Isabel Cristina. *Identidades de educadoras sociais: trajetórias de vida e formação*. 2007. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2010.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929 –1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua Feira Livre Central*. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS. *100 anos do legislativo de Campo Grande (1905-2005)*. Campo Grande: Câmara Municipal, 2005.

CAMPO GRANDE(MS). *Plano Municipal de Cultura Campo Grande (MS) 2010 -2020*. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, out.2009.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CARDÔZO, Lisliane dos Santos. *O plural e o singular: o ensino de história entre a formação de professores e o sujeito que narra*. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CARINO, Jonaedson. *A biografia e sua instrumentalidade*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 67, p. 153-182, ago. 1999.

CASTRO, Arassuay Gomes de. *Luís Alexandre de Oliveira: expoente do magistério é exemplo de audácia e dedicação*. In: MENEZOZI, Arnaldo Rodrigues (Org.). Campo Grande: personalidades históricas. v. 2, 2 ed., Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Campo Grande – Mato Grosso do sul, 2012.

CONGRO, Rosário. *O município de Campo Grande*. Campo Grande: IHGMS, 2003.

- COUTINHO, Priscila de Oliveira. “*Meu sonho era maior que eu*”: Biografia sociológica de uma transfiguração de classe. 2015. 300f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- CRIADO, Enrique Martín. Reconversão de capitais. In: CATANI, Alfredo Mendes et al. (Org.) *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 304
- CULTURA EM MS. *Cem anos de imigração japonesa em Mato Grosso do Sul: trajetórias, memórias e identidades em construção permanente*, n. 7, p. 18 – 44, 2014.
- DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? In: _____. *Explorações – Ensaios de Sociologia Interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 121-128.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. Fundamentos epistemológicos da pesquisa biográfica em educação. *Educação em Revista*. 2011, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 333-343, abr. 2011.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul./dez. 2009.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. *Educação e Sociedade*. São Paulo, n. 72, v. 21, p. 43-72, ago. 2000.
- DORS, Marines. *Dyonélio Machado (1895 – 1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERNANDES, Filipe Santos. Biografia do Orvalho: considerações sobre narrativa, vida e pesquisa em Educação Matemática. *Bolema*. 2014, Rio Claro, v. 28, n. 49, p. 896 -909, ago. 2014.
- FIORI, Neide Almeida. (Org.). *Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Editora Unisul, 2003.
- FREIRE, Heitor. Quo usque tandem. *Campo Grande News*, Campo Grande- MS, 25 maio, 2012. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/quo-usque-tandem>. Acesso em 22 dez. 2017.
- FRISH, Michel H. A desindustrialização vista de baixo para cima e de dentro para fora: desafio de se retratar a classe trabalhadora em palavras e imagens. In: ALBERTI, V., FERNANDES, T. M; FERREIRA, M. M., (Org.). *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 167-178.
- GASPAR, Viviane Ramos Gomes. *A mentoria na formação de professores que ensinavam matemática: uma instituição (?)*, diversas experiências na cidade de Campo Grande/MS de 1980 a 1990. 2015. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: UFMS, 2015.

GOMES, Arlindo de Andrade. *O município de Campo Grande em 1922*. Campo Grande-MS:

GOOGLE MAPS. [*Federação Espírita e Colégio Osvaldo Cruz*]. [2017]. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps> >. Acesso em: 20 dez. 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

IMAGAVA, Cristiane Yassuko Miazaki; PEREIRA, Jacira Helena do Valle. O papel das escolas étnica e nacional de educação básica na constituição identitária de gerações de migrantes japoneses em Dourados - MS. *Intermeio*, Campo Grande - MS, v. 12, n. 24, p. 46 - 69, jul.- dez./2006.

INAGAKI, Edna Mitsue. *Imigração japonesa para o Brasil: os japoneses em Dourados (século XIX e XX)*. Dourados-MS: Editora UEMS, 2008.

JOSSO, Marie-Chistine. *Experiências de vida e formação*. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

KODAMA, Kaori. O sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 197- 215.

KOKICHI, Guenka. *Um japonês em Mato Grosso: um subsídio para a história da colonização japonesa no Brasil*. São Paulo: Ind. Gráfica Siqueira, 1958.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, set./dez., p. 159-176, 2000.

KUBOTA, Nádia Fujiko Luna. *Bon Odori e sobá: as obassan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande – MS*. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNESP, Marília, SP, 2009.

_____. *Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande: relações de parentesco e famílias*. 2015. 239 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

MACIEL, Josemar de Campos; BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le; GOMES, Laura Aparecida dos Santos. O sobá de Okinawa ou Sobá de Campo Grande? Imigração japonesa e territorialização do Sobá. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 6, n. 11, jan./abr. de 2012, p. 53-67.

MAIS SABER. *Revista de Educação do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, n. 2, p. 32-35, 1998.

- MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. *Novos Estudos CEBRAP*, n.62, mar. 2002, p. 163-181.
- MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875 – 1930)*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- MINA SAN. *100 anos da Imigração japonesa*. Campo Grande: Correio do Estado, 2008.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inês. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. *Tempus: Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 255-173, 2011.
- _____. *A consagração das vanguardas: memória e biografia coletivas das práticas científicas na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp*. 2007. 417 f. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007a.
- _____. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007b.
- NISHIMOTO, Miriam Mity. *Escola Visconde de Cairu em Campo Grande-MS: as estratégias familiares na educação das novas gerações de nipo-brasileiros*. 2006. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- NISHIMOTO, Miriam Mity. *Herança cultural e trajetórias sociais nas memórias de professoras aposentadas de origem japonesa*. 2011. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2011.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. Martins. *Bourdieu e a educação*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- NUNES, Clarice. A reconstrução da memória: um ensaio sobre as condições sociais da produção do educador. *Cadernos de pesquisas*, São Paulo, n. 61, p. 72-80, maio 1987.
- OKUBARO, Jorge J. *O súdito: (Banzai Massateru)*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.
- OLIVEIRA, Luiz Alexandre de. *O mundo que eu vi*. Campo Grande – MS: Academia Brasileira de Letras, 1986.
- OLIVEIRA, Luiz Alexandre de. Entrevista. In: SÁ ROSA, Maria da Glória. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida*. Campo Grande: UFMS, 1990.
- OLIVEIRA, Luiz Alexandre de. Campo Grande: áudio, k7, 61 min. Entrevista concedida a professora Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo. 1995.
- ORMANEZE, Fabiano. *A biografia como divulgação científica: uma análise de discurso da coleção “Grandes Cientistas Brasileiros”*. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Pierre Bourdieu: da “ilusão” à “conversão” autobiográfica. *Revista da FAEBA- Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 23, n. 41, p. 223-235, jan./jun. 2014.

PESSANHA, Eurize Caldas; BORGES DANIEL, Maria Emília; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.27, p. 57- 69, set./dez. 2004.

POLLAK, Michael Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORCIÚNCULA, André Ribeiro. *Biografias não autorizadas: colisão entre liberdade de expressão e proteção da privacidade à luz do direito ao esquecimento: controvérsias pós-decisão do Supremo Tribunal Federal*. 2016. 334f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2016.

POUTIGNAT, Philip; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”*. In: Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro noroeste Brasil*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1997

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: A.E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004.

RENK, Valquiria Elita. *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. 2009. 243 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ROCHA, Marcelo Pereira. *O Ensino Secundário no Sul do Estado de Mato Grosso no contexto das Reformas Educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927 – 1949)*. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

SÁ ROSA, Maria da Glória. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida*. Campo Grande: UFMS, 1990.

SAITO, Cecilia Noriko. O imigrante e a imigração japonesa no Brasil e no Estado de Goiás. *Revista UFG*, Goiânia, ano XII, n. 10, p. 57-61, jul., 2011.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. *A vida do pensamento e o pensamento da vida: Sud Mennucci e a formação de professores rurais*. 2015. 234 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: USP, 2015.

SANTOS, Mariana Santana dos; ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira. Representações sociais do curso secundário no Colégio Osvaldo Cruz: leituras em fontes memorialísticas do

Professor Luiz Alexandre de Oliveira. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DA GRANDE DOURADOS, 2, Dourados, 2016. *Anais...* Dourados, 2016, p. 1 – 15.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação da USP*, São Paulo, n.20, p. 60-70, maio/ago. 2002.

SILVA, Alice Felisberto da. *O processo educativo dos trabalhadores da Erva-mate na obra de memorialista da fronteira – Hélio Serejo*. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

SILVA, Daniela Felisberto da. *Maria Constança de Barros Machado: um estudo das representações sociais sobre a professora e diretora do primeiro ginásio público campo-Grandense*. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. 2009.358f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

STECANELA, Nilda; KUIAVA, Evaldo Antonio. As escritas de si na privação da liberdade: jovens em conflito com a lei arquivando a própria vida. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 175-192, jan./abr. 2012.

TANNO, Janete Leiko. Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista, 1930 – 1970. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (Org.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TAKEUTI, Norma Missae; JUNQUEIRA, Lilia. Entrevista com Bernard Lahire. *Cronos*, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 165-177, jul./dez. 2009

ZOTTI, Solange. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 80. *Quaestio* (Revista de estudos de educação), ano 4, n. 2, p. 65-91, nov. 2002.

APÊNDICES

CD-ROM

CD-ROM

ANEXOS